

MÁRCIA BOTELHO DE OLIVEIRA

***UM PAI CUIDA DE DEZ FILHOS,
MAS DEZ FILHOS NÃO CUIDAM DE UM PAI:
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE GERAÇÕES***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2013

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

O48p
2013

Oliveira, Márcia Botelho de, 1984-

Um pai cuida de dez filhos, mas dez filhos não cuidam de um pai: transferências financeiras entre gerações / Márcia Botelho de Oliveira. – Viçosa, MG, 2013.
xiii, 187 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Neuza Maria da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 164-175.

1. Solidariedade. 2. Aposentados - Relações com a família.
3. Idosos - Relações com a família. 4. Idosos - Condições
econômicas. 5. Idosos - Condições sociais. 6. Gerações.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia
Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 302.14

MÁRCIA BOTELHO DE OLIVEIRA

*UM PAI CUIDA DE DEZ FILHOS,
MAS DEZ FILHOS NÃO CUIDAM DE UM PAI:
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE GERAÇÕES*

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 18 de abril de 2013.



Alda Britto da Motta



Simone Caldas Tavares Mafra



Neuza Maria da Silva
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai,
pelo amor, esforço e dedicação.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Neuza Maria da Silva, pelos ensinamentos ao longo destes quase dez anos, pelas oportunidades, confiança e orientação acadêmica, profissional e pessoal desde a graduação. Agradeço pela amizade, pelas palavras de incentivo e conselhos que levarei para o resto da vida. Trabalhar com a Professora Neuza foi e sempre será um enorme aprendizado!

Ao meu pai, José Regina, por não medir esforços para me ajudar, pelo amor incondicional, pelo apoio nas minhas decisões e incentivo nos momentos de desânimo. Agradeço pelos telefonemas diários que fazem com que você seja tão presente na minha vida. Meu pai, meu herói!

À minha irmã, Kamilla, pela amizade, companheirismo e bom humor, por ter sido tão prestativa durante a fase de seleção do mestrado, pois os dias passados em sua casa foram indispensáveis para que eu tivesse a oportunidade de estudar. Amo muito você!

Ao Renato, por estar sempre presente, mesmo que distante fisicamente, pelo amor e carinho que foram essenciais para que eu superasse os momentos difíceis. Agradeço pela paciência e compreensão nos finais de semana e feriados que tivemos que passar transcrevendo as entrevistas. Agradeço pela contribuição efetiva e direta na dissertação, pois seria muito mais difícil se não fosse você para me ajudar com tabelas, figuras, formatação etc. Agradeço por você ter mergulhado na minha pesquisa e ter buscado compreender uma área que foge da sua formação acadêmica. Enfim, sua presença foi extremamente importante para que este trabalho fosse finalizado.

À minha família pela compreensão quando não participei de encontros familiares.

Aos meus amigos pela força e torcida, em especial à Camilla, pela compreensão nos momentos que me ausentei devido aos compromissos do mestrado.

Às companheiras de república por terem me distraído nos momentos em que o trabalho já estava cansativo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Economia Doméstica pelos ensinamentos dentro e fora das salas de aula, em especial, à

professora Rita de Cássia Pereira Farias pelas valiosas contribuições na defesa do projeto.

À minha coorientadora, Karla Maria Damiano Teixeira, pelos conhecimentos transmitidos em suas disciplinas e pela constante assistência no decorrer do mestrado.

À professora Simone Caldas Tavares Mafra pela participação nas bancas de defesa de projeto e de dissertação enriquecendo este trabalho com suas considerações e sugestões.

À professora Alda Britto da Motta por ter participado da banca examinadora, contribuindo com seu relevante conhecimento.

À professora Lílian Perdigão Caixêta Reis pela dedicação na leitura da dissertação e pelas proveitosas colaborações no seminário de defesa da dissertação.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Economia Doméstica, em especial à Aloísia, pelas ajudas frequentes.

Ao Roberto por alegrar os meus dias com o seu bom humor e aos abraços e beijos da Efigênia que tanto me animaram.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, pela oportunidade de realização deste estudo.

À Universidade Federal de Viçosa por minha formação acadêmica e pelos momentos de grande felicidade vividos em seu Campus.

Agradeço, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela concessão da bolsa de estudo que me permitiu executar esta pesquisa.

Às pessoas que, de uma forma ou outra, tornaram este trabalho possível e tão especial.

Por fim, agradeço aos idosos e seus respectivos filhos pela participação, disponibilidade e confiança ao partilharem comigo suas vidas e sentimentos, tornando esta pesquisa possível. Agradeço pela receptividade e pelos inúmeros cafezinhos com bolo preparados com tanto carinho. Agradeço por terem me feito pensar, desconstruir e construir minha percepção sobre o envelhecimento e as relações entre gerações. O contato com estas pessoas foi significativo para o meu crescimento profissional e pessoal.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema e sua importância.....	5
1.2. Objetivos	6
2. REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1. Fatores que influenciam as transferências familiares.....	8
2.2. Recursos utilizados nas transferências familiares e impactos socioeconômicos	12
2.3. A influência do gênero nas transferências familiares.....	15
2.4. Teorias	19
2.4.1. Teoria das trocas sociais.....	19
2.4.2. Teoria do interacionismo simbólico.....	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1. Local de estudo.....	28
3.2. População e amostra	29
3.3. Procedimentos de coleta de dados.....	32
3.4. Procedimentos de análise de dados	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
4.1. Caracterização dos pais aposentados.....	34
4.2. Caracterização dos filhos que receberam ajuda dos pais aposentados	45
4.3. Percepção dos pais aposentados e de seus filhos sobre as ajudas financeiras..	61
4.4. Formas, frequência e valor da ajuda oferecida pelos pais aposentados	72

4.5.	Fontes de recursos utilizadas pelos pais aposentados para ajudar seus filhos..	89
4.6.	Fatores que motivaram as transferências financeiras	92
4.7.	Sentimentos dos pais aposentados e de seus filhos em relação às ajudas	104
4.7.1.	Sentimentos dos pais aposentados em relação às ajudas oferecidas aos filhos.....	104
4.7.2.	Sentimentos dos filhos em relação às ajudas recebidas dos pais aposentados	108
4.8.	Reembolso da ajuda aos pais aposentados	113
4.8.1.	Percepção dos pais aposentados e dos filhos sobre a falta de reembolso	136
5.	CONCLUSÕES	157
6.	LIMITAÇÕES E SUGESTÕES	162
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
	APÊNDICES.....	176

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Renda extra dos aposentados entrevistados. Viçosa-MG, 2012.	40
Figura 2 – Fonte de renda extra de mulheres e homens entrevistados. Viçosa-MG, 2012.	41
Figura 3 – Número de filhos ajudados pelos aposentados entrevistados. Viçosa-MG, 2012.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil demográfico e socioeconômico dos aposentados entrevistados. Viçosa-MG, 2012.	35
Tabela 2 – Valor mensal da aposentadoria de mulheres e homens entrevistados. Viçosa-MG, 2012.	38
Tabela 3 – Valor da renda extra recebida pelos aposentados. Viçosa-MG, 2012.....	39
Tabela 4 – Nível de escolaridades de mulheres e homens entrevistados. Viçosa-MG, 2012.....	41
Tabela 5 – Motivos que levaram os aposentados a não voltarem ao mercado de trabalho. Viçosa-MG, 2012.....	42
Tabela 6 – Perfil demográfico e socioeconômico dos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.....	48
Tabela 7 – Nível de escolaridade dos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.....	51
Tabela 8 – Valor da renda mensal dos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.	52
Tabela 9 – Perfil dos filhos entrevistados que coabitavam com os pais aposentados. Viçosa-MG, 2012.....	55
Tabela 10 – Perfil dos filhos entrevistados que não coabitavam com os pais aposentados. Viçosa-MG, 2012.	58
Tabela 11 – Formas de solidariedades fornecidas pelos aposentados aos filhos adultos. Viçosa-MG, 2012.....	73
Tabela 12 – Formas de solidariedade recebidas pelos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.....	75
Tabela 13 – Solidariedades oferecidas por mães e pais entrevistados. Viçosa-MG, 2012.	76
Tabela 14 – Fontes de recursos utilizadas pelos aposentados para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.....	90
Tabela 15 – Motivos pelos quais os aposentados ajudaram seus filhos. Viçosa-MG, 2012.....	93
Tabela 16 – Motivos pelos quais os filhos recorreram às ajudas dos pais. Viçosa-MG, 2012.....	93
Tabela 17 – Sentimentos dos filhos ao receberem ajuda dos pais. Viçosa-MG, 2012..	109

Tabela 18 – Frequência de ajudas oferecidas pelas mães e respectivos reembolsos. Viçosa-MG, 2012.....	115
Tabela 19 – Frequências de ajudas oferecidas pelos pais e respectivos reembolsos. Viçosa-MG, 2012.....	116
Tabela 20 – Frequência do reembolso e as fontes de recursos utilizadas pelas mães para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.	121
Tabela 21 – Frequência do reembolso e as fontes de recursos utilizadas pelos pais para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.	122
Tabela 22 – Intenção dos filhos de ajudar os pais no futuro. Viçosa-MG, 2012.....	132
Tabela 23 – Motivos pelos quais não ocorreu reembolso das ajudas na opinião dos aposentados. Viçosa-MG, 2012.	136
Tabela 24 – Motivos pelos quais os filhos não realizaram o reembolso aos pais. Viçosa-MG, 2012.	137
Tabela 25 – Mudanças de planos realizadas pelos pais aposentados para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.....	147
Tabela 26 – Sentimentos dos filhos com relação à falta de reembolso das ajudas recebidas. Viçosa-MG, 2012.....	153

RESUMO

OLIVEIRA, Márcia Botelho de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2013. ***Um pai cuida de dez filhos, mas dez filhos não cuidam de um pai: transferências financeiras entre gerações.*** Orientadora: Neuza Maria da Silva. Coorientadora: Karla Maria Damiano Teixeira.

O envelhecimento da população apresenta desafios à sociedade, pois influencia o consumo, a transferência de bens, o mercado de trabalho e acima de tudo a organização familiar. Diversos estudos sobre envelhecimento tratam de idosos que se tornaram dependentes, como se estes representassem um “fardo” para as famílias. Porém, observa-se que uma parcela significativa de idosos consegue manter não só o próprio sustento, como também amparar sua família, por meio de solidariedades funcional-afetivas e material-financeiras. A maior parte das pesquisas sobre transferências financeiras entre gerações considera apenas a percepção dos idosos, havendo uma ausência de estudos que contemplem os familiares ajudados por eles. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar comparativamente a percepção dos aposentados e de seus filhos adultos quanto ao papel do idoso na economia familiar, no âmbito das transferências financeiras, bem como investigar se existe diferença de comportamento dos filhos em relação à ajuda, considerando o gênero do idoso que oferece o auxílio. A pesquisa, ancorada na abordagem quantitativa-qualitativa de natureza exploratória-descritiva, foi realizada no município de Viçosa-MG. Considerando os objetivos propostos foi selecionada uma amostra intencional de 97 aposentados, com idade igual ou superior a 60 anos, que se aposentaram nos últimos 5 anos (de janeiro de 2007 a março de 2012), que tinham ajudado financeiramente pelo menos um filho adulto e que residiam na zona urbana de Viçosa-MG. Esta amostra foi obtida dos dados cadastrais da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Viçosa. A amostra referente aos filhos ajudados financeiramente foi obtida por meio das informações prestadas pelos aposentados, sendo selecionados 141 indivíduos maiores de 18 anos e residentes em diversos municípios brasileiros. Foram realizados dois tipos de entrevistas semiestruturadas, sendo uma direcionada ao idoso aposentado e outra ao filho que foi ajudado financeiramente. Para os dados quantitativos foi feita uma análise estatística descritiva utilizando-se o programa *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* – Versão para *Windows 17.0*. Já os dados qualitativos foram tratados por meio da análise

das falas com base na teoria do interacionismo simbólico e na teoria das trocas sociais. Os resultados mostraram que para os idosos e seus filhos as solidariedades eram classificadas dependendo das características de cada uma. O sustento por meio da coabitação e os gastos com educação foram definidos como obrigações dos pais, não sendo consideradas como ajudas. Já quando se tratava do reembolso, as solidariedades classificadas como ajudas eram as que ocorriam sem expectativa de retorno ou cobrança. Quando a solidariedade envolvia algum tipo de expectativa, cobrança ou necessidade de reembolso, os aposentados classificavam estas solidariedades como empréstimos. Concluiu-se, assim, que ajudas são o oposto de empréstimos, e obrigações são as ajudas que os pais não podem ou não deveriam deixar de fornecer aos filhos, pois fazem parte do papel de pais e mães. Os auxílios prestados pelos aposentados aos filhos foram bastante diversificados quanto às formas, frequências e valores, sendo que estas definições eram estabelecidas de acordo com as necessidades dos filhos e as condições financeiras dos aposentados não eram levadas em consideração, visto que nos casos em que os rendimentos provenientes da aposentadoria não eram suficientes para prestar a ajuda, os aposentados recorriam a diversas fontes como empréstimo bancários, venda de imóvel e até retorno ao mercado de trabalho para complementação da renda. A questão do gênero dos aposentados se compatibilizou com os papéis tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres. Sendo assim as solidariedades funcional-afetivas, em sua maioria, foram oferecidas pelas mães. As mães também ofereceram mais ajudas em dinheiro do que os pais, e devido aos baixos rendimentos e a pequena inserção no mercado de trabalho após a aposentadoria, estas idosas usaram empréstimos bancários para ajudar os filhos. O reembolso também foi influenciado pelo gênero do idoso, sendo que os pais receberam mais reembolsos que as mães. Além disso, quase metade dos filhos que receberam ajuda das respectivas mães e não as reembolsaram, afirmaram que se a ajuda tivesse sido prestada pelo pai, teriam a iniciativa de ressarcilo. Os aposentados ajudavam os filhos sem cobrar reembolso pautando-se no fator seguro-velhice, acreditando que o retorno das ajudas seria oferecido futuramente quando eles precisassem. Mas ao consultar os filhos sobre a intenção de ajudar os pais no futuro ficou claro que estes não estão tão dispostos assim como os aposentados imaginavam.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Márcia Botelho de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2013. ***A father looks after ten children, but ten children do not look after a father: financial transfers between generations.*** Adviser: Neuza Maria da Silva. Co-adviser: Karla Maria Damiano Teixeira.

Population ageing presents significant challenges to the society, since it influences consumption, the transfer of goods, the labor market and above all, the family structure. Several studies about the ageing process address the elderly who became dependent as if they represented a “burden” to their families. However, a significant number of these elders are able to maintain themselves as well as to assist their families through functional-emotional and material-financial solidarities. Most researches on financial transfers between generations only consider the elderly perspective, and there is a lack of studies which address the families they assist. Thus the objective of this research was to comparatively analyze the perceptions of both retirees and their adult children regarding the role of the elder in the family’s economy, with respect to financial transfers, as well as to investigate if there are differences in their children’s behavior regarding such type of financial assistance, considering the gender of the elder who provides it. This research, based on the quantitative-qualitative approach of an exploratory-descriptive design, was carried out in the municipality of Viçosa-MG. Given the objectives aforementioned, a purposive sample of 97 retirees was selected, with a minimum age of 60, who have retired in the last 5 years (from January 2007 to March 2012), who had financially aided at least one adult child and lived in the urban area of Viçosa state of Minas Gerais. This sample was obtained from the cadastral database of the People Management Department of the Federal University of Viçosa. The sample of financially assisted adult children was obtained from information provided by the retirees, and 141 individuals over 18 years old who lived in different Brazilian cities were selected. Two types of semi-structured interviews were carried out: one directed to the retired elder and the other addressed to the financially assisted adult child. For the quantitative data, a descriptive statistical analysis using the *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) – version for *Windows* 17.0 was performed. The qualitative data were treated by speech analysis based on the symbolic interactionism and the social exchange theories.

The results showed that for the elderly and their children, the solidarities were classified depending on the characteristics of each one of them. The sustenance by means of providing habitation or expenses with education defined as parents obligations were not considered as assistance. When the subject was reimbursements, the solidarities classified as assistance were those which occurred without expectation of payback. When the solidarity involved some kind of expectation, collection or need to be reimbursed, the retirees classified them as loans. Thus the conclusions are that assistance is the opposite of loan, and obligations are assistances which parents cannot or should not refuse to provide their children with, because they are part of the parenting role. The assistances provided by the retirees were diversified with respect to form, frequency and values, and such definitions were established according to the children's needs and the financial conditions of the retirees were not taken into account, given that when the income from retirement was not enough to assist, the retirees would search for alternative sources such as bank loans, sale of property and even going back to work in order to complement the income. The matter of gender of the retirees was coherent with the roles traditionally performed by men and women. Thus the functional-emotional solidarities were mostly offered by the mothers. They also offered more financial assistance than the fathers, and due to their low income and less space in the labor market after the retirement, these elders used bank loans to assist their children. The reimbursement was also influenced by the elder's gender: fathers were reimbursed more frequently than mothers. In addition, almost half of the children which were assisted by their respective mothers, and did not reimburse them, stated that if the aid had been provided by the father, they would have had the initiative to reimburse him. The retirees helped their children without demanding payback based on the old-age insurance factor, believing that the assistance would be returned in the future, when they needed it. However, when consulting the children about the intentions of assisting their parents in the future, it was clear that they are not as willing to help as the retirees expected.

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002, apontou que no século XX foi produzida uma revolução de longevidade. A expectativa média de vida ao nascer que em 1950 era de 46 anos, chegou a 66 anos em 2003, e se prevê que até 2050 tenha aumentado mais 10 anos. Esta revolução demográfica e o rápido crescimento da população na primeira metade do século XXI significam que o número de pessoas com mais de 60 anos, que era aproximadamente de 600 milhões, no ano 2000, chegue a quase 2 bilhões, em 2050. Projeta-se um aumento mundial da proporção de idosos passando de 10,0% em 1998 para 15,0% em 2025. Esse aumento será mais notável e mais rápido nos países em desenvolvimento, nos quais se prevê que a população idosa quadruplicar-se-á nos próximos 50 anos. Estima-se que por volta de 2050, o percentual de crianças, nesses países, cairá de 33,0% para 22,0%. Estas mudanças demográficas apresentam um problema importante em matéria de recursos. Embora os países desenvolvidos tenham envelhecido gradualmente, enfrentando problemas resultantes da relação entre o envelhecimento, o desemprego e a sustentabilidade dos sistemas de pensões, os países em desenvolvimento estão enfrentando o problema de um desenvolvimento simultâneo com o envelhecimento da população (ONU, 2003).

Os países em desenvolvimento vêm apresentando, nas últimas décadas, progressivo declínio nas suas taxas de mortalidade e, mais recentemente, nas taxas de fecundidade. Esses dois fatores associados formam a base demográfica para o envelhecimento das populações (RAMOS et al., 1987). No caso do Brasil este processo de envelhecimento populacional, segundo Augusto (2003), é consequência de uma série

de fatores como a diminuição da taxa de natalidade, devido à introdução e difusão de métodos contraceptivos orais; o aumento da expectativa de vida; o aumento da escolaridade feminina, e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que a população de idosos¹ em 1991 era de 10.722.705, passando para 14.536.029 em 2000. Já em 2010 chegou a 20.590.599 o número de pessoas com 60 anos ou mais, representando 10,8% da população brasileira (IBGE, 2010). Além disso, o IBGE estima que esse contingente atinja 14,0% no ano de 2020 e deverá continuar crescendo a taxas elevadas. De acordo com Dias (2007), o Brasil está deixando de ser considerado um “país jovem” e começando a ser visto como um “país de idosos”.

Os dados do IBGE (2010) apontaram também que a região sudeste tem a maior concentração de idosos, sendo Minas Gerais o segundo estado com maior número de idosos no Brasil. Nesse estado o número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos corresponde a 11,8% da população, sendo maior que a média nacional.

Apesar do aumento na expectativa de vida ser resultado do progresso na área da saúde, tecnologia e de políticas promovidas pelo Estado e sociedade, o aumento expressivo de idosos não foi esperado de forma planejada pelo poder público, o que pode gerar problemas sociais e econômicos caso não sejam tratados adequadamente. Uma das consequências dessa falha é que muitas famílias são levadas a se encarregarem do provimento de recursos para seus membros em caso de necessidade. Estabelecendo e reforçando responsabilidades definidas culturalmente e repassadas de geração em geração, as famílias buscam responder às carências ampliando as redes de relações e reforçando a seguridade familiar, a fim de garantir melhores condições de vida para seus membros (ARRIAGADA, 2007).

Camarano (2002) enfatizou que o envelhecimento da população, muitas vezes, é visto como uma ameaça aos recursos da sociedade, gerando desafios para o Estado, para os setores produtivos, para a sociedade, bem como para as famílias. Isso porque, o envelhecimento influencia o consumo, a transferência de bens, o mercado de trabalho e, acima de tudo, a organização familiar (SILVA, 2005). Diversos estudos como Santos (2003), Caldas (2002), Neri et al. (2002) e Saad (1997) trataram da reorganização de famílias que possuíam em sua composição idosos que se tornaram dependentes de redes

¹ Neste trabalho foi considerada idosa toda pessoa com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003).

de apoio formal e/ou informal. As primeiras são representadas por hospitais, asilos e unidades de apoio domiciliar, enquanto as redes de apoio informal funcionam baseadas na solidariedade entre gerações.

De acordo com Camarano e El Ghaouri (1999) alguns economistas e demógrafos afirmam que os idosos são indivíduos dependentes, por não participarem da produção de bens e serviços, o que os leva a associar envelhecimento e dependência. Nestes termos, reafirmam que o cenário do envelhecimento populacional é preocupante, por demandar mudanças nas políticas públicas, gerando desafios para o Estado, a sociedade e a família, posto que o idoso “gasta” mais que o jovem e que o seu potencial produtivo tende a zero. Ainda, nesta perspectiva, consideram que o envelhecimento acarreta uma carga para a família e o Estado. Contrariando esta opinião, diversas pesquisas recentes (FARIAS; SANTOS, 2012; MOTTA, 2007; CAMARANO, 2002) mostraram que os idosos são produtivos e que, no Brasil, os mais velhos trabalham até a idade avançada.

Pereira (2006) ressaltou que, em muitas situações, quando se pensa na pessoa envelhecida e na sua família, imagina-se que o idoso pode significar ônus financeiro. Entretanto, sabe-se que uma parcela significativa dos idosos consegue manter não só o próprio sustento, como também amparar sua família, por meio de transferências financeiras (OLIVEIRA; SILVA, 2012; TAVARES, 2011a; ENCARNAÇÃO, 2011; AREOSA; AREOSA, 2008; LEAL et al., 2007).

Entende-se por transferências o ato ou efeito de transferir recursos em forma de bens e serviços, que se reverte em ajuda, monetária ou não, para as famílias ou os indivíduos. As transferências de recursos podem ser públicas ou privadas. As públicas (rede de apoio formal) são realizadas por instituições públicas, em especial pelo governo. Como exemplo de recursos advindos do governo pode-se citar os Programas de Previdência Social, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Já as transferências privadas são oferecidas pelas famílias, caracterizando um apoio informal, e possuem duas subcategorias: herança e transferências entre vivos. Por herança compreende-se a transmissão de propriedade financeira ou de outra natureza, para outras pessoas, após a morte de alguém. As transferências entre vivos referem-se à transmissão de dinheiro, de bens e de serviços entre pessoas vivas (SILVA, 1994).

As transferências privadas podem ocorrer entre pessoas pertencentes à mesma geração, sendo denominadas transferências intrageracionais. Ou podem se dar entre

pessoas de diferentes gerações, por exemplo, entre pais e filhos, nesse caso são chamadas de intergeracionais. Ambos os tipos de transferências podem ser feitas por meio de heranças ou por meio de transferências entre vivos, tais como, doações e empréstimos. Além disso, as transferências entre vivos podem envolver apenas indivíduos de um mesmo domicílio, bem como indivíduos residentes em domicílios diferentes (SILVA, 1994). As transferências privadas entre vivos podem ser bidirecionais, pois assim como existem filhos que necessitam da ajuda de seus pais, existem pais que por motivos financeiros ou de saúde são ajudados por seus filhos.

Estudos como os de Guedes et al. (2009), Peixoto (2005), Vitale (2005) e Saad (2004), se referem à transferência de recursos na família como solidariedade familiar. Resumindo a nomenclatura usada por estes pesquisadores, pode-se classificar essa solidariedade em funcional-afetiva e material-financeira, que juntas constituem a base das relações familiares. A solidariedade funcional-afetiva compreende as atividades do cotidiano como auxílio nas tarefas domésticas. Segundo Camarano (2002) este tipo de ajuda ocorre quando a família atravessa circunstâncias adversas como a ausência de instituições para cuidar de crianças pequenas ou a falta de recursos para remunerar um profissional para realizar essas tarefas. Já a solidariedade material-financeira corresponde ao apoio envolvendo dinheiro como pagamento de estudos, quitação de contas domésticas (água, luz e telefone), empréstimo de dinheiro, entre outros.

No entanto, algumas ajudas classificadas como funcional-afetivas podem representar, indiretamente, um auxílio material-financeiro, devido ao fato de que, apesar de não haver uma contribuição financeira direta, essas ajudas geram custos para o indivíduo que as fornece, como, por exemplo, o caso do gasto com combustível do automóvel para levar e buscar as crianças na escola. Em outras situações, faz com que o recebedor da ajuda economize ao não ter que pagar um profissional para realizar determinada tarefa.

O presente trabalho trata apenas das transferências material-financeiras entre vivos e das transferências funcional-afetivas – que indiretamente representam ajudas material-financeiras – realizadas da geração mais velha para a mais nova. Sendo assim, a partir deste ponto serão usados os termos "transferências financeiras entre gerações", "transferência de recursos familiares", "solidariedade financeira", ou apenas "ajuda financeira" para denominar as transferências privadas entre vivos.

1.1. O problema e sua importância

Segundo dados do IBGE (2010), no Brasil a participação do idoso na renda familiar se revela cada vez mais expressiva. No início da década de 1980, a contribuição dos idosos era de 37,0%; já na década de 1990 passou a ser de 47,2% e, em 2007, em 53,0% dos domicílios do país, mais da metade da renda familiar era fornecida por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Estes dados colocam em discussão a visão tradicionalista da sociedade e do Estado que atribui à família a obrigação de amparar os idosos.

Leal apud Leal (2006) analisando a realidade dos idosos encontrou que três, em cada dez idosos brasileiros, eram responsáveis por mais de 90,0% do total do rendimento mensal do domicílio, em consequência principalmente, de suas aposentadorias. Estes números foram reafirmados pela pesquisa sobre Indicadores Sociais Municipais do IBGE, que considera não serem os adultos jovens “arrimos de família”, mas sim os mais velhos (LEAL apud LEAL, 2006).

Leal et al., (2007), em seu estudo sobre transferências e trocas com idosos no contexto familiar no município de Teixeira-MG, verificaram um percentual de dependentes da renda do idoso maior que 40,0%. Por fim, Tavares et al. (2011b) analisaram a participação da renda dos aposentados rurais de Viçosa-MG na economia familiar e chegaram à conclusão de que 80,0% dos idosos aposentados eram responsáveis por, no mínimo, metade da renda de suas famílias. As autoras concluíram que embora muitas vezes a renda do idoso fosse considerada uma “ajuda”, na grande maioria dos casos ela é imprescindível para a sobrevivência das famílias rurais, caracterizando uma situação de dependência.

Neste sentido, pesquisas realizadas por Tavares (2011a), Encarnação (2011), Peixoto (2004) e Cheal (1983) trataram da importância das transferências de recursos para a economia familiar. Oliveira e Silva (2012) abordaram os empréstimos tomados por indivíduos aposentados com o objetivo de ajudar financeiramente os filhos e o impacto dessa ajuda no bem-estar econômico dos doadores. Entretanto, os idosos não devem ser vistos como um grupo homogêneo, sendo importante considerar a categoria gênero em estudos que analisam qualquer aspecto relacionado ao envelhecimento, pois além das diferenças biológicas, homens e mulheres foram educados de formas distintas, o que faz com que trilhem caminhos sociais diferentes. Assim, questões relativas ao

gênero no contexto das transferências familiares foram investigadas no presente trabalho.

Além disso, as pesquisas citadas anteriormente enfatizaram o impacto positivo das transferências no orçamento dos recebedores, porém, não analisaram os sentimentos dos doadores em relação ao possível retorno econômico ou reembolso financeiro recebido. Sendo assim, considerou-se interessante investigar se os familiares ajudados reembolsam os idosos e se o gênero dos doadores influencia o comportamento dos recebedores, bem como analisar comparativamente as ajudas oferecidas por pais e mães.

Ademais, neste trabalho procurou-se entrevistar, além dos idosos, os respectivos filhos adultos que recebem ajudas financeiras. Esta comparação entre as percepções de pais e filhos apresenta-se como uma perspectiva diferente daquela dos demais trabalhos sobre transferências familiares, onde são analisadas apenas as opiniões dos pais.

Espera-se assim, contribuir para que a imagem dos aposentados como dependentes e inaptos para o trabalho seja reavaliada pelas ciências sociais, auxiliando no planejamento de novas políticas e no desenvolvimento de estudos junto aos idosos e suas famílias. O desenvolvimento deste estudo poderá contribuir também para uma melhor compreensão das estratégias familiares para melhorar suas condições socioeconômicas, e fornecer elementos que ampliem a compreensão da complexidade que envolve o envelhecimento populacional.

1.2. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa constitui-se em analisar comparativamente a percepção dos aposentados e de seus filhos adultos quanto ao papel do idoso na economia familiar, no âmbito das transferências financeiras, bem como investigar se existe diferença de comportamento dos filhos em relação ao reembolso, considerando o gênero do idoso que oferece ajuda financeira.

Especificamente, pretendeu-se:

- a) Identificar a forma, a frequência e o valor da ajuda oferecida pelos pais aposentados a seus filhos;
- b) Identificar e analisar as fontes de recursos utilizadas pelos pais aposentados para ajudar seus filhos;

- c) Analisar os fatores que levaram os pais a ajudar os filhos e os fatores que fizeram com que os filhos recorressem ao auxílio dos pais;
- d) Analisar os sentimentos dos pais aposentados e de seus filhos com relação às ajudas;
- e) Verificar se os filhos reembolsam seus pais pela ajuda financeira recebida, analisando comparativamente a percepção de pais e filhos sobre o reembolso ou a falta deste.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura referente aos objetivos do presente trabalho abrangeu quatro tópicos. O primeiro constitui-se das discussões sobre os fatores que influenciam as transferências familiares e o segundo se refere aos recursos utilizados e aos impactos socioeconômicos destas. No terceiro tópico é dado destaque à influência da variável gênero na solidariedade. Em seguida, no quarto tópico, são abordadas a teoria do interacionismo simbólico e a teoria das trocas sociais como suporte teórico da presente pesquisa.

2.1. Fatores que influenciam as transferências familiares

Os motivos para a realização das transferências de recursos na família são variados, podendo estar relacionados à expectativa, por parte dos doadores, de compensações futuras ou ao altruísmo. A ocorrência de transferências também pode estar ligada às crises familiares, como o caso de morte ou de divórcio, assim como pode estar associada a eventos felizes, mas geradores de despesas extraordinárias. O desemprego, o estágio do ciclo de vida familiar e a distância geográfica entre os membros da família também podem influenciar as transferências, como será apresentado a seguir.

Segundo Rocha (2008) as transferências familiares abrangem uma dinâmica em que a solidariedade e a reciprocidade das relações estabelecem a coesão grupal e o sentimento de pertença. Dessa maneira, os vínculos sociais são construídos a partir de

uma rede, a qual é consolidada com as trocas. Trabalhos como o de Encarnação (2011), Guedes et al. (2009), Peixoto (2005), Vitale (2005), Camarano (2002) e Almeida (1998), revelaram que existem vários motivos pelos quais as famílias participam destas redes de apoio, oferecendo e, ou, obtendo ajudas funcional-afetivas e material-financeiras. É importante ressaltar que as ajudas que dizem respeito à habitação, seja na forma de empréstimo de imóvel ou de coabitação, são consideradas material-financeiras, visto que emprestar um imóvel para um familiar ou abrigá-lo na própria residência, são ajudas geradoras de custos para o indivíduo que oferece o auxílio. Essa classificação foi baseada nas afirmações de Bruschini (1990) que considerou o empréstimo de imóvel e sustento por meio da coabitação um auxílio monetário indireto. Para Saad (2004) a cultura de apoio entre gerações no Brasil tem feito com que cresça o número de filhos adultos que de alguma forma dependem dos pais idosos. Desta forma, a casa e a aposentadoria dos pais têm se transformado em valiosos e, em alguns casos, únicos proventos familiares.

Por outro lado, Lillard e Willis apud Saad (2004) apontaram o seguro-velhice e a hipótese do altruísmo² como razões para as transferências. O seguro-velhice é fundamentado de forma implícita na suposição de que os idosos investem nos filhos por meio de transferências funcional-afetivas e material-financeiras com a expectativa de compensações futuras. De acordo com a ideia do seguro-velhice os filhos representariam a possibilidade de segurança dos pais na idade avançada. Com relação à hipótese do altruísmo, os pais ofereceriam apoio incondicional aos filhos, sem a expectativa de compensações futuras. As pesquisas de Encarnação (2011) e Guedes et al. (2009) indicaram que a motivação para a solidariedade entre familiares envolvia amor, benevolência e altruísmo por um lado e interesse na reciprocidade por outro.

Porém, em ambas as situações, é notável a existência de um contrato intergeracional, de modo que cada membro da família deve desempenhar diferentes papéis em cada estágio da vida. Neste sentido, Saad (2004) afirmou que as normas tradicionais e culturais somadas às pressões sociais são propulsoras do apoio entre as diferentes gerações. Almeida (1998) mencionou que entre os diversos fatores a serem

² O altruísmo é percebido com frequência como sinônimo de solidariedade. A palavra caracteriza o conjunto das disposições humanas (individuais ou coletivas) que inclinam os seres humanos a se dedicarem aos outros. Portanto, este conceito se opõe ao egoísmo, que são as inclinações específicas e exclusivamente individuais. Além disso, o conceito de altruísmo tem a importância filosófica de referir-se às disposições naturais do ser humano, indicando que o homem pode ser – e é – bom e generoso naturalmente (CAVALCANTI, 2002).

considerados nas transferências familiares, a cultura brasileira deve ser incluída, uma vez que, muitas vezes, as pessoas tendem a avaliar a ajuda como uma obrigação social.

A família tem sido considerada a ferramenta de redistribuição de renda mais importante tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos, uma vez que as transferências ou ajudas entre familiares são estratégias utilizadas pela população, com baixo ou sem rendimento, para sobrevivência em caso de dificuldades. O estudo realizado por Almeida (1998) no município de Belo Horizonte-MG, revelou que os idosos assumem responsabilidades na economia da família em consequência das crises econômicas enfrentadas por esta em casos de desemprego, divórcio e viuvez, uso de drogas e violência doméstica, levando muitas vezes os filhos adultos a se tornarem dependentes de seus pais aposentados. Observa-se assim que ocorreu uma inversão de papéis na família: os idosos passaram a dar assistência aos filhos adultos. De acordo com Almeida et al. (2001) este fenômeno tem sido cada vez mais visível em família de baixa renda.

Saad (1999) estudou as transferências entre gerações no Brasil e observou que apesar das relações de troca entre pais e filhos assegurarem a sobrevivência dos primeiros nas idades mais avançadas, em decorrência da situação de carência e desemprego, é crescente o número de filhos adultos dependentes dos pais idosos, fazendo com que o benefício da pensão recebida por estes se transforme na principal fonte de renda da família.

Pesquisas realizadas por Williams apud Almeida et al. (2001) mostraram a importância das transferências de renda entre famílias para manutenção da subsistência, para sobrevivência e para melhoria da qualidade de vida. A autora afirmou que, em muitos casos, apesar dos recursos limitados, os familiares fornecem ajuda financeira e de outros tipos às suas redes de parentesco.

Segundo Bruschini (1990), nas famílias paulistas de classe média, a ajuda oferecida entre familiares está associada ao relacionamento entre parentes, podendo se dar pela convivência e sociabilidade tanto em momentos de alegrias, como em festas, visitas ou ocasiões especiais, quanto nos de dor, no caso de doença ou morte. Além disso, os relacionamentos costumam se dar, com muita frequência, pela prestação recíproca de favores, como os empréstimos em dinheiro, a ajuda nos afazeres domésticos e nos cuidados com as crianças. Entretanto, Agier (1990) destacou um fator importante quando se trata das ajudas financeiras: um indivíduo não pode recorrer à

assistência permanente da sua família de origem, visto que pode ser considerado um homem sem “status”.

Motta e Scott apud Almeida (1998) chamaram a atenção para uma parte da população que não tem acesso ao crédito, por não possuir renda suficiente para garantir o pagamento, recorrendo desta forma a empréstimos de parentes. Essas transferências, em muitos casos, têm o objetivo de amenizar as condições precárias de vida da população de baixa renda.

Economistas apontaram que quando a economia se torna instável, as transferências financeiras dentro das famílias tendem a aumentar, gerando maior impacto sobre o bem-estar socioeconômico destas (MOTTA; SCOTT, 1983; OLSON; SMITH, 1980). Assim, na ausência do Estado para reduzir os efeitos negativos da má distribuição de renda e na falta de políticas sociais eficientes, como por exemplo, no caso de desemprego ou de doença, a família é o apoio com que se pode contar.

Neste contexto, Almeida et al. (2001) afirmaram que o desemprego leva o indivíduo a se voltar mais para o sistema de ajuda familiar, recorrendo com frequência aos parentes nos momentos de crise econômica. Com isso, as transferências financeiras se tornam estratégias de sobrevivência de famílias que possuem algum membro desempregado, para assim, atingirem um nível mínimo de bem-estar.

Além do desemprego, fatores como a expansão da pobreza, a concentração de renda, as separações e divórcios, o uso de drogas e o crescimento da violência, levam um número crescente de filhos adultos a se tornar, de algum modo, dependente dos recursos dos pais idosos (LEAL et al., 2007). A existência de variados fatores afetando a transferência de recursos entre familiares tem sido objeto de estudo para as ciências sociais. De acordo com Silva (1994), o nível de escolaridade, o divórcio, o número de crianças dependentes podem ser alguns dos fatores e causas das ajudas familiares.

Alguns estudos apontaram que, em geral, os idosos casados ofereceram mais assistências aos filhos do que os idosos viúvos (CRIMMINS; INGEGNERI, 1990; ROSSI; ROSSI, 1990). Hoyert (1991) afirmou, no entanto, que filhos casados recebem menos ajuda de seus pais idosos do que os filhos solteiros, enquanto as filhas divorciadas apresentam maior probabilidade de receber ajuda de pais idosos, do que os filhos. Ainda na perspectiva de gênero, deve-se destacar que as mulheres idosas estão muito mais inseridas no contexto das transferências familiares do que os homens (OLIVEIRA; SILVA, 2012; ROSSI, 1986).

Em relação ao estágio de ciclo de vida da família, estudos mostraram que mais do que em qualquer outro estágio, as chances de filhos adultos receberem ajuda de seus pais idosos aumentam durante o período em que os primeiros são pais de crianças pequenas (EGGEBEEN; HOGAN, 1990).

Outras pesquisas sobre transferências familiares trataram da influência dos recursos físicos e financeiros e da distância geográfica separando os doadores e recebedores de ajuda. Os estudos de Speare et al. (1991) e Worobey e Angel (1990) apontaram que quanto menor a renda e piores as condições de saúde, maiores as chances de o indivíduo ser ajudado por familiares. Com relação à distância geográfica, Lin e Rogerson (1995) destacaram como sendo um fator determinante não só do tipo de interação entre familiares, mas também da frequência desta.

2.2. Recursos utilizados nas transferências familiares e impactos socioeconômicos

Pesquisas qualitativas de Peixoto (2004) mostraram que grande parte dos pais com mais de 60 anos ajudaram os filhos adultos financeiramente. Essa ajuda financeira dos pais aposentados, em especial daqueles que têm duas fontes de renda – aposentadoria e trabalho informal, por exemplo – desempenha um papel decisivo na organização familiar. O mesmo é indicado por Camarano (1999a) e Pêssoa (2007), ao constatarem que as famílias brasileiras compostas por pessoas aposentadas encontram-se em melhor situação econômica do que as outras. Pesquisas de Oliveira e Silva (2012) corroboraram essa assertiva ao destacar que as famílias que possuem mulheres aposentadas estão em melhores condições econômicas do que as demais, pois as mulheres estavam no centro das transferências de recursos.

Segundo Camarano (2002), embora o valor das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social, em sua maioria, seja de um salário mínimo, esses benefícios têm atendido não só aos mais velhos, como também aos seus familiares, fazendo do idoso um fator de equilíbrio social.

Peixoto (2004), em pesquisa com idosos do município do Rio de Janeiro-RJ que recebem benefícios de até sete salários mínimos, verificou que muitos destes continuam a trabalhar mesmo depois da aposentadoria. Os homens trabalham, em geral, como camelôs, carpinteiros, pintores de parede e motoristas de caminhão, enquanto as

mulheres exercem, principalmente, atividades domésticas remuneradas como costura, lavagem de roupa, confecção de bolos e doces para vender, faxinas em domicílios ou venda de produtos de beleza. Um dos motivos da permanência nestes trabalhos é ajudar financeiramente filhos e netos, pois estes aposentados afirmam saber o quanto a família depende dessa ajuda. Vários entrevistados confessam estar cansados e ter vontade de se aposentar definitivamente, contudo, enquanto a família necessitar, eles pretendem continuar trabalhando.

A pesquisa de Celich e Baldissera (2010) realizada em Erechim-RS com o objetivo de investigar os motivos que levam os idosos a se manter no mercado de trabalho, apresentou resultados semelhantes aos encontrados por Peixoto (2004). Segundo Celich e Baldissera (2010), os baixos valores dos benefícios previdenciários, somados ao prolongamento da vida, fazem com que muitos idosos continuem trabalhando para garantir uma renda suficiente para suprir as suas necessidades individuais e de seus familiares, uma vez que muitos continuam sendo chefes de família. As autoras também destacaram que 56,0% dos aposentados que estão trabalhando são os mais jovens (idade de 60 a 64 anos) e 67,0% destes afirmam continuar trabalhando por uma questão de necessidade financeira, já que essa renda tem implicações importantes em sua vida.

Além de continuarem trabalhando, em alguns casos os aposentados fazem uso do crédito consignado como estratégia para ajudar os filhos (OLIVEIRA; SILVA, 2012; CÁSSIA, 2010). O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo que vem aumentando consideravelmente entre os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Nesta modalidade de crédito os bancos têm o direito de receber diretamente, a partir do benefício pago pelo INSS, a parcela referente ao pagamento do empréstimo contraído pelo aposentado ou pensionista. Assim sendo, as instituições financeiras têm retorno garantido do crédito concedido, sendo, portanto, as taxas de inadimplência próximas de zero (IDEC, 2005).

Sobre as solidariedades material-financeiras, baseado nas considerações de Bruschini (1990), percebeu-se que o apoio econômico assegurado pela rede familiar pode se dar por meio de um auxílio monetário direto ou por formas indiretas como, por exemplo, pagamento pelos avós, de gastos com educação e com saúde dos netos, empréstimo de imóvel para os filhos morarem, sustento devido à coabitação, dentre outros.

Peixoto (2004) destacou que o fenômeno da co-residência ou coabitação constitui um tipo de assistência que o idoso vem oferecendo a sua família. Segundo a autora, no Brasil, as gerações mais velhas cada vez mais coabitam com as novas, sendo este fenômeno mais comum nas camadas populares. Debert (1998) argumentou que é importante conhecer a composição familiar em que os idosos estão inseridos, para tentar compreender as ajudas funcional-afetivas e material-financeiras que eles dão e recebem, pois nestes casos a residência, a renda, os cuidados domésticos são compartilhados.

Com relação à ajuda funcional-afetiva, Leal (2006) destacou o importante papel desempenhado pela população idosa ao contribuir com o trabalho doméstico, colaborando diretamente com a socialização das crianças, a manutenção da roupa, o preparo das refeições, entre outros. Além disso, em famílias compostas por pai, mãe e filhos pequenos, estes idosos liberam os membros adultos para trabalhar ou, até mesmo, para procurar emprego, e indiretamente contribuem para o ganho de renda da família.

As ajudas, tanto funcional-afetivas quanto material-financeiras podem representar potenciais perdas e ganhos para doadores e recebedores, respectivamente. Segundo Leal (2006) quanto mais os atores sociais lucrarem com a interação, a durabilidade da relação será contínua e positiva.

Com relação aos impactos econômicos das transferências familiares, Oliveira e Silva (2011), em estudo realizado no município de Viçosa-MG, comentaram sobre os custos de oportunidade³ das ajudas financeiras oferecidas pelos idosos aos seus filhos. Cerca de 45,0% deixam de fazer alguma coisa ou comprar algum bem. As autoras apontaram que quase 30,0% dos aposentados tiveram que deixar de reformar a casa ou de viajar e, aproximadamente, 10,0%, de adquirir um automóvel ou eletrodoméstico para dar assistência financeira aos seus filhos. Ainda 4,5% dos aposentados entrevistados declaram que deixaram de fazer algum tipo de tratamento de saúde para oferecer suporte aos filhos. Contudo, mesmo diante dessas renúncias, estes se mostram dispostos a continuar ajudando os filhos no que é possível, e não apenas financeiramente.

Em se tratando de retorno econômico pela ajuda financeira, Leal et al. (2007) em seu estudo sobre transferências e trocas com idosos no contexto familiar observaram que 25,0% dos idosos recebem transporte (caronas) como retorno econômico de suas

³ Custo de oportunidade é um termo usado em economia e significa a estimativa do valor dos retornos que se deixa de ganhar quando se decide usar recursos para qualquer outro fim específico. Esse custo reflete situações ou resultados provenientes de bens que poderiam ter sido escolhidos (SILVA, 2006).

famílias, além de se referirem a um retorno subjetivo na forma de carinho, boa convivência, respeito, amor e passeios. Dessa forma, Pintos (1997) declarou que para a solidariedade entre familiares de diferentes gerações ser entendida é necessário conhecer o contexto da história de cada família, pois as relações são influenciadas pela convivência entre os indivíduos.

Coutrim (2006) enfatizou a importância dos idosos aposentados no sustento de suas famílias, pois com o benefício previdenciário, estes representam um dos segmentos sociais com maior estabilidade econômica na sociedade. Neste sentido, Areosa e Areosa (2008) apontou que o benefício social recebido pelo idoso, na forma de aposentadoria e/ou pensão, além de garantir-lhe uma renda fixa e a subsistência propicia sua revalorização dentro do espaço familiar, bem como uma inversão de papéis, em que, de assistido, o idoso passa a desempenhar o papel de assistente.

Diversas pesquisas enfatizaram que as ajudas financeiras e os diversos papéis desempenhados pelos idosos em suas famílias proporcionam a eles um sentimento de bem-estar, levando esses indivíduos a se mostrarem dispostos a ajudar sempre que a família precisar (OLIVEIRA; SILVA, 2012; PEIXOTO, 2004; CAMARANO, 1999b). Souto (1999) percebeu que os idosos buscam uma revalorização perante a sociedade, uma sensação de pertença, onde se sintam parte fundamental da família, sentimento este que é perdido com a chegada da velhice. Sendo assim, nota-se que, em alguns casos, as transferências financeiras causam impactos sociais positivos em suas vidas.

Neste contexto, vale destacar que no estudo realizado por Celich e Baldissera (2010) ficou evidente que um dos fatores que motivam os idosos a permanecer no mercado de trabalho após a aposentadoria é a garantia de reconhecimento familiar e a valorização da sociedade.

2.3. A influência do gênero nas transferências familiares

No Brasil esta temática tem sido pouco debatida, tanto nos estudos sobre as questões contemporâneas, como naqueles que pesquisam e tratam do envelhecimento.

Uma pesquisa feita por Adams (1964) sobre os fatores que afetavam a ajuda paterna aos filhos casados revelou que tal ajuda está relacionada ao tempo de casamento do filho, ao estrato ocupacional da família de origem e ao sexo do recebedor. Adams

sugeriu que, devido às diferenças de gênero quanto à busca e à preparação para serem independentes, as jovens casadas têm maior probabilidade de aceitar e de receber ajuda de seus pais do que os rapazes casados.

Saad (2004) também afirmou que a importância do gênero, tanto dos pais quanto dos filhos, ficava clara na definição dos fluxos de transferências de recursos. Corroborando esses resultados, Attias-Donfut (1995) confirmou que as mulheres aposentadas são as que, em geral, se organizam em redes de ajudas familiares, podendo ajudar até duas vezes mais que os homens.

Numa análise comparativa das pesquisas sobre gênero, família e trabalho de Rossi (1986) e Shi (1993) percebeu-se que as mulheres, em geral, aparecem muito mais engajadas em fluxos de apoio do que os homens, o que costuma ser atribuído não só às suas maiores necessidades material-financeiras, mas também ao fato de serem elas mais apegadas emocionalmente aos filhos.

Com relação à solidariedade funcional-afetiva, as pesquisas de Peixoto (2005) sobre as relações de avôs/avós, filhos e netos, demonstraram que, quando as mães trabalham fora de casa, “ficar” e “cuidar” dos netos são tarefas das avós. Já os homens aposentados auxiliam seus filhos duas vezes menos que as aposentadas nas atividades domésticas. De acordo com os dados desta pesquisa sobre gênero, família e trabalho, no universo de mulheres de mais de 50 anos, a proporção de mulheres de baixa renda que trabalham fora e que têm empregada doméstica é muito pequena, apenas 6,6%. Assim, são as avós que ajudam as filhas, assumindo a tarefa de prover e educar os netos.

Neste sentido, Beauvoir (1990), em seu ensaio sobre a velhice, destacou que os sentimentos mais calorosos que os idosos possuem são os relacionados aos netos e as relações com os filhos e netos ocupam, em geral, um espaço maior na vida das mulheres do que na vida dos homens. Sendo assim, pelo fato das idosas estarem mais envolvidas com seus filhos e netos, elas teriam mais proximidade para colaborar, principalmente, com solidariedades funcional-afetivas.

A pesquisa de Almeida et al. (2001) sobre transferências familiares e desemprego também mostrou a diferença das ajudas oferecidas por homens e mulheres. As autoras constataram que limpar e organizar a casa, confeccionar e reparar vestuário são ajudas realizadas somente por mulheres. Já o conserto de equipamentos da casa na parte elétrica ou hidráulica geralmente são ajudas fornecidas por homens, que tiveram oportunidade de adquirir esses conhecimentos e habilidades no mercado de trabalho.

Essas diferenças entre homens e mulheres com relação à solidariedade familiar podem ser explicadas através da história que aponta uma diferenciação com relação à educação feminina e masculina. No Brasil colônia, a vida feminina estava restrita “ao bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços” (SAMARA, 1983, p.59). Ao homem estava ligado o papel da provisão, manutenção e proteção dos bens da família e sobre esta, concentrava o seu poder.

Galindo (1999) retratou o Brasil no século XIX, destacando que a educação feminina era voltada para ensinar as mulheres a ler, escrever e contar, de modo a permitir que estas se tornassem mães aptas a formar cidadãos “bons” e “virtuosos”. Ainda segundo a referida autora, a educação das mulheres consistia em aperfeiçoá-las nas prendas domésticas, preparando-as para o papel de mãe e esposa, pois suas ações sociais deveriam continuar restritas aos domínios domésticos.

A educação voltada para a mulher exercer os papéis de mãe e esposa, demonstra a representação existente do “lar” como esfera feminina e da “rua” como esfera masculina. Segundo Passos (1999), essa divisão sexual é transmitida culturalmente, seguindo a tendência de acreditar que o direcionamento “natural” é o homem seguir o caminho da agressividade, da criatividade e do mundo externo, enquanto cabe à mulher a passividade, menor criatividade e o mundo doméstico.

No campo profissional uma das consequências dessas atitudes é as mulheres se dedicarem a carreiras mal remuneradas, de menor prestígio, exercendo atividades voltadas para o ensino, o cuidado e o servir, como por exemplo, secretárias, enfermeiras e professoras. A fim de terem tempo disponível para realizar essas atividades concomitantemente com o trabalho doméstico, algumas mulheres acabam recorrendo a empregos onde a carga horária de trabalho seja reduzida (PASSOS, 1999).

Diante de tal situação, pode-se notar que as mulheres idosas tiveram muito menos oportunidade educacional e de participação no mercado que os homens. Possivelmente, por isso, essas mulheres possuem rendimentos mais baixos (MOTTA, 1999). Attias-Donfut (2004) acrescentou que as mulheres podem ser penalizadas na velhice por terem dividido seu tempo de vida entre o trabalho e as tarefas familiares. Entretanto, de acordo com a pesquisa de Oliveira e Silva (2012), mesmo passando por dificuldades por causa dos baixos rendimentos, as mulheres são maioria em se tratando de solidariedade funcional-afetiva e material-financeira.

Souto (1999) ressaltou que são as mulheres idosas que vêm assumindo novos papéis na família, como a responsabilidade dos cuidados dos netos pela necessidade da participação da mulher no trabalho fora de casa. Corroborando as assertivas de Souto (1999), Vitale (2005) afirmou que, no esteio das relações entre as gerações, os avós, mais especialmente as mulheres, convivem muitas vezes com a responsabilidade com o cuidado dos netos somada às ajudas financeiras oferecidas aos filhos. Isso porque é das mulheres que a família espera a prestação de assistência à geração mais nova.

Outra perspectiva existente é aquela das mulheres sós. Como as mulheres excedem numericamente os homens – constituem pelo menos 60,0% da população que envelhece – terminam ficando sem par estável, uma vez que os homens morrem mais cedo. Com isso, resta uma significativa parcela de mulheres solteiras, separadas e viúvas, que terminam por assumir um posto tradicionalmente masculino, mas crescentemente feminino: de chefes de família (MOTTA, 1999). Essas são as “avós chefes de família”, provedoras de um grupo familiar onde Camarano (1999b) constatou a existência de poucas pessoas trabalhando.

Oliveira e Silva (2012) analisaram as transferências financeiras feitas aos parentes por pessoas idosas, por meio de empréstimos tomados de instituições financeiras, chegando a duas conclusões. Primeiramente, dentre as mulheres pesquisadas, 63,7% tomam empréstimo para repassar o valor para seus filhos, enquanto apenas 30,7% dos homens usam dessa mesma estratégia. Em segundo lugar, o estudo sugeriu que a percepção dos filhos quanto à dívida assumida junto a seus pais e mães é variável: quando a ajuda é oferecida pelo pai, 26,7% dos filhos lhe devolvem a quantia emprestada; enquanto que, quando a ajuda é oferecida pela mãe, o percentual de devolução cai para 14,3%. Assim, quando as mães utilizam o crédito consignado para ajudar seus filhos, em 85,7% dos casos, elas assumem uma dívida em que os beneficiados não se sentem na obrigação de pagar o empréstimo.

Esta mesma pesquisa evidenciou que um dos motivos pelos quais o filho não reembolsa a mãe parece estar ligado à percepção do papel social da mãe como sendo a pessoa que tem por obrigação de cuidar e suprir as necessidades dos filhos. Do mesmo modo, a mãe parece se responsabilizar pelo pagamento do empréstimo feito para ajudar um filho, com base na ideia de que este é o seu papel como mãe e é este o comportamento que a família espera dela, que realmente ela é a responsável por ajudar financeiramente os filhos e não cobrar o reembolso.

2.4. Teorias

Para melhorar a compreensão dos resultados encontrados, as pesquisas sobre a temática das transferências familiares têm utilizado com frequência a teoria das trocas sociais como marco teórico, pois esta teoria tem por base as questões de troca e a reciprocidade nas relações de ajuda envolvendo os idosos e seus familiares. Segundo essa teoria, seria do interesse dos indivíduos, ao longo da vida, assumir tanto o papel de provedor quanto o de receptor de apoio, como parte de seu processo de interação social (SAAD, 2004). Porém, a teoria do interacionismo simbólico também se mostrou adequada para fornecer aporte teórico para pesquisas sobre transferências familiares. A referida teoria está relacionada aos padrões de interpretação e “construção do significado” nos cenários sociais. O pressuposto desta teoria é de que os comportamentos devem ser vistos como socialmente construídos e aprendidos, sugerindo que os indivíduos são profundamente influenciados pela sociedade (CHIBUCOS et al., 2005). A teoria do interacionismo simbólico é mais utilizada em estudos com crianças, mas os conceitos por ela introduzidos foram considerados apropriados para dar suporte teórico aos estudos relacionados à aprendizagem de papéis desempenhados por adultos. Sendo assim, neste trabalho as discussões foram realizadas à luz da teoria das trocas sociais conjugada com a teoria do interacionismo simbólico.

2.4.1. Teoria das trocas sociais

A teoria das trocas sociais emergiu dentro do estudo sobre famílias na última parte do século XX, tendo mais destaque em 1960. Esta teoria surgiu a partir das tradições filosóficas do utilitarismo, comportamentalismo e economia neoclássica. Aplicações iniciais da teoria das trocas sociais no estudo da família surgiram do trabalho de sociólogos como Blau (1964) e Thibaut e Kelley (1959) que focaram na avaliação racional do auto-interesse nos relacionamentos sociais humanos. Basicamente, a teoria das trocas sociais pode ser vista como capaz de fornecer uma metáfora econômica aos relacionamentos sociais (CHIBUCOS et al., 2005).

O conceito de “troca social” introduzido por Blau (1964) refere-se às ações voluntárias de indivíduos, motivados pelos retornos que as ações possam trazer. Na

análise de Blau, sobre troca e poder, encontram-se quatro recursos de poder: dinheiro, aceitação social, estima ou respeito e aprovação social. Segundo o referido autor conselhos e serviços também podem ser trocados e o lucro que um indivíduo tem com uma troca equivale à diferença entre recompensas menos custos. Além disso, as trocas sociais geram sentimentos de obrigação, confiança e gratidão. O conceito de trocas sociais exclui trocas ocorridas sob coação física ou que resultem do desejo de alguém de corresponder às normas institucionalizadas.

Para Sprecher (2005) o princípio fundamental dessa teoria é que os indivíduos nas situações sociais escolhem comportamentos que maximizem as possibilidades de atenderem aos próprios interesses. Nye apud Almeida (1998) acrescentou que o princípio geral das trocas sociais consiste em evitar comportamentos custosos entre as pessoas, procurando-se status, relações, interações e sentimentos recompensadores, com a finalidade de maximizar os lucros. Assim, os indivíduos escolhem racionalmente os comportamentos sociais mais benéficos como resultados de revisões racionais de toda informação disponível.

Neste contexto Mauss (1974) postula um entendimento da constituição da vida social por um constante dar-e-receber. Para Mauss (1974) dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. Assim, as trocas são praticadas de formas variadas. Ainda segundo este autor, as trocas incluem bens economicamente úteis ou não, podendo incluir festas, gentilezas e banquetes. Desta forma é estabelecido um contrato social.

Retomando a discussão acerca da teoria das trocas sociais, faz-se necessário incluir algumas suposições básicas. Primeiro esta teoria trabalha com a suposição de que os indivíduos são geralmente racionais e se empenham em calcular os custos e benefícios das trocas sociais. Essa teoria fundamenta-se na suposição de que os indivíduos engajados nas interações estão racionalmente buscando maximizar os lucros ou benefícios a serem recebidos dessas situações, especialmente em termos de atendimento às necessidades individuais. A esse respeito, a teoria das trocas sociais assume que essas trocas são esforços dos participantes para preencher as necessidades básicas. Segundo os processos de troca que produzem compensações ou recompensas para os indivíduos leva à padronização das interações sociais. Os indivíduos podem procurar relacionamentos e interações que promovam suas necessidades, mas também

são recebedores de outros indivíduos que também são motivados pelos desejos de atender suas próprias necessidades (CHIBUCOS et al., 2005).

Ainda segundo Chibucos et al. (2005) por causa da natureza competitiva dos sistemas sociais, os processos de troca levam à diferenciação do poder e privilégio em grupos sociais. Como em qualquer situação competitiva, o poder nas trocas sociais respalda-se nos indivíduos que possuem mais recursos, além disso, estão em melhor posição de se beneficiar com a troca. Isso porque estes indivíduos têm a chance de determinar como e quando estas trocas sociais devem acontecer. Por exemplo, em termos de benefícios básicos estruturais, filhos jovens têm mais a ganhar em um relacionamento pai-filho do que os pais. Os filhos jovens apoiam-se nos pais para provisão de recursos a fim de atender as necessidades básicas. Relativamente, poucas são as necessidades básicas dos pais atendidas pelos filhos, por isso o pai tem menos interesse pessoal no relacionamento e, conseqüentemente, possui maior poder do que os filhos. Conforme o filho envelhece e desenvolve a capacidade de atender às próprias necessidades básicas, o poder diferencial que existe no relacionamento pai-filho enfraquece. Assim pais e filhos passam a ter interesses pessoais semelhantes no relacionamento, e alguns anos depois, quando os pais chegarem à velhice, a situação inicial estará invertida: os pais precisarão apoiar-se nos filhos para suprir as necessidades básicas e o filho possuirá mais poder dos que os pais.

Para melhor compreensão da teoria das trocas sociais, apresentam-se a seguir alguns termos e conceitos desta teoria que serão úteis para discussão ao longo deste trabalho.

A teoria das trocas sociais utiliza dois conceitos básicos: equidade e reciprocidade. Homans apud Chibucos et al. (2005) introduziu a noção de que os indivíduos estão mais confortáveis quando percebem que estão recebendo benefícios aproximadamente iguais ao que estão colocando no relacionamento. No entanto percebe-se que a realidade da vida familiar está repleta de relacionamentos que promovem as percepções de desigualdade. Os relacionamentos entre irmãos de idades diferentes, relacionamentos pais-filhos e relacionamentos entre cônjuges raramente são verdadeiramente iguais em todas as situações.

As trocas sociais caracterizadas pelas percepções de igualdade implicam na presença da reciprocidade. Portanto, os indivíduos se sentem satisfeitos quando percebem níveis relativamente balanceados de reciprocidade em uma troca social.

Chibucos et al. (2005) afirma que os indivíduos que percebem a presença da reciprocidade em seu relacionamento social têm maior probabilidade de sentirem satisfeitos e de manterem tais relacionamentos.

Gotlieb apud Leal (2006) mencionou que o bem-estar das pessoas provém de um padrão de trocas igualitárias, o que resulta em benefícios psicológicos, incluindo sentimento de autovalorização. Neste sentido, Neri (1999) afirmou que a interdependência é mais positiva, no sentido de que as trocas balanceadas irão promover o sentimento de equidade entre os envolvidos. A abordagem de equidade mostra que desequilíbrios nas trocas de recursos entre indivíduos podem apresentar severas consequências psicológicas. Rook apud Leal (2006) tratando dessa teoria apontou que dar mais do que receber leva a sentimentos de injustiça e ressentimento e, receber mais do que o que se dá leva a sentimentos de culpa e vergonha.

Em conformidade com Woortman apud Almeida (1998) a reciprocidade não segue imediatamente a prestação inicial. Sendo mais como um crédito ganho para ser utilizado, posteriormente, quando necessário. Esta relação, denominada de sistema de crédito, está intimamente ligada com o fator seguro-velhice, pois este consiste em uma forma implícita em que os idosos investem nos filhos por meio de transferências funcional-afetivas e material-financeiras com a expectativa de compensações futuras.

Outros conceitos importantes são os de recompensas e custos. Para Chibucos et al. (2005) as recompensas são descritas como quaisquer benefícios trocados em relacionamentos pessoais, podendo ser classificados como concretas ou simbólicas. Em todos os casos, o status de algo como recompensa é percebido como recompensador por um indivíduo em uma troca social.

Nye apud Almeida (1998) ainda conceitua recompensas, como sendo “prazeres, satisfações e gratificações de que a pessoa desfruta”. Este conceito de recompensa é significativo, pois incluiu status, relações, interações e sentimentos, que fornecem gratificações para as pessoas. Isso inclui todos os aspectos físicos, sociais e psicológicos. Assim, o comportamento dos indivíduos é motivado pelo desejo de buscar recompensas e evitar potenciais custos nas relações sociais.

Já os custos são punições ou recompensas perdidas que resultam das trocas sociais. De forma geral, estas possuem três custos potenciais. Os custos com investimentos representam a energia e o investimento pessoal, cognitivo ou emocional. Os custos diretos incluem o tempo, recursos financeiros ou outros recursos estruturais

que são dedicados à troca. E, finalmente, os custos de oportunidade que representam as possíveis recompensas que podem ser perdidas como resultado do relacionamento ou da troca social. Por exemplo, um pai sacrifica consideráveis recompensas possíveis ou benefícios para criar responsabilmente seus filhos.

2.4.2. Teoria do interacionismo simbólico

Para analisar e discutir as percepções dos aposentados e dos filhos sobre as transferências familiares recorreu-se à teoria do interacionismo simbólico, que está relacionado aos padrões de interpretação e “construção do significado” nos cenários sociais.

A ciência social contemporânea aplicada ao estudo dos grupos tais como famílias, está preocupada, na maioria das vezes, com o comportamento das pessoas. Porém, duas pessoas podem estar exatamente na mesma situação e ter comportamentos e interpretações diferentes do que está acontecendo. White e Klein (2008) comentaram a seguinte situação: ao questionar um marido e uma esposa quantas vezes eles brigaram na última semana, assume-se que eles considerariam os mesmos eventos como sendo “brigas”, mesmo porque ambos tiveram que estar presentes para que ocorresse uma “briga”. Mas as respostas encontradas foram diferentes. Deve-se concluir com isso que a disparidade em contar o número de brigas é uma diferença na interpretação sobre o que constitui uma briga, ou uma questão de memória, ou ambos. Sendo assim, o interacionismo simbólico, mais do que qualquer outra teoria da família, chama a atenção para como os eventos são interpretados pelos indivíduos.

Surgindo a partir do trabalho de filósofos e cientistas sociais tais como William James e John Dewey e do trabalho dos sociólogos como George Herbert Mead e Charles Horton Cooley, o interacionismo simbólico foca nos significados que existem na vida social, salientando a importância de entender os sentidos e definições que os indivíduos atribuem a uma situação (CHIBUCOS et al., 2005). George Herbert Mead é provavelmente o mais reconhecido de todos aqueles que tiveram influência no interacionismo simbólico. Mead acreditava que os indivíduos aprendem sobre eles mesmos com as interações com os outros que são baseadas em gestos. Um gesto pode

ser pensado como qualquer ação que causa uma resposta ou reação na outra pessoa (INGOLDSBY et al., 2004).

As bases para o desenvolvimento do interacionismo simbólico foram algumas ideias daqueles filósofos. A primeira contribuição importante foi a visão do mundo como algo que está sempre mudando, ao invés de uma estrutura estática cuja história está pré-determinada. Segundo, que a estrutura social não é algo fixo no tempo, mas está constantemente mudando e se desenvolvendo. Terceiro, eles foram talvez os primeiros a sugerir que o significado não vem não dos objetos, mas das interações dos indivíduos com esses objetos (INGOLDSBY et al., 2004).

Existem inúmeros termos e conceitos abordados por esta teoria. Começando pelo título verifica-se que este combina dois termos importantes: símbolos e interação. De acordo com Ingoldsby et al. (2004) símbolos são os produtos da interação social. O significado deles é adquirido pelos indivíduos por meio da maneira como veem os outros os usando. Portanto, o significado de um símbolo em uma situação pode não ser o mesmo em uma situação diferente. A definição do símbolo pelo indivíduo é baseada no contexto da situação ou no ambiente, sendo que ele aprende por meio da interação com outros neste ambiente.

Para entender o termo “significado” em um contexto social, os interacionistas simbólicos focam na maneira em como esses sistemas complexos de símbolos são compartilhados. De fato, para que a comunicação aconteça, os símbolos devem ser compartilhados de comum acordo. Portanto, o foco está no processo pelo qual a criança adquire o sistema de símbolos da sociedade (WHITE; KLEIN, 2008). Estes significados, então, são aprendidos nos contextos sociais e os indivíduos passam a entendê-los por intermédio das interações sociais. O pressuposto desta teoria é de que os comportamentos devem ser vistos como socialmente construídos e aprendidos (CHIBUCOS et al., 2005).

Falar sobre os “símbolos” sem falar sobre “interação” é quase impossível, uma vez que os dois termos são dependentes um do outro. Burr et al. apud Ingoldsby et al. (2004) define interação como sendo um comportamento social entre duas ou mais pessoas durante o qual algum tipo de comunicação acontece, fazendo cada pessoa reagir à situação e, como resultado, modificar seu comportamento. Essa comunicação pode ser verbal ou não verbal, como, por exemplo, na forma de gestos. Mas estes gestos e símbolos não significam nada se não houver alguém em volta para interpretar e reagir a

eles, tornando, portanto, a interação uma parte necessária da socialização. Socialização, por sua vez, é o processo pelo qual os indivíduos adquirem símbolos, crenças e atitudes da cultura à qual pertencem (WHITE; KLEIN, 2008). Se estas interações com outros indivíduos ensinam o que os símbolos e gestos significam, isso também quer dizer que as interações ensinam as normas sociais apropriadas. As normas sociais podem ser definidas como expectativas sobre como agir em cada situação (INGOLDSBY et al., 2004).

Outro fator que pode influenciar o comportamento das pessoas em qualquer situação social é o papel definido por elas mesmas. Embora o conceito de papel não tenha origem no interacionismo, sem dúvida é um dos seus conceitos mais básicos. Segundo White e Klein (2008) um papel é um conjunto de normas sociais para uma posição específica em uma estrutura social. Por exemplo, o papel da mãe é definido pelas normas sociais como criação e proteção dos filhos.

As expectativas para cada um desses papéis não são as mesmas, e não apenas as expectativas diferem com relação aos papéis, mas também diferem com relação às pessoas com os mesmos papéis. Ou seja, cada pessoa define para si o que é apropriado para cada um dos seus papéis. Existem diversas dimensões do conceito de papel que são significativas para explicar os fenômenos familiares. Uma dimensão importante dos papéis são as expectativas que o indivíduo e os outros com quem ele está interagindo têm sobre o desempenho do papel.

Chibucos et al. (2005) enfatizou que os papéis são definidos como normas compartilhadas aplicadas aos ocupantes das posições sociais, descrevendo e prescrevendo como agir e reagir. Em outras palavras, essas normas contribuem para as definições de como as pessoas deveriam se comportar nos seus papéis sociais.

No estudo da família, surgiram algumas variantes recentes da teoria do interacionismo simbólico e White e Klein (2008) identificaram e discorreram sobre duas abordagens pertinentes para este trabalho. A abordagem “estrutural” e a “interacional”. O foco da abordagem estrutural está no conceito do papel. As três noções básicas nesta abordagem são posição (ou status), norma e papel. Uma posição ou status é vista como incorporada a uma rede social de posições inter-relacionadas. Cada posição tem normas sociais e expectativas associadas a ela. Por exemplo, na maioria das sociedades, espera-se que uma mulher na posição de “mãe” se comporte de maneira carinhosa com seu filho. Um papel social simplesmente representa o grupo completo de expectativas ou

normas para qualquer status, ou posição. Uma pessoa pode ocupar várias posições e, portanto, papéis em um momento específico ou ao longo de toda a vida.

Nos termos mais gerais, os estruturalistas acham que os roteiros para os papéis são passados para os atores pela sociedade, a qual “precede o indivíduo”, e embora os desempenhos dos atores nos papéis variem de alguma maneira, o conteúdo realmente normativo dos papéis varia muito pouco de indivíduo para indivíduo.

Já a abordagem interacional está intimamente ligada ao trabalho de Turner apud White e Klein (2008) que foca nas famílias individuais. De acordo com White e Klein (2008), Turner, ao contrário dos estruturalistas, acredita que muitas das normas sociais são desenvolvidas por meio da interação. A aceitação de um papel pelo indivíduo não é simplesmente a atuação de um papel bem definido, mas sim a “construção” do papel através da interação com os outros e com o contexto. Os indivíduos têm a liberdade de construir papéis e comunicar este papel a outros. Portanto, Turner enfatiza a dimensão criativa e de resolução de problemas que os papéis possuem, a qual é negligenciada pelos interacionistas simbólicos estruturalistas. Enquanto os estruturalistas enfatizam como os indivíduos são construídos pela sua cultura e sociedade, os interacionistas enfatizam como a cultura e a sociedade são criadas pela interação dos indivíduos (WHITE; KLEIN, 2008).

Ainda conforme White e Klein (2008), o ramo do interacionismo simbólico dentro das perspectivas estrutural e interacional derivaram de diferenças profundas. De acordo com as duas visões, o comportamento social seria criado principalmente por normas estruturais ou pela construção de papéis pela interação. Está claro que há algumas normas e papéis em qualquer sociedade que são estritamente sancionadas e, como resultado, fornecem pouco espaço para a construção dos papéis, como no caso dos papéis de pais e mães. Mas, há muitos outros papéis e normas que são menos claramente definidos, por exemplo, o papel dos avós e das cunhadas, fornecendo espaço para que os indivíduos construam estes papéis. Portanto, consideram-se ambas as perspectivas como válidas e necessariamente complementares para uma verdadeira análise do comportamento social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como quantitativa-qualitativa de natureza exploratória-descritiva. De acordo com Gil (1995) as pesquisas exploratórias buscam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias a fim de proporcionarem uma visão geral, de tipo aproximativo de determinado fato. Já as pesquisas descritivas objetivam descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis.

Considera-se esta uma pesquisa exploratória por existirem poucos estudos acerca dos papéis desempenhados por homens e mulheres aposentados na economia familiar, buscando-se, assim, um melhor entendimento da situação. Por sua vez, classifica-se esta como pesquisa descritiva porque buscou-se descrever as características socioeconômicas dos idosos e de seus filhos, bem como os comportamentos destes últimos diante da dívida contraída junto aos pais.

Com relação à pesquisa qualitativa, Creswell apud Cappelle et al. (2007) afirma que esta é:

Definida como um processo de compreensão de um problema social ou humano, com base na construção de um quadro complexo e holístico formado por palavras, relatos detalhados dos informantes e conduzido em um cenário específico. Minayo (2000) acrescenta que as metodologias de pesquisa qualitativa podem ser entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Por outro lado, Creswell (1994) descreve uma pesquisa de natureza quantitativa como uma investigação de um problema social ou humano, baseada no teste de uma teoria composta de variáveis, mensurada por números e analisada com procedimentos estatísticos, a fim de determinar se as generalizações preditivas da teoria se mantêm

confirmadas. Creswell (1994) também afirma ser possível combinar pesquisas qualitativa e quantitativa em um único estudo mediante o uso de múltiplos métodos de coleta e análise de dados, dependendo do problema a ser investigado (CAPPELLE et al., 2007, p.7).

Em função do objetivo de analisar comparativamente o papel desempenhado por homens e mulheres aposentados nas transferências financeiras, além de procurar compreender se existe diferença de comportamento dos filhos diante da dívida contraída com suas mães e com seus pais, associou-se a abordagem quantitativa com a qualitativa nesta pesquisa. Acredita-se que a conjugação dessas metodologias possibilitou entender um problema social com seu sentido e/ou significado, e utilizando para esse entendimento, critérios encontrados no campo teórico. Assim, essa compreensão partiu de critérios pré-estabelecidos em um roteiro, mas também se fez uso das opiniões, relatos e considerações que os sujeitos da pesquisa expressaram durante as entrevistas.

3.1. Local de estudo

O presente estudo foi realizado no município de Viçosa-MG, localizado na Zona da Mata mineira, à aproximadamente 225 km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. O município possui uma área territorial de 299,418 km², sendo a densidade demográfica 241,20 hab/km². A população total do município era de 72.220 habitantes, dos quais 67.305 residiam na zona urbana e 4.915 na zona rural. Homens e mulheres que possuíam 60 anos ou mais somavam 7.976 habitantes, perfazendo um total de 11,0% da população total (IBGE, 2010).

Os dados do IBGE (2010) mostraram que o número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos no estado de Minas Gerais correspondia a 11,8% da população. Portanto, em termos de porcentuais a população idosa do município de Viçosa assemelha-se a média estadual, o que permite que esta pesquisa sirva de referência para outras que possam vir a ser desenvolvidas em outras regiões do Estado.

3.2. População e amostra

A população estudada foi constituída por servidores públicos federais aposentados pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), de ambos os sexos, e seus respectivos filhos adultos que receberam ajuda financeira. Optou-se pela escolha destes aposentados pela heterogeneidade deste grupo, uma vez que apresentavam diversos níveis de renda e escolaridade (desde o ensino fundamental incompleto até pós-doutorado). Assim, foi possível compreender as diversas situações nas quais estes aposentados e seus filhos estavam inseridos.

Considerando os objetivos propostos foi selecionada uma amostra intencional seguindo os seguintes critérios: ter idade igual ou superior a 60 anos, ter se aposentado nos últimos 5 anos (de janeiro de 2007 a março de 2012), ter ajudado financeiramente pelo menos um filho adulto⁴ e residir na zona urbana⁵ de Viçosa-MG. Esta amostra foi obtida a partir dados cadastrais fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Viçosa.

Neste trabalho, a idade de 60 anos foi adotada como ponto de referência devido ao fato de a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmar que, nos países em desenvolvimento, a idade de 60 anos é o ponto de transição das pessoas para o segmento idoso da população (SANTOS; BARROS, 2008). Além disso, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741) considera idoso o indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003). Ademais, destacam-se diversos outros trabalhos que consideraram este critério, como os de Tavares (2011a) e de Camarano (2002). Sessenta anos também é a idade usada pelo IBGE para distinguir o segmento idoso da população.

A seleção de pessoas aposentadas nos últimos 5 anos baseou-se na importância de se determinar um espaço de tempo relativamente curto para que os idosos pudessem se lembrar das informações necessárias durante a entrevista.

De acordo com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV, entre janeiro de 2007 e março de 2012 aposentaram-se 540 servidores. Para garantir a privacidade dos aposentados foram fornecidos apenas dados de domínio público: nome completo, data

⁴ Foram considerados adultos os filhos com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, pois de acordo com a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil (BRASIL, 2002).

⁵ Para a definição do espaço rural e urbano, o estudo foi pautado no critério do IBGE no qual é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila).

da aposentadoria, cargo ocupado antes de se aposentar e lotação (departamento e/ou setor ao qual o servidor era vinculado). Do total de 540 aposentados, 12,2% aposentaram-se em 2007, 13,5% em 2008, 20,9% em 2009, 21,7% em 2010, 22,6% em 2011 e 9,1% de janeiro a março de 2012. Com relação ao sexo tem-se que 78,5% eram do sexo masculino e 21,5% do sexo feminino. Quanto à escolaridade, 36,3% estavam em cargos que exigiam ensino fundamental incompleto ou completo, 42,8% em cargos com exigência de ensino médio completo e 20,9% ocupavam cargos onde a escolaridade mínima deveria ser superior completo. É importante ressaltar que as proporções com relação ao sexo, ao tempo de aposentadoria e à escolaridade foram, na medida do possível, mantidas na amostra selecionada para as entrevistas, na tentativa de se manter fiel a população total. Somente as proporções quanto à escolaridade apresentaram pequenas variações, pois as informações passadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV apontavam a escolaridade mínima exigida para ocupação dos cargos, e não a escolaridade do indivíduo.

Informações mais detalhadas como endereço e telefone foram obtidas por meio de consulta à Lista Telefônica da Zona da Mata Norte do ano de 2010/2011 disponibilizada pela operadora de telefonia fixa Oi, editada pela Guiatel S/A – Editores de Guias Telefônicos.

Primeiramente, pensou-se em realizar um cálculo amostral para população finita com 90% de confiança de acordo com a fórmula:

$$n = \frac{\partial^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + \partial^2 \cdot p \cdot q} = 60,22$$

Onde:

N = Universo = 540;

∂ = Nível de confiança = 1,645 (90%);

e = Erro amostral = 10;

p.q = Porcentagem pelo qual o fenômeno ocorre = (50 x 50);

n = Amostra.

Sendo assim, seriam entrevistados 60 aposentados, escolhidos aleatoriamente. Porém, ao começar a busca na lista telefônica percebeu-se que uma boa parte dos

aposentados, por não possuir telefone fixo, não constava na lista. Além do que, existia a possibilidade de alguns aposentados não terem idade igual ou superior a 60 anos ou nunca ter ajudado financeiramente um filho adulto. Por isso, decidiu-se entrevistar todos os aposentados que constavam, ao mesmo tempo, na lista fornecida pela Pró-Reitoria e na lista telefônica, a fim de verificar quais atenderiam aos critérios para seleção dos entrevistados.

Após a realização da busca pelos endereços e telefones dos 540 aposentados, 228 foram encontrados na lista telefônica. Como não se tinha informações a respeito da idade e da prestação de ajuda financeira a um filho adulto foi necessário entrar em contato com todos os 228 encontrados. O primeiro contato foi feito por telefone, no qual era explicado o motivo da ligação, que se tratava de uma pesquisa científica para dissertação de mestrado, na tentativa de agendar uma entrevista. Dos 228 que constavam na lista telefônica, 46 não foram localizados e 1 havia morrido. Os aposentados não foram localizados por alguns motivos como ter mudado para outra cidade, estar viajando a trabalho ou de férias, o telefone não estar recebendo ligações, não ter sido possível um contato por telefone, mesmo tendo sido realizadas diversas tentativas em dias e horários variados.

Pelo contato telefônico realizado com os 181 aposentados restantes, 37 não aceitaram participar da pesquisa e 5 não puderam participar por alegarem problemas de saúde. Com isso, 139 aceitaram marcar uma entrevista. Depois de entrevistá-los foi necessário eliminar alguns por não atenderem aos critérios estabelecidos neste estudo: 29 não possuíam idade igual ou superior a 60 anos, 6 não tinham filhos, 4 tinham apenas filhos menores de idade, 1 não ajudava filhos adultos e 2 apresentaram confusão mental ao responder perguntas simples como idade e o número de filhos que possuíam. Por fim, os aposentados que preencheram todos os critérios desta pesquisa totalizaram 97 indivíduos.

Conforme afirmou Saad (2004), no Brasil tem crescido o número de filhos adultos que de alguma forma dependem dos pais idosos. Fato este que foi observado na população estudada, visto que dos 139 aposentados que aceitaram ser entrevistados apenas 1 foi eliminado por não ajudar financeiramente nenhum filho adulto.

Após as entrevistas com os pais, os filhos adultos ajudados financeiramente foram procurados. Para tanto, foi pedido aos pais o endereço e o telefone dos respectivos filhos. Para entrevistá-los, foram realizados os mesmos procedimentos

adotados para com os aposentados: inicialmente procedeu-se um contato telefônico com todos os filhos e em seguida à realização das entrevistas. Foram contatados 255 filhos, porém 55 não quiseram participar da pesquisa, 57 residiam em cidades de difícil acesso (em alguns casos, havia filhos morando em outros estados e até mesmo em outros países) e 2 eram dependentes químicos e não teriam condições de participar. Sendo assim, foram entrevistados 141 filhos.

3.3. Procedimentos de coleta de dados

Foram realizados dois tipos de entrevistas semiestruturadas, sendo uma direcionada ao idoso aposentado e outra ao filho que foi ajudado financeiramente. Ambas as entrevistas possuíam um roteiro oferecendo um direcionamento para a pesquisadora (Apêndices A e B).

Segundo Moreira (1994), a entrevista semiestruturada é uma técnica de pesquisa que, ao contrário da entrevista estruturada, oferece ao entrevistador a possibilidade de adaptar esse instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e receptividade do entrevistado, característica esta muito importante em pesquisas de caráter qualitativo.

Assim, a entrevista semiestruturada foi escolhida, apesar de conter algumas questões previamente definidas, por ser considerada uma técnica que possibilita ao entrevistador conduzir cada entrevista de forma singular, podendo fazer intervenções sempre que necessário e aproveitar melhor as respostas dos aposentados, como por exemplo, as justificativas dadas aos atos de ajuda financeira, os conflitos entre membros da família gerados pela ação etc.

O primeiro contato foi feito por telefone para marcar um horário para a entrevista. As entrevistas ocorreram no período de junho a agosto de 2012 e foram realizadas nos locais e horários indicados pelos entrevistados: em seu próprio domicílio, no local de trabalho, no campus da UFV ou em qualquer outro lugar que fosse acessível para eles, visando o conforto e a menor interferência nas atividades do entrevistado, de modo a conseguir o maior número possível de participações.

Todas as entrevistas tiveram registro de áudio com a autorização dos participantes. Ao término da análise dos dados, essas gravações das entrevistas foram apagadas para evitar que, por qualquer motivo, pessoas não autorizadas tenham acesso

ao material e/ou que este seja divulgado indevidamente. A autorização dos participantes foi formalizada por meio de um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, sendo que a participação no estudo era voluntária, assim foram entrevistados apenas aqueles que se sentiram à vontade para responder às perguntas. Também foi garantida a total privacidade aos entrevistados, uma vez que os resultados foram divulgados sem que seus nomes fossem revelados. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa.

Durante as gravações das entrevistas, foram feitas observações do todo, anotando-as em um caderno de campo, para que as impressões da pesquisadora pudessem ser consideradas no estudo.

3.4. Procedimentos de análise de dados

Para a análise dos dados foi utilizada metodologia qualitativa conjugada com técnicas quantitativas. Para os dados quantitativos foi feita uma análise estatística descritiva utilizando-se o programa *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* – Versão para *Windows 17.0*. Já os dados qualitativos foram tratados por meio da análise das falas com base na teoria do interacionismo simbólico e na teoria das trocas sociais. Neste processo buscou-se “interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.680).

Em relação aos idosos foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, número de filhos vivos, com quem mora, situação da moradia, escolaridade, tempo de aposentadoria, profissão, renda média mensal, quantos filhos foram ajudados, classificação e frequência das ajudas, motivos que levaram os pais a ajudar financeiramente os filhos, fonte de recursos utilizada, reembolso, impactos econômicos e sociais e sentimento com relação às ajudas.

As variáveis relativas aos filhos foram: sexo, idade, estado civil, número de filhos vivos, situação da moradia, escolaridade, situação profissional, renda média mensal, com quem mora, classificação e frequência das ajudas, fatores que levaram a solicitação de ajuda financeira aos pais, realização de reembolso, impactos sociais da falta de reembolso.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo contém uma análise dos resultados obtidos das entrevistas realizadas com os pais aposentados e seus respectivos filhos. Primeiramente será apresentado o perfil socioeconômico e demográfico de pais e filhos e a percepção destes sobre as transferências ou ajudas financeiras. A seguir serão discutidas as formas, frequências e o valor das ajudas, seguindo-se a apresentação das fontes de recursos utilizadas pelos pais para ajudar seus filhos. Em terceiro lugar serão analisados os fatores que levaram os pais a ajudar os filhos e os fatores que fizeram com que os filhos recorressem ao auxílio dos pais, seguidos pela análise dos sentimentos de pais e filhos sobre as ajudas financeiras. Finalmente apresentar-se-ão os resultados referentes à questão do reembolso dos filhos a seus respectivos pais.

4.1. Caracterização dos pais aposentados

No que diz respeito às características demográficas e socioeconômicas dos idosos, foram analisadas as seguintes: sexo, idade, estado civil, número de filhos vivos, com quem reside, situação da moradia, escolaridade, tempo de aposentadoria, profissão e renda média mensal.

Dentre 97 aposentados entrevistados, 78,4% (n=76) eram homens e 21,6% (n=21) mulheres, sendo que 76,3% (n=74) tinham entre 60 e 64 anos e 79,4% (n=77) eram casados. A grande maioria, 97,9%, (n=95), residia em casa própria e os demais em casa alugada, não havendo situações de moradia emprestada por amigos ou parentes. As

outras características como escolaridade, tempo de aposentadoria e valor da aposentadoria apresentaram muitas variações, conforme é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil demográfico e socioeconômico dos aposentados entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Características	Frequência		
	N	%	
Sexo	Masculino	76	78,4
	Feminino	21	21,6
	TOTAL	97	100,0
Faixa etária	De 60 até 64 anos	74	76,3
	Acima de 64 até 69 anos	12	12,4
	Acima de 69 até 74 anos	11	11,3
Estado civil	Casado	77	79,4
	Divorciado	10	10,3
	Viúvo	06	6,2
	Solteiro	04	4,1
Situação da moradia	Própria	95	97,9
	Alugada	02	2,1
Número de filhos adultos	1	08	8,2
	2	27	27,9
	3	43	44,3
	4	07	7,2
	5	06	6,2
	6	02	2,1
	7	04	4,1
Com quem reside	Com cônjuge e filhos	47	48,4
	Com cônjuge	22	22,7
	Sozinho	14	14,4
	Com cônjuge, filhos e netos	05	5,2
	Com filhos	03	3,1
	Com cônjuge, filhos, genro/nora e netos	02	2,1
	Com cônjuge e netos	02	2,1
	Com cônjuge e sogra	01	1,0
Com irmã	01	1,0	
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	36	37,1
	Ensino fundamental completo	11	11,3
	Ensino médio incompleto	03	3,1
	Ensino médio completo	24	24,7
	Ensino superior incompleto	01	1,0
	Ensino superior completo	22	22,7

Características	Frequência		
	N	%	
Tempo de aposentadoria	Menos de 1 ano	11	11,3
	Acima de 1 ano até 2 anos	25	25,8
	Acima de 2 anos até 3 anos	27	27,9
	Acima de 3 anos até 4 anos	15	15,5
	Acima de 4 anos até 5 anos	08	8,2
	Acima de 5 anos até 6 anos	11	11,3
Valor da aposentadoria (em salário mínimo)	Até 1	00	0,0
	Acima de 1 até 3	06	6,2
	Acima de 3 até 5	45	46,3
	Acima de 5 até 7	19	19,6
	Acima de 7 até 9	08	8,2
	Acima de 9 até 11	05	5,2
	Acima de 11 até 13	03	3,1
	Acima de 13 até 15	03	3,1
	Acima de 15 até 17	02	2,1
	Acima de 17 até 19	01	1,0
	Acima de 19 até 21	02	2,1
	Acima de 21 até 23	02	2,1
	Acima de 23	01	1,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Relacionando-se o estado civil e o sexo, tem-se que 47,6% (n=10) das mulheres eram casadas, 23,8% (n=5) eram divorciadas, 14,3% (n=3) eram solteiras e 14,3% (n=3) viúvas. Enquanto que, dos homens, 88,2% (n=67) eram casados, 6,6% (n=5) eram divorciados, 3,9% (n=3) eram viúvos e 1,3% (n=1) solteiros.

Percebe-se que o percentual de mulheres viúvas é significativamente maior do que o de homens viúvos. Por outro lado, o percentual de homens casados é maior do que o de mulheres casadas. É importante ressaltar que dentre os 67 homens casados, 16,4% (n=11) não estavam no seu primeiro casamento, ou seja, já haviam se casado outra(s) vez(s). Das mulheres casadas, todas estavam em seu primeiro casamento. Estes dados estão em concordância com outros estudos, como os de Camarano (2002), Salgado (2002) e Motta (1999), que apontaram haver, no Brasil, uma maior proporção de mulheres idosas viúvas, bem como uma maior proporção de homens idosos casados, pois após a morte dos companheiros ou com o divórcio as mulheres permanecem sozinhas, enquanto um maior número de homens, quando se encontram nesta situação, casam-se novamente. Segundo as referidas autoras, o estado conjugal predominante entre as mulheres idosas e os homens idosos é, respectivamente, a viuvez e o de casado. Para as autoras, essa diferenciação quanto ao estado conjugal é consequência da maior longevidade das mulheres e das normas sociais e culturais, pois, por tradição, as

mulheres tendem a se casar com homens mais velhos do que elas, o que, somado à maior expectativa de vida das mulheres – aproximadamente 7 anos a mais do que os homens (IBGE, 2010) – aumenta a probabilidade de sobrevivência das mulheres em relação aos seus cônjuges.

Quanto ao número de filhos, 72,2% (n=70) dos aposentados tinham entre 2 e 3 filhos, porém como se pode observar alguns chegam a ter até 7 filhos. Quando o número de filhos é relacionado ao nível de escolaridade dos aposentados percebe-se que entre aqueles que tinham apenas 1 filho, 87,5% (n=7) possuíam ensino médio ou superior completo. Já os que tinham 5, 6 ou 7 filhos, respectivamente, 83,3% (n=5), 100,0% (n=2) e 75,0% (n=3) não haviam completado o ensino fundamental. Nota-se assim uma relação inversa entre grau de escolaridade dos indivíduos e taxa de natalidade.

Outro dado interessante a ser observado refere-se à coabitação: 58,9% (n=57) dos aposentados moravam na mesma residência que os filhos adultos. Todavia, nestas situações, eram os filhos que estavam na casa dos pais. O fato de a residência pertencer ao aposentado é visto como um aspecto positivo para a promoção da autonomia e da independência dos idosos, além da melhoria na qualidade de vida. De acordo com Areosa e Areosa (2008), Leal (2006) e Delgado e Cardoso Júnior (1999), por meio das transferências em dinheiro, de prestação de serviços e sustento por meio da coabitação, vem ocorrendo uma inversão de papéis, em que o idoso passa da posição de assistido pelos familiares ao papel de provedor ou assistente da família, fato este que contribui para o bem-estar dos idosos.

Outras formas de coabitação encontradas neste estudo envolviam netos, sogro e sogra e irmão e irmã. Apenas 22,7% (n=22) dos aposentados moravam somente com o cônjuge e 14,4% (n=14) moravam sozinhos.

Quanto ao tempo de aposentadoria, observa-se uma variação entre 2 meses até 5 anos e 3 meses, pois foram entrevistados indivíduos aposentados entre janeiro de 2007 e março de 2012, conforme critério estabelecido para a pesquisa. O nível de escolaridade, bem como o valor da aposentadoria, também apresentou variações já esperadas, uma vez que a amostra era bastante heterogênea, incluindo servidores de diversos níveis e funções na universidade. Como, neste caso, o nível de escolaridade está diretamente ligado no valor da aposentadoria, as variações do mesmo também foram consideráveis.

O valor da aposentadoria e da fonte de renda extra foram convertidos em salários mínimos⁶.

Relacionou-se a renda e o sexo dos participantes para investigar a existência de diferenças nos valores da aposentadoria dos homens e mulheres. Estes resultados se encontram na Tabela 2.

Tabela 2 – Valor mensal da aposentadoria de mulheres e homens entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Valor mensal da aposentadoria (em salários mínimos)	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
De 1 até 3	01	4,8	05	6,6
Acima de 3 até 5	11	52,4	34	44,7
Acima de 5 até 7	02	9,5	17	22,4
Acima de 7 até 9	02	9,5	06	7,9
Acima de 9 até 11	02	9,5	03	3,9
Acima de 11 até 13	02	9,5	01	1,3
Acima de 13 até 15	01	4,8	02	2,6
Acima de 15 até 17	00	0,0	02	2,6
Acima de 17 até 19	00	0,0	01	1,3
Acima de 19 até 21	00	0,0	02	2,6
Acima de 21 até 23	00	0,0	02	2,6
Acima de 23	00	0,0	01	1,3
TOTAL	21	100,0	76	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as mulheres, 52,4% (n=11) recebiam entre 3 e 5 salários mínimos e a quantia máxima recebida foi de 15 salários. Já entre os homens, 44,7% (n=34) recebiam de 3 a 5 salários mínimos, 22,4% (n=17) recebiam entre 5 e 7 salários mínimos e o máximo recebido foi acima de 23 salários mínimos.

Ainda no que diz respeito à renda, 53,6% (n=52) dos aposentados afirmaram que se mantinham somente com a aposentadoria e 46,4% (n=45) tinham outras fontes de renda. Dentre os que possuíam outra fonte de renda além da aposentadoria, apenas 13,3% (n=6) tinham duas fontes extras, o restante possuía apenas uma. Entre os 76 homens entrevistados, 48,7% (n=37) tinham uma fonte de renda extra, enquanto que entre as 21 mulheres apenas 38,1% (n=8) apresentavam esta característica.

⁶ O valor vigente do salário mínimo no período de realização das entrevistas, de junho a agosto de 2012, era de R\$622,00.

Em se tratando do valor recebido por meio destas fontes extras, dos entrevistados que as possuíam, 4,4 % (n=2) não quiseram declarar a quantia mensal recebida. É importante salientar que o valor das rendas extras muitas vezes não era fixo, podendo variar de acordo com a natureza da atividade exercida.

Da mesma forma que se relacionou o valor da aposentadoria com o sexo do aposentado, procurou-se relacionar o sexo com o valor da renda extra recebida (Tabela 3).

Tabela 3 – Valor da renda extra recebida pelos aposentados. Viçosa-MG, 2012.

Valor mensal da renda extra (em salários mínimos)	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Menos de 1	02	25,0	10	28,6
Acima de 1 até 2	05	62,5	05	14,3
Acima de 2 até 5	01	12,5	09	25,8
Acima de 5 até 10	00	0,0	05	14,3
Acima de 10 até 15	00	0,0	02	5,7
Acima de 15 até 20	00	0,0	02	5,7
Acima de 20 até 25	00	0,0	01	2,8
Acima de 25 até 30	00	0,0	01	2,8
TOTAL	08	100,0	35	100,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado apenas o número de aposentados que informaram o valor médio mensal recebido por meio de outra fonte de renda além da aposentadoria, ou seja, 43 entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se que as mulheres além de receberem aposentadorias com valores mais baixos que os homens, também possuíam menores rendimentos quando se trata de renda extra. Além do mais, os valores de renda extra apresentaram diferença mais significativa entre os sexos, pois 62,5% (n=5) das mulheres recebiam entre 1 e 2 salários mínimos e o valor máximo recebido por elas era de 5 salários e entre os homens, apenas 14,3% (n=5) recebiam entre 1 e 2 salários mínimos e a quantia máxima chegava a 30 salários mínimos.

Ter uma fonte extra de renda, no entanto, não é sinônimo de estar trabalhando. Por isso separaram-se os entrevistados cuja renda extra era proveniente da inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) dos que obtinham renda de outras fontes, como imóveis alugados, por exemplo (Figura 1).

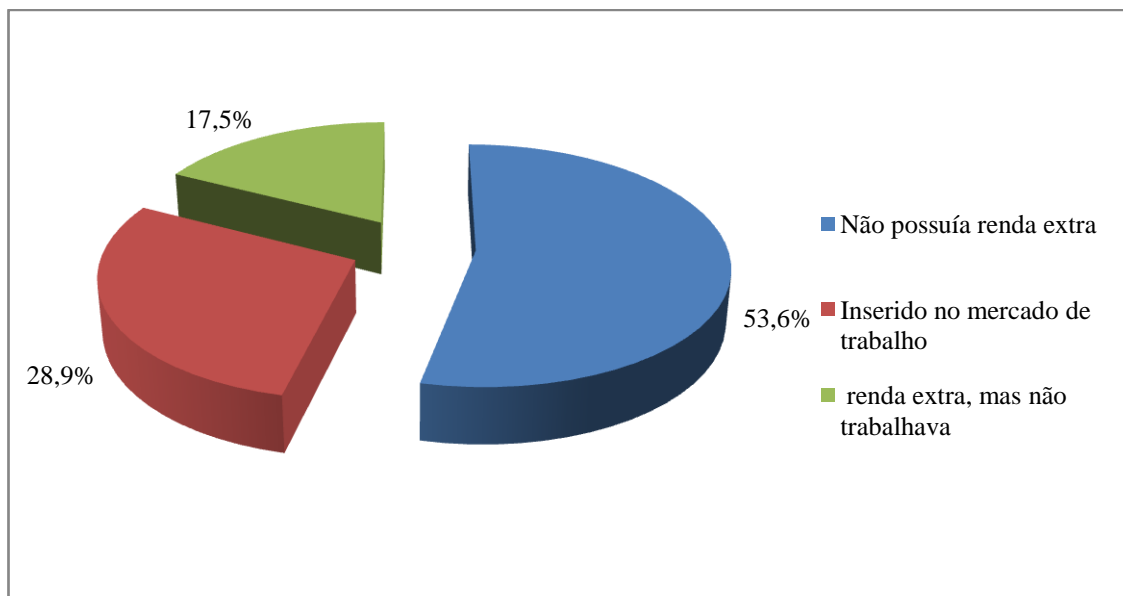


Figura 1 – Renda extra dos aposentados entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número total de participantes da pesquisa, ou seja, 97 aposentados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Desta forma, observa-se que 17,5% (n=17) dos aposentados, apesar de não desenvolverem atividades remuneradas, possuíam alguma fonte de renda extra, como outra aposentadoria, aluguel de imóvel ou pensão do cônjuge falecido.

Por outro lado, 28,9% (n=28) dos aposentados estavam inseridos no mercado de trabalho, corroborando os resultados encontrados por Peixoto (2004) que destacou o aumento do número de idosos que mesmo aposentados continuam a trabalhar. Destes 28 aposentados trabalhadores apenas uma era mulher, enquanto que as outras 7 mulheres que possuíam rendas extras não estavam inseridas no mercado de trabalho, conforme mostra a Figura 2.

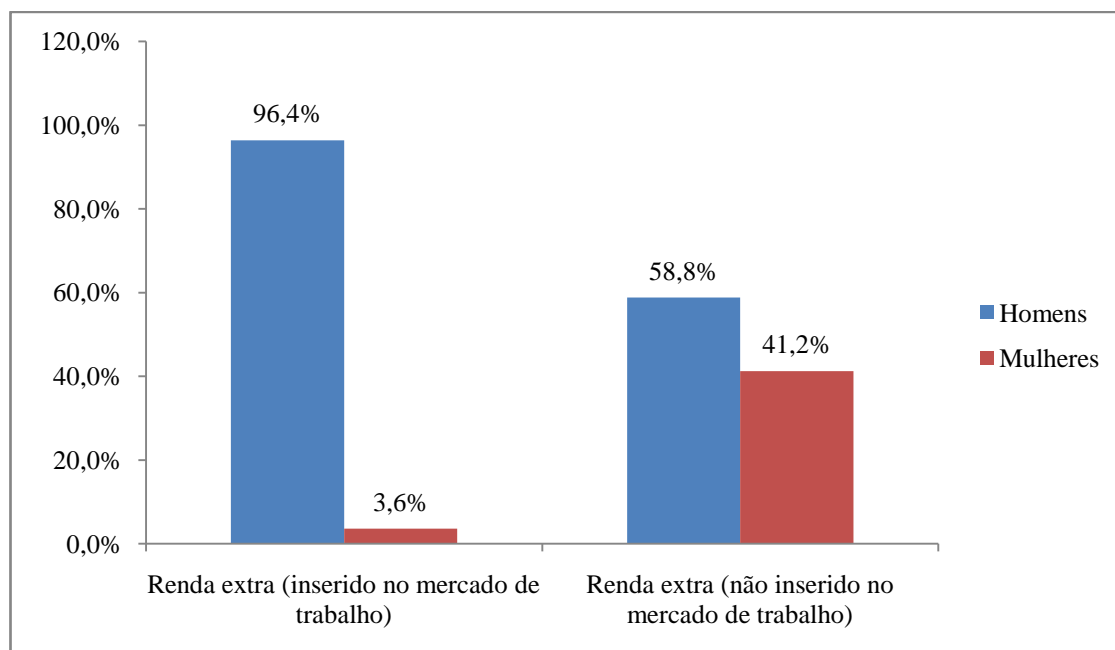


Figura 2 – Fonte de renda extra de mulheres e homens entrevistados. Viçosa-MG, 2012.
 Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado apenas o número de aposentados que possuíam renda extra, ou seja, 45 entrevistados.
 Fonte: Dados da pesquisa.

Salgado (2002) destacou que as mulheres idosas encontram-se em uma posição de fragilidade e vulnerabilidade, pois diferem de outros grupos etários quanto ao nível de escolaridade e possuem menor qualificação profissional para conseguir emprego do que os homens idosos. Porém, esta parece não ser a situação das entrevistadas desta pesquisa, visto que o nível de escolaridade e qualificação profissional entre homens e mulheres é semelhante e, em alguns níveis, como no caso de ensino superior completo, o percentual de mulheres é maior que o de homens (Tabela 4).

Tabela 4 – Nível de escolaridades de mulheres e homens entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Escolaridade	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Ensino fundamental incompleto	06	28,6	30	39,5
Ensino fundamental completo	02	9,5	09	11,8
Ensino médio incompleto	00	0,0	03	3,9
Ensino médio completo	07	33,3	17	22,4
Ensino superior incompleto	00	0,0	01	1,3
Ensino superior completo	06	28,6	16	21,1
TOTAL	21	100,0	76	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

As mulheres possuíam maior nível de escolaridade que os homens, sendo que 28,6% (n=6) delas não haviam completado o ensino fundamental contra 39,5% (n=30) dos homens na mesma situação. Elas também eram maioria em se tratando do ensino médio e do superior completo. Por isso, o fato de não estarem inseridas no mercado de trabalho não está ligado ao menor nível de escolaridade ou a menor qualificação profissional se comparadas aos homens idosos.

Neste caso, corroboram-se as afirmativas de Attias-Donfut (2004), Motta (1999) e Passos (1999) que no campo profissional uma das consequências das mulheres dividirem suas carreiras profissionais com o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos é ocupar cargos com carga horária de trabalho reduzida, de menos prestígio e com menores responsabilidades. Diante de tal situação, pôde-se notar que as mulheres idosas apesar de possuírem maior nível educacional quando comparadas aos homens, têm rendimentos mais baixos e mais escassos. Assim, elas são penalizadas na velhice por terem dividido seu tempo de vida entre o trabalho e as tarefas familiares.

Retomando a discussão acerca do trabalho após a aposentadoria, aos 69 aposentados que não trabalhavam, sendo 7 mulheres e 62 homens, foi questionado o motivo desta não inserção no mercado de trabalho (Tabela 5).

Tabela 5 – Motivos que levaram os aposentados a não voltarem ao mercado de trabalho. Viçosa-MG, 2012.

Motivos	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Possuíam outra fonte de renda	03	42,9	08	12,9
Problemas de saúde	00	0,0	08	12,9
Cansaço	00	0,0	15	33,9
Vontade de "aproveitar" a vida e os familiares	04	59,1	31	40,3
TOTAL	07	100,0	62	100,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado apenas o número de aposentados que não estava inserido no mercado de trabalho, ou seja, 69 entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas foram variadas, porém nenhum deles relatou que tinha vontade ou necessidade de trabalhar e não conseguia encontrar um emprego. A maioria dos homens e das mulheres não estava inserida no mercado de trabalho porque acreditavam que este era o momento para aproveitar a vida e os familiares. Nas afirmações desta parcela foram percebidas situações interessantes para a presente pesquisa, pois a dedicação da

qual eles falavam, em alguns casos, tratava-se exatamente de ajuda funcional-afetiva como pode ser percebida nos relatos a seguir:

“Ah menina! Eu trabalhei muito já. Agora que eu virei avó, não quero fazer mais nada. Só ficar com meu netinho. Eu dou banho, brinco. Ele já até ri para mim (risos)”.

(Aposentada 52, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: lavagem de roupa para 1 filho; sustento⁷ de 1 filho por meio de coabitação; cuidados diários com 1 neto para filha e genro trabalharem).

Entrevistado: “Porque agora eu posso ficar mais tempo com meus netos, antes era só no domingo. Agora eles ficam mais tempo comigo”.

Pesquisadora: “Agora eles ficam com o senhor todos os dias?”.

Entrevistado: “Não são todos, os outros vem de vez em quando, mas tem uma que eu tomo conta para minha filha trabalhar. Eu prefiro que fique comigo, eu sou avô, né?”.

(Aposentado 49, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação; cuidados diários com 1 neto para filha trabalhar; responsabilidade pelo deslocamento de 1 neto para escola; pagamento de plano de saúde para 1 neto; pagamento de tratamento de saúde para 1 neto; fornecimento de refeições diárias para 1 filho).

“Porque não. Agora eu vou para casa dos meus filhos quando eu quero. Você mesma viu, eu fiquei o mês todo lá. Posso ficar mais tempo com meus netos e meus filhos, trabalhar pra que? (risos)”.

(Aposentada 10, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para todos os filhos; mesada para 1 filha; despesas com enxoval para 2 netos; aquisição de móveis e eletrodomésticos para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 neto; compra de automóvel para 1 filho).

Procurou-se, também, identificar as motivações que fizeram com que alguns aposentados se mantivessem inseridos no mercado de trabalho. Para isso foi perguntado qual o motivo de continuarem a trabalhar após a aposentadoria. A única mulher que se encontrava trabalhando, representando 3,6% do total de idosos trabalhadores, respondeu que era uma forma de distração e lazer. Entre os demais, 28,6% (n=8) se consideravam novos para parar de trabalhar e mostraram satisfação em desenvolver tais atividades e 7,1% (n=2) afirmaram que continuar trabalhando era uma forma de lazer. Mas a grande maioria, 60,7% (n=17), afirmou que continuava trabalhando para poder sustentar a família e ajudar os filhos financeiramente quando estes precisassem, pois o valor

⁷ Neste trabalho, o conceito de “prover o sustento” ou simplesmente “sustentar” está ligado à manutenção das despesas da família, atendendo as suas necessidades básicas como, alimentação, habitação e vestuário.

recebido de aposentadoria não era suficiente para suprir tais gastos. Estas afirmativas são ilustradas pelos seguintes relatos:

“Ah, porque eu tenho uma família para sustentar. As minhas filhas ganham pouco, e tem menino [filhos] já. Então, eu tenho que dar meu jeito. Eu me viro”.

(Aposentado 42, casado, pai de 2 filhas, ajuda todas. Ajuda oferecida: em dinheiro para todas as filhas; sustento das 2 filhas, seus respectivos cônjuges e 3 netos, por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para os 3 netos).

“Eu preciso ajudar a minha filha a criar as meninas [netas]. É muita boca pra comer (risos)”.

(Aposentado 13, casado, pai de 4 filhos, ajuda apenas 3. Ajuda oferecida: sustento de 2 filhos e 2 netos por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 1 filho e 2 netos; em dinheiro para 1 filho; pagamento de festa de formatura para 1 neto).

Estes resultados reforçam as assertivas de Peixoto (2004) de que um dos principais motivos para a permanência dos aposentados no mercado de trabalho é a necessidade de manter o sustento da família e a colaboração com os filhos e netos.

Percebe-se, assim, que ajudar os filhos é um dos principais motivos tanto para que os idosos continuem a trabalhar depois da aposentadoria quanto para que estes decidam sair do mercado de trabalho totalmente. Na primeira situação a motivação está ligada a obtenção de recursos para contribuições material-financeiras e na segunda está relacionada ao tempo livre que pode ser dedicado à família, principalmente, aos cuidados com os netos, ou seja, ajuda do tipo funcional-afetiva.

No que concerne aos tipos de trabalhos em que os idosos estavam alocados, 67,8% (n=19) eram prestadores de serviços autônomos e 17,9% (n=5, sendo 4 homens e 1 mulher) eram comerciantes. Estes dados reafirmam o que Wajnman et al. (2004) mostrou, ou seja, que considerando-se o conjunto dos idosos ativos e urbanos, cerca de 57,0% dos homens estão ocupados no setor de prestação de serviços.

Além disso, mesmo morando em domicílios urbanos, 14,3% (n=4) dos idosos desenvolviam atividades agrícolas como fonte de renda extra, fato que reforça mais uma vez os resultados obtidos por Wajnman et al. (2004), cuja pesquisa indicou que 22% dos homens idosos moradores de áreas urbanas ocupavam-se com atividades ligadas ao campo.

Como foi visto anteriormente, apenas uma mulher estava trabalhando, e esta era comerciante, pois sua atividade era fazer e vender trabalhos manuais. Quanto à

prestação de serviços autônomos pelos homens foram citados: serviço de motorista particular, conserto de eletrônicos, consultorias na área de agronomia e engenharia civil, serviços de marceneiro, sapateiro, eletricista, pedreiro, mestre de obras, médico, reformador de instrumentos musicais, radialista e prestador de serviços administrativos. No que diz respeito às atividades ligadas ao comércio foram entrevistados idosos que eram proprietários de pizzaria, estabelecimento de venda de material de construção, ferro velho e atelier de pintura artística. Já as atividades agrícolas citadas foram cultivo e comercialização de hortifrutigranjeiros e elaboração de polpas e compotas de frutas.

Com relação à idade destes idosos trabalhadores, 78,6% (n=22) tinham entre 60 e 64 anos, corroborando as afirmações de Celich e Baldissera (2010) de que os idosos que se mantêm no trabalho são os mais jovens. Na pesquisa das referidas autoras, 56% dos idosos que estavam inseridos no mercado de trabalho tinham entre 60 e 64 anos de idade.

4.2. Caracterização dos filhos que receberam ajuda dos pais aposentados

Por meio das entrevistas com os aposentados, constatou-se que 72,2% (n=70) destes ajudaram todos os seus filhos, enquanto 9,3% (n=9) ajudaram apenas 2 dos 3 filhos, conforme a Figura 3.

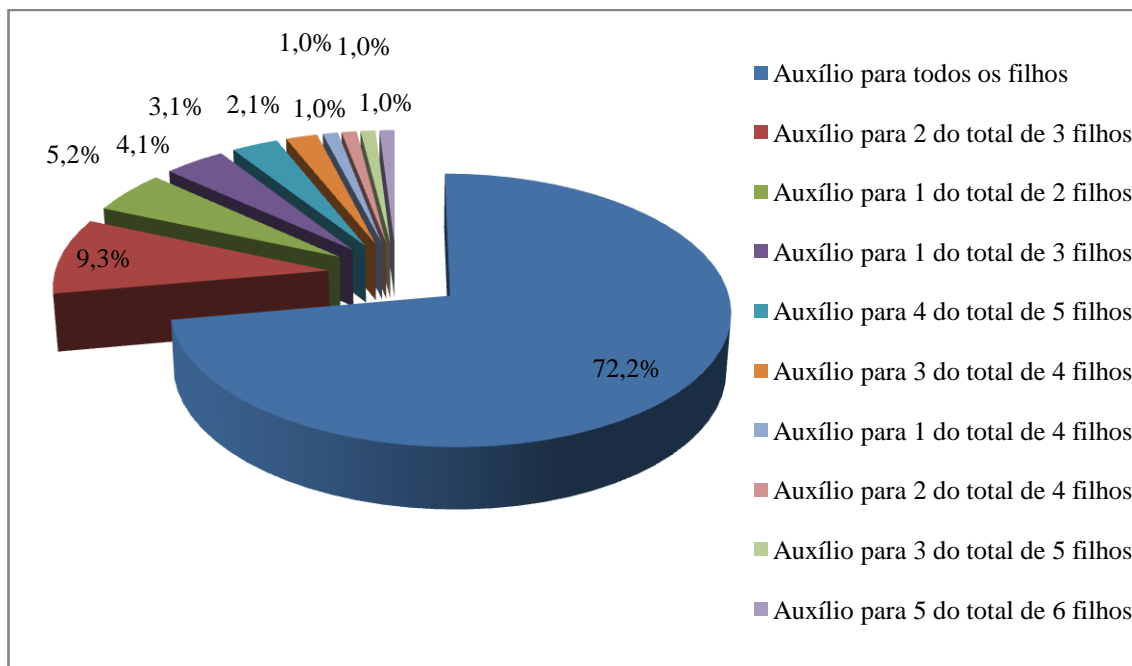


Figura 3 – Número de filhos ajudados pelos aposentados entrevistados. Viçosa-MG, 2012.
Fonte: Dados da pesquisa.

As mães ajudaram mais com relação ao número de filhos existentes: 81,0% (n=17) das mulheres ajudaram todos os filhos que possuíam, enquanto 69,7% (n=53) dos pais agiram da mesma forma. Esta situação chama a atenção, visto que as mulheres são maioria quando se trata de solidariedade, confirmando os estudos realizados por Oliveira e Silva (2012), Peixoto (2005), Vitale (2005) e Souto (1999) que apontaram resultados semelhantes.

A única situação em que os filhos não receberam ajuda financeira dos pais foi nos casos em que esta não foi solicitada. Assim os pais, por sua vez, julgaram que os filhos estavam em situação de conforto e tranquilidade financeira, como exemplificado pelo relato a seguir:

“Só dois [filhos] que eu ajudo. Esses dois moram comigo ainda. A minha caçula está em Teresópolis. Ela fez direito na universidade e agora ela é funcionária pública lá do TRE (*Tribunal Regional Eleitoral*). Você vê que ela não está precisando (risos). Só os dois aqui mesmo. Ela está bem, tem o carrinho dela e não me pede nada. Também ganha mais que eu. Ela que está me ajudando agora (risos)”.

(Aposentado 6, casado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: sustento de 2 filhos por meio de coabitação).

Os 97 aposentados entrevistados ajudaram, no total, 255 filhos. Conforme relatado nos procedimentos metodológicos, 55 filhos não quiseram participar da

pesquisa, 57 residiam em cidades de difícil acesso e 2 eram dependentes químicos e não teriam condições de participar. Sendo assim, foram entrevistados 141 filhos.

Em se tratando dos dados demográficos e socioeconômicos dos filhos entrevistados, analisaram-se as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, número de filhos vivos, com quem residem, condições da moradia, escolaridade, situação profissional, profissão e renda média individual e familiar. Também foram feitas algumas perguntas aos idosos sobre características de todos os filhos ajudados para posteriormente compará-las as informações prestadas pelos filhos a fim de validar a representatividade da amostra.

Dos 141 filhos entrevistados, 53,2% (n=75) eram mulheres e 46,8% (n=66) eram homens, sendo que 57,8% (n=81) tinham entre 28 e 37 anos. Estes dados são semelhantes às informações fornecidas pelos aposentados, pois de acordo com eles dos 255 filhos ajudados, 52,5% eram mulheres e 47,5% eram homens. Já com relação à idade, os pais informaram que dentre o total de filhos ajudados 59,2% tinham idade entre 28 e 37 anos. Por meio desta comparação percebe-se que a amostra entrevistada apresenta as características da população. Além disso, as demais características da amostra também são semelhantes às dadas pelos aposentados. As outras características dos filhos são apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 – Perfil demográfico e socioeconômico dos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Características	Frequência		
	N	%	
Sexo	Feminino	75	53,2
	Masculino	66	46,8
	TOTAL	141	100,0
Faixa etária	De 18 até 22 anos	08	5,7
	Acima de 22 até 27 anos	28	19,9
	Acima de 27 até 32 anos	46	32,6
	Acima de 32 até 37 anos	35	24,8
	Acima de 37 até 42 anos	16	11,3
	Acima de 42 até 47 anos	07	5,0
	Acima de 47 até 52 anos	01	0,7
Estado civil	Solteiro	73	51,8
	Casado	61	43,3
	Divorciado	05	3,5
	Viúvo	02	1,4
Número de filhos adultos	Não tinha filho	74	52,5
	1	36	25,5
	2	27	19,1
	3	04	2,8
Com quem reside	Com cônjuge e filhos	47	33,3
	Com cônjuge	13	9,3
	Com filhos	07	5,0
	Com pai e mãe	18	12,8
	Com pai, mãe e irmãos	26	18,4
	Com pai, mãe e filhos	01	0,7
	Com pai, mãe, cônjuge e filhos	01	0,7
	Com pai, mãe, filhos e irmãos	03	2,1
	Com pai, mãe, irmãos e sobrinhos	05	3,5
	Com pai	02	1,4
	Com mãe	03	2,1
	Com mãe, irmãos e sobrinhos	01	0,7
	Com mãe, irmãos e filhos	01	0,7
	Com mãe, cônjuge da mãe	01	0,7
	Com amigos (república estudantil)	07	5,0
Sozinho	05	3,5	
Coabitação	Sim	62	44,0
	Não	70	49,6
	Não, mas é dependente de pai/mãe	09	6,4
Situação da moradia	Própria (proprietário)	38	27,0
	Alugada pelo filho	22	15,6
	Alugada (coabitação com pai)	02	1,4
	Alugada (coabitação com mãe)	01	0,7
	Própria (do pai)	53	37,6

Características	Frequência		
	N	%	
	Própria (da mãe)	06	4,3
	Emprestada do pai	15	10,6
	Emprestada da mãe	02	1,4
	Emprestada, mas filho disse que era própria	02	1,4
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	12	8,5
	Ensino fundamental completo	02	1,4
	Ensino médio incompleto	12	8,5
	Ensino médio completo	44	31,2
	Ensino superior incompleto	20	14,2
	Ensino superior completo	51	36,2
Situação profissional	Empregado (formal ou informal)	75	53,2
	Autônomo	29	20,5
	Estudante sem renda própria	11	7,8
	Estudante com renda própria ⁸	07	5,0
	Empregado formal e autônomo	07	5,0
	Empregado formal e estudante	02	1,4
	Autônomo e estudante	01	0,7
	Desempregado	06	4,3
	Dona de casa	02	1,4
	Aposentado	01	0,7
Valor da renda do entrevistado (em salários mínimos)	Não tem renda	18	12,8
	Até 1	06	4,3
	1	16	11,3
	Acima de 1 até 3	55	39,0
	Acima de 3 até 5	26	18,5
	Acima de 5 até 7	06	4,3
	Acima de 7 até 9	05	3,5
	Acima de 9 até 11	02	1,4
	Acima de 11 até 13	03	2,1
	Acima de 13 até 15	00	0,0
	Acima de 15 até 17	00	0,0
	Acima de 17 até 19	00	0,0
	Acima de 19 até 21	00	0,0
	Acima de 21 até 23	00	0,0
	Acima de 23 até 25	01	0,7
Não aceitou informar	03	2,1	
Número de pessoas dependentes da renda do entrevistado	1 (somente o próprio filho)	45	31,9
	2	21	14,9
	3	29	20,6
	4	27	19,1
	5	01	0,7
	Não tem renda	18	12,8

⁸ Esta renda própria era proveniente de bolsas de estudo e pequenos trabalhos informais. Porém, todos estes filhos eram sustentados pelos pais.

Características		Frequência	
		N	%
Valor da renda total do domicílio do entrevistado (em salários mínimos)	Não sabe	70	49,7
	Até 1	01	0,7
	1	02	1,4
	Acima de 1 até 3	24	17,0
	Acima de 3 até 5	16	11,3
	Acima de 5 até 7	09	6,4
	Acima de 7 até 9	05	3,5
	Acima de 9 até 11	03	2,1
	Acima de 11 até 13	02	1,4
	Acima de 13 até 15	03	2,1
	Acima de 15 até 17	02	1,4
	Acima de 17 até 19	00	0,0
	Acima de 19 até 21	00	0,0
	Acima de 21 até 23	01	0,7
	Acima de 23 até 25	00	0,0
	Acima de 25 até 27	00	0,0
	Acima de 27 até 29	01	0,7
	Acima de 29 até 31	00	0,0
	Acima de 31 até 33	01	0,7
Não aceitou informar	01	0,7	
Número de pessoas dependentes da renda total	1 (somente o próprio filho)	02	1,4
	2	21	14,9
	3	47	33,3
	4	53	37,6
	5	14	9,9
	6	04	2,8

Observação: Estas informações foram provenientes das entrevistas com os 141 filhos.
 Fonte: Dados da pesquisa.

Relacionando-se sexo e estado civil, constata-se que 53,3% (n=40) das filhas eram solteiras, 38,7% (n=29) estavam casadas, 2,7% (n=2) eram viúvas e 5,3% (n=4) divorciadas. Entre os homens, 50,0% (n=33) eram solteiros, 48,5% (n=32) eram casados, 1,5% (n=1) divorciados e nenhum viúvo.

Sobre o estado civil, Hoyert (1991) afirmou que os filhos casados tendem a ser menos ajudados pelos pais idosos do que os filhos solteiros, reforçando os resultados encontrados nesta pesquisa, pois 51,8% (n=73) dos filhos eram solteiros e 43,3% (n=61) eram casados. Quanto ao número de filhos, 52,5% (n=74) dos filhos entrevistados não tinham filhos e que o número máximo de filhos (netos dos aposentados) foi 3.

Entre os filhos entrevistados, o nível educacional apresentou variação entre mulheres e homens (Tabela 7).

Tabela 7 – Nível de escolaridade dos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Escolaridade	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Ensino fundamental incompleto	08	10,7	04	6,1
Ensino fundamental completo	00	0,0	02	3,0
Ensino médio incompleto	03	4,0	09	13,6
Ensino médio completo	19	25,3	25	37,9
Ensino superior incompleto	10	13,3	10	15,2
Ensino superior completo	35	46,7	16	24,2
TOTAL	75	100,0	66	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

As mulheres dedicaram mais tempo aos estudos que os homens: 60% (n=45) delas estavam cursando ou já haviam concluído o ensino superior e apenas 34,9% (n=26) dos homens apresentaram esta característica. Estes resultados corroboram as informações do IBGE (2010), que indicou que as mulheres representavam 56,1% da população com 12 anos ou mais de estudo. Além disso, pessoas com idade entre 20 e 24 anos declararam estudar por 9,6 anos, sendo que as mulheres nesta mesma faixa etária relataram ter 10,2 anos de estudo, ao passo que os homens afirmaram estudar durante 9,3 anos. A taxa de escolarização por grupo etário mostrou que as mulheres frequentaram mais a escola em todos os grupos analisados pelo IBGE (2010), exceto entre as crianças de 4 a 5 anos. Nesta faixa, 73,3% dos meninos estavam matriculados em escolas, contra 72,3% das meninas.

Em se tratando da situação profissional uma significativa diferença, entre os entrevistados: 93,9% (n=62) dos homens e 80% (n=60) das mulheres desenvolviam atividades geradoras de renda. Dentre estes entrevistados encontravam-se empregados formais, informais, autônomos ou estudantes. As atividades exercidas por eles foram bastante diversificadas. Como exemplo pode-se citar: auxiliar de escritório, professor, cozinheiro, despachante, engenheiro civil, advogado, assistente administrativo, balconista, eletricitista, enfermeiro, fisioterapeuta, marceneiro, entregador, motorista, pedagogo, nutricionista, pedreiro, médico, secretária, pintor, psicólogo, auxiliar de serviços gerais, técnico em informática, veterinário, zelador, entre outros. Entre os filhos que eram proprietários de lojas comerciais foram citadas: locadora de vídeo, salão de beleza, bar, creche, farmácia, material de construção, roupa, utilidades para o lar, restaurante, sorveteria, entre outros.

Quanto à situação profissional, Almeida et al. (2001) e Saad (1999) verificaram que o desemprego foi um fator determinante para a oferta de ajuda entre os familiares. Contudo, no caso dos filhos ajudados desta pesquisa, apenas 4,3% (n=06) estavam desempregados. Assim, nota-se que o desemprego não foi um fator determinante para que os pais ajudassem os filhos, já que os demais (com exceção de 1,4% – n=2 – que eram donas de casa e 7,8% – n=11 – que eram estudantes sem rendimentos) possuíam renda, seja por meio de um trabalho formal, informal ou bolsa de estudos.

Também relacionou-se renda e sexo dos entrevistados. Os resultados são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 – Valor da renda mensal dos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Valor mensal da aposentadoria (em salários mínimos)	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Não tem renda	14	18,7	04	6,1
Até 1	06	8,0	00	0,0
1	09	12,0	07	10,6
De 1 até 3	27	36,0	28	42,4
Acima de 3 até 5	13	17,3	13	19,7
Acima de 5 até 7	01	1,3	05	7,6
Acima de 7 até 9	02	2,7	03	4,5
Acima de 9 até 11	01	1,3	01	1,5
Acima de 11 até 13	01	1,3	02	3,0
Acima de 13 até 15	00	0,0	00	0,0
Acima de 15 até 17	00	0,0	00	0,0
Acima de 17 até 19	00	0,0	00	0,0
Acima de 19 até 21	00	0,0	00	0,0
Acima de 21 até 23	00	0,0	00	0,0
Acima de 23 até 25	00	0,0	01	1,5
Não aceitou informar	01	1,3	02	3,0
TOTAL	75	100,0	66	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

O número de mulheres que não possuía renda foi superior ao de homens. Dentre os filhos que tinham renda, foram encontradas algumas diferenças: 53,3% (n=40) das mulheres e 62,1% (n=41) dos homens recebiam entre 1 e 5 salários mínimos mensais. Uma diferença percebida com relação à renda foi o valor máximo recebido, que entre as mulheres foi de até 13 salários mínimos e entre os homens foi de até 25 salários.

Ainda no que se refere à renda, 31,9% (n=45) dos filhos afirmaram que os rendimentos mensais recebidos por eles eram destinados a suprir apenas as próprias

necessidades. Dentre estes 45 filhos, 100% não possuíam filhos, 95,5% (n=43) coabitavam com os pais e 4,5% (n=2) moravam em repúblicas estudantis e eram sustentados pelos pais. Isso significa que todos os participantes que possuíam renda, coabitavam com os pais ou dependiam destes para sustentá-los e não tinham filhos, alegaram que seus rendimentos eram somente para uso próprio e não contribuíam para o pagamento das despesas do lar.

Quanto à renda da família, nota-se que 49,7 (n=70) dos filhos entrevistados não tinham conhecimento sobre os rendimentos dos outros membros da família. Dentre estes entrevistados, 85,7% (n=60) coabitavam com pais e/ou mães e/ou outros familiares, 11,4% (n=8) moravam sozinhos ou em repúblicas estudantis, mas eram sustentados pelos pais, e 2,9% (n=2) moravam com o cônjuge e filhos.

Considerando que o total de filhos favorecidos por meio de coabitação era 62, observa-se que 96,8 % (n=60) destes filhos não sabiam os valores das aposentadorias e possíveis rendas extras recebidas pelos pais que os ajudavam. Com relação aos 9 filhos que moravam sozinhos ou em repúblicas estudantis e eram sustentados pelos pais, 88,9% (n=8) também não tinham conhecimento acerca dos rendimentos dos pais.

Sobre a composição das famílias observa-se uma expressiva diversificação nos arranjos, reforçando os dados do IBGE (2010) que mostraram que nas últimas duas décadas a distribuição dos membros da família sofreu modificações e o tipo predominante (casal com seus filhos) está diminuindo. Destacou-se também o crescimento dos núcleos unipessoais (pessoas morando sozinhas). Com o aumento do número de divórcios houve um crescimento significativo das famílias reconstituídas (em que os filhos podem ser de um só dos cônjuges) e as famílias monoparentais (somente a presença do pai ou da mãe). A chefia feminina também aumentou sendo mais expressiva entre as idosas. Esse crescimento das avós chefes de família também foi retratado nas pesquisas de Motta (1999) e Camarano (1999b).

Nos diversos arranjos familiares encontrados, 47,5% (n=67) dos filhos residiam com cônjuges e/ou filhos. Os filhos moradores de repúblicas estudantis compreendiam 5,0% (n=7) e os filhos que moravam sozinhos 3,5% (n=5). Os outros 44,0% (n=62) coabitavam com o pai e/ou mãe e outros familiares.

No que diz respeito à situação da moradia, dos 62 filhos que coabitavam com os pais, 95,2% (n=59) residiam em imóvel próprio (os pais eram os proprietários) e 4,8% (n=3) moravam em imóvel alugado pelos pais. Além disso, 27,0% (n=38) dos filhos

eram proprietários do imóvel onde residiam e 15,6% (n=22) haviam alugado. Sobre os imóveis emprestados, 12,0% (n=17) dos filhos informaram que moravam em imóveis emprestados pelos pais e 1,4% (n=2) dos filhos, apesar de estarem nesta mesma condição de empréstimo, não mencionaram esta informação na entrevista.

É interessante destacar a percepção dos filhos com relação à propriedade do imóvel onde moravam. Os filhos que coabitavam juntamente com pais e mães, ao serem questionados sobre quem era o proprietário do imóvel, responderam que era o pai. Os filhos consideraram a mãe como dona do imóvel apenas quando não havia a presença do pai.

Saad (2004) constatou que a casa e a aposentadoria dos pais têm se transformado em valiosos proventos familiares. Este fato também foi observado na presente pesquisa, haja vista que 44,0% (n=62) dos filhos moravam com os pais e 6,4% (n=9) moravam sozinhos ou em repúblicas estudantis, mas eram dependentes dos pais. Apesar da coabitação não ter sido uma situação predominante, a fim de compreender melhor em que circunstâncias esta ocorria, estes dados foram relacionados às outras variáveis socioeconômicas.

Assim, os filhos foram separados em dois grupos para que fosse possível traçar um perfil dos favorecidos e não favorecidos por meio de coabitação. Como os filhos que moravam sozinhos ou em repúblicas estudantis eram totalmente sustentados e dependentes dos pais, retornavam ao domicílio dos pais com frequência e estavam morando em outra cidade exclusivamente para estudar, estes indivíduos foram colocados no mesmo grupo dos filhos que moravam juntamente com os pais. O perfil dos filhos que coabitavam com os pais pode ser acompanhado na Tabela 9.

Tabela 9 – Perfil dos filhos entrevistados que coabitavam com os pais aposentados. Viçosa-MG, 2012.

Características	Frequência		
	N	%	
Sexo	Feminino	38	53,5
	Masculino	33	46,5
	TOTAL	71	100,0
Faixa etária	De 18 até 22 anos	08	11,3
	Acima de 22 até 27 anos	22	31,0
	Acima de 27 até 32 anos	23	32,4
	Acima de 32 até 37 anos	15	21,1
	Acima de 37 até 42 anos	02	2,8
	Acima de 42 até 47 anos	01	1,4
	Acima de 47 até 52 anos	00	0,0
Estado civil	Solteiro	68	95,8
	Casado	02	2,8
	Divorciado	01	1,4
	Viúvo	00	0,0
Número de filhos adultos	Não tinha filho	61	85,9
	1	08	11,3
	2	02	2,8
	3	00	0,0
Com quem reside	Com cônjuge e filhos	00	0,0
	Com cônjuge	00	0,0
	Com filhos	00	0,0
	Com pai e mãe	18	25,4
	Com pai, mãe e irmãos	26	36,6
	Com pai, mãe e filhos	01	1,4
	Com pai, mãe, cônjuge e filhos	01	1,4
	Com pai, mãe, filhos e irmãos	03	4,1
	Com pai, mãe, irmãos e sobrinhos	05	7,0
	Com pai	02	2,8
	Com mãe	03	4,2
	Com mãe, irmãos e sobrinhos	01	1,4
	Com mãe, irmãos e filhos	01	1,4
	Com mãe, cônjuge da mãe	01	1,4
	Com amigos (república estudantil)	07	9,9
Sozinho	05	2,8	
Situação da moradia	Própria (proprietário)	00	0,0
	Alugada pelo filho	08	11,3
	Alugada (coabitação com pai)	02	2,8
	Alugada (coabitação com mãe)	01	1,4
	Própria (do pai)	53	74,6
	Própria (da mãe)	06	8,5
	Emprestada do pai	01	1,4
	Emprestada da mãe	00	0,0
	Emprestada, mas disse que era própria	00	0,0

Características	Frequência		
	N	%	
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	05	7,0
	Ensino fundamental completo	00	0,0
	Ensino médio incompleto	05	7,0
	Ensino médio completo	19	26,8
	Ensino superior incompleto	17	23,9
	Ensino superior completo	25	35,2
Situação profissional	Empregado (formal ou informal)	36	50,7
	Autônomo	09	12,7
	Estudante sem renda própria	11	15,5
	Estudante com renda própria	06	8,5
	Empregado formal e autônomo	01	1,4
	Empregado formal e estudante	01	1,4
	Autônomo e estudante	01	1,4
	Desempregado	05	7,0
	Dona de casa	00	0,0
	Aposentado	01	1,4
Valor da renda do entrevistado (em salários mínimos)	Não tem renda	16	22,5
	Até 1	04	5,6
	1	08	11,3
	Acima de 1 até 3	29	40,8
	Acima de 3 até 5	09	12,7
	Acima de 5 até 7	02	2,8
	Acima de 7 até 9	01	1,4
	Não aceitou informar	02	2,8
Número de pessoas dependentes da renda do entrevistado	1 (somente o próprio filho)	45	63,4
	2	06	8,5
	3	02	2,8
	4	02	2,8
	5	00	0,0
	Não tem renda	16	22,5
	Valor da renda total do domicílio do entrevistado (em salários mínimos)	Não sabe	68
Até 1		00	0,0
1		00	0,0
Acima de 1 até 3		00	0,0
Acima de 3 até 5		02	2,8
Acima de 5 até 7		00	0,0
Acima de 7 até 9		00	0,0
Acima de 9 até 11		01	1,4

Características		Frequência	
		N	%
Número de pessoas dependentes da renda total	1 (somente o próprio filho)	02	2,8
	2	06	8,5
	3	20	28,2
	4	26	36,6
	5	13	18,3
	6	04	5,6

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de filhos que coabitavam com os pais (62) e o número de filhos que moravam sozinhos ou em repúblicas estudantis, mas eram dependentes dos pais (9).

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se claramente que o sexo dos filhos não influenciou na coabitação. Além disso, observa-se que 84,5% (n=60) tinham entre 22 e 37 anos de idade, reforçando os dados do IBGE (2010) que indicam que os filhos estão demorando mais para sair da casa dos pais. Porém, essa permanência não parece estar totalmente ligada à falta de renda, visto que 77,5% (n=55) possuíam rendimentos. É evidente que o valor da renda pode ser considerado por eles como insuficiente para deixar a casa dos pais, mas este é um ponto que será tratado posteriormente. No que se refere ao estado civil e ao número de filhos, 95,8% (n=68) eram solteiros e 85,9% (n=61) não tinham filhos.

Sendo assim, o perfil dos filhos adultos que coabitavam com os pais aposentados era: solteiro, sem filhos, com idade entre 22 e 37 anos e possuidor de renda mensal, seja por meio de emprego formal, informal ou bolsa de estudos. Além disso, estes filhos moravam com ambos os pais em imóveis de propriedade dos últimos, possuíam ensino superior incompleto ou completo, renda mensal individual entre 1 e 5 salários mínimos destinada a suprir as próprias necessidades, não tinham conhecimento sobre a renda dos pais e esta renda era destinada ao sustento de 3 a 4 pessoas.

Peixoto (2004) chamou a atenção para o fenômeno da coabitação, que em sua pesquisa era muito comum nas camadas populares brasileiras, onde as gerações mais velhas cada vez mais coabitavam com as gerações novas. Entretanto, na presente pesquisa observa-se exatamente o contrário: eram as gerações mais novas que coabitavam com as gerações mais velhas, ou seja, os filhos se mudavam para a casa dos pais ou, não deixavam a casa dos pais mesmo atingindo a idade adulta. Novamente, discordando com Peixoto (2004), esse fenômeno foi visto em todas as classes sociais, não estando restrito apenas as camadas populares.

Com referência à parcela dos filhos que não moravam com os pais, o perfil se encontra na Tabela 10.

Tabela 10 – Perfil dos filhos entrevistados que não coabitavam com os pais aposentados. Viçosa-MG, 2012.

Características	Frequência		
	N	%	
Sexo	Feminino	37	52,9
	Masculino	33	47,1
	TOTAL	70	100,0
Faixa etária	De 18 até 22 anos	00	0,0
	Acima de 22 até 27 anos	06	8,6
	Acima de 27 até 32 anos	23	32,9
	Acima de 32 até 37 anos	20	28,6
	Acima de 37 até 42 anos	14	20,0
	Acima de 42 até 47 anos	06	8,6
Estado civil	Acima de 47 até 52 anos	01	1,4
	Solteiro	05	7,1
	Casado	59	84,3
	Divorciado	02	2,9
Número de filhos adultos	Viúvo	04	5,7
	Não tinha filho	13	18,6
	1	28	40,0
	2	25	35,7
Com quem reside	3	04	5,7
	Com cônjuge e filhos	47	67,1
	Com cônjuge	13	18,6
	Com filhos	07	10,0
	Com pai e mãe	00	0,0
	Com pai, mãe e irmãos	00	0,0
	Com pai, mãe e filhos	00	0,0
	Com pai, mãe, cônjuge e filhos	00	0,0
	Com pai, mãe, filhos e irmãos	00	0,0
	Com pai, mãe, irmãos e sobrinhos	00	0,0
	Com pai	00	0,0
	Com mãe	00	0,0
	Com mãe, irmãos e sobrinhos	00	0,0
	Com mãe, irmãos e filhos	00	0,0
	Com mãe, cônjuge da mãe	00	0,0
	Com amigos (república estudantil)	00	0,0
Sozinho	03	4,3	
Situação da moradia	Própria (proprietário)	38	54,3
	Alugada pelo filho	14	20,0
	Alugada (coabitação com pai)	00	0,0
	Alugada (coabitação com mãe)	00	0,0

	Própria (do pai)	00	0,0
	Própria (da mãe)	00	0,0
	Emprestada do pai	14	20,0
	Emprestada da mãe	02	2,9
	Emprestada, mas filho disse que era própria	02	2,9
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	07	10,0
	Ensino fundamental completo	02	2,9
	Ensino médio incompleto	07	10,0
	Ensino médio completo	25	35,7
	Ensino superior incompleto	03	4,3
	Ensino superior completo	26	37,1
Situação profissional	Empregado (formal ou informal)	39	55,7
	Autônomo	20	28,6
	Estudante sem renda própria	00	0,0
	Estudante com renda própria ⁹	01	1,4
	Empregado formal e autônomo	06	8,6
	Empregado formal e estudante	01	1,4
	Autônomo e estudante	00	0,0
	Desempregado	01	1,4
	Dona de casa	02	2,9
	Aposentado	00	0,0
Valor da renda do entrevistado (em salários mínimos)	Não tem renda	02	2,9
	Até 1	02	2,9
	1	08	11,4
	Acima de 1 até 3	26	37,1
	Acima de 3 até 5	17	24,3
	Acima de 5 até 7	04	5,7
	Acima de 7 até 9	04	5,7
	Acima de 9 até 11	02	2,9
	Acima de 11 até 13	03	4,3
	Acima de 13 até 15	00	0,0
	Acima de 15 até 17	00	0,0
	Acima de 17 até 19	00	0,0
	Acima de 19 até 21	00	0,0
	Acima de 21 até 23	00	0,0
	Acima de 23 até 25	01	1,4
Não aceitou informar	01	1,4	
Número de pessoas dependentes da renda do entrevistado	1 (somente o próprio filho)	00	0,0
	2	15	21,4
	3	27	38,6
	4	25	35,7
	5	01	1,4
	Não tem renda	02	2,9

⁹ Esta renda própria era proveniente de bolsas de estudo e pequenos trabalhos informais. Porém, todos estes filhos eram sustentados pelos pais.

Características	Frequência		
	N	%	
Valor da renda total do domicílio do entrevistado (em salários mínimos)	Não sabe	02	2,9
	Até 1	01	1,4
	1	02	2,9
	Acima de 1 até 3	24	34,3
	Acima de 3 até 5	14	20,0
	Acima de 5 até 7	09	12,9
	Acima de 7 até 9	05	7,1
	Acima de 9 até 11	02	2,9
	Acima de 11 até 13	02	2,9
	Acima de 13 até 15	03	4,3
	Acima de 15 até 17	02	2,9
	Acima de 17 até 19	00	0,0
	Acima de 19 até 21	00	0,0
	Acima de 21 até 23	01	1,4
	Acima de 23 até 25	00	0,0
	Acima de 25 até 27	00	0,0
	Acima de 27 até 29	01	1,4
	Acima de 29 até 31	00	0,0
Acima de 31 até 33	01	1,4	
Não aceitou informar	01	1,4	
Número de pessoas dependentes da renda total	1 (somente o próprio filho)	00	0,0
	2	15	21,4
	3	27	38,6
	4	27	38,6
	5	01	1,4
	6	00	0,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de filhos que não coabitavam com os pais, ou seja, 70.

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim como aconteceu no caso dos filhos ajudados por meio da coabitação, o número de filhos que residiam em casas separadas dos pais não apresentou diferença significativa associada ao gênero.

Com relação à faixa etária deste grupo, 81,5% (n=57) tinham entre 27 e 42 anos. Comparando este resultado com o grupo que residia com os pais, nota-se pouca diferença. Assim, nesta pesquisa, a idade dos filhos entrevistados não influenciou na coabitação destes com os pais aposentados.

Quanto ao estado civil, predominou o número de casados, 84,3% (n=59), sendo que 81,4% (n=57) possuíam filhos. Estas duas características foram as que apresentaram maior diferença ao serem comparadas com o grupo coabitante, pois a maioria daqueles era solteira e sem filhos.

Outro fator que merece destaque é a situação profissional: 94,3% (n=66) dos filhos estavam empregados e 1,4% (n=1) eram estudantes contemplados com bolsas de estudos. Ou seja, 95,7% (n=67) possuíam rendimentos, número superior aos 77,5% (n=55) do grupo anterior.

Desta forma, o perfil dos filhos que não moravam com os pais era: casado, com filhos (de 1 a 3), com idade entre 27 e 42 anos e possuidor de renda mensal, seja por meio de emprego formal, informal ou bolsa de estudos. Estes filhos moravam com seus respectivos cônjuges e/ou filhos em imóveis próprios, possuíam ensino médio completo ou nível de escolaridade maior, a renda mensal individual estava entre 1 e 5 salários mínimos destinada a prover o sustento de 2, 3 ou 4 pessoas, a renda familiar variava entre 1 e 7 salários mínimos e também era destinada para 2, 3 ou 4 pessoas.

4.3. Percepção dos pais aposentados e de seus filhos sobre as ajudas financeiras

A solidariedade entre gerações é bastante diversificada, como relataram alguns autores (OLIVEIRA; SILVA, 2012; TAVARES, 2011a; ENCARNAÇÃO, 2011; GUEDES et al., 2009; PEIXOTO, 2005; VITALE, 2005). No entanto, este estudo focou apenas as transferências material-financeiras. Conforme dito anteriormente, considerou-se que algumas ajudas classificadas como funcional-afetivas representam, indiretamente, um auxílio material-financeiro. Sendo assim, as ajudas funcional-afetivas citadas pelos entrevistados foram consideradas, neste estudo, indiretamente material-financeiras. Dentre estas pode-se citar: responsabilidade por cuidados diários com os netos para que os filhos pudessem trabalhar, transporte dos netos para a escola, lavagem de roupa e fornecimento de refeições.

Após as questões levantadas para traçar o perfil socioeconômico dos aposentados foi-lhes feita a seguinte pergunta: “O(A) senhor(a) ajuda ou já ajudou financeiramente¹⁰ algum filho adulto depois de se aposentar?” Para que o aposentado pudesse participar desta pesquisa era necessário que a resposta fosse afirmativa, porém 20,6% (n=20) declararam que não ajudavam seus filhos financeiramente. Entretanto no decorrer da entrevista, alguns voltaram atrás e confirmaram que ofereciam algum tipo

¹⁰ Para facilitar o entendimento dos participantes o termo “solidariedade material-financeira” foi simplificado para “ajuda financeira”.

de ajuda aos filhos e, em outros casos, apenas não consideravam o que faziam como ajuda financeira. Estas situações são ilustradas por alguns dos relatos dos aposentados, transcritos a seguir:

Entrevistado: “Não. Eu não ajudo não”.

Pesquisadora: “Mas o senhor disse que montou uma farmácia para o seu filho”.

Entrevistado: “Então, (risos) quer dizer que eu estou ajudando, né? Caí em contradição, está vendo só! (risos)”.

(Aposentado 29, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: auxílio financeiro para 1 filho começar um negócio próprio; sustento de 1 filho por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para os 2 filhos).

Entrevistado: “Eu não ajudo porque ele não depende de mim, mas acaba ficando por minha conta as despesas mesmo. Mas como é só eu e ele...”.

Pesquisadora: “A senhora dá mais alguma ajuda em dinheiro para eles, por exemplo, através de empréstimo no banco?”.

Entrevistado: “Ah, sim! Pegar empréstimo eu peguei, mas era porque eles estavam precisando muito”.

(Aposentada 28, divorciada, mãe de 5 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para os 5 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação).

“Não, porque nenhuma das duas precisa de mim. Tem uma que está fazendo doutorado na universidade mesmo e tem uma bolsa, sabe? E a outra trabalha e não depende de mim não. Quer dizer, eu arco com tudo da casa, com todas as despesas, né? Luz, água, despesa com supermercado é tudo por minha conta. Mas elas não precisam de mim não”.

(Aposentado 11, casado, pai de 2 filhas, ajudava todas. Ajuda oferecida: sustento das 2 filhas por meio de coabitação).

Neste caso, percebe-se que algumas transferências material-financeiras não foram consideradas como ajuda pelos entrevistados, o que revela uma diferença na interpretação destes sobre o que constitui uma ajuda financeira. Separando por sexo os aposentados que declararam não prestar ajuda aos filhos, nota-se que eram as mulheres que menos reconheciam o que faziam como ajuda. Precisamente, tem-se que 33,3% (n=7) das mulheres e 17,1% (n=13) dos homens disseram que não ajudavam os filhos.

Observa-se também que os idosos que sustentavam algum filho por meio da coabitação tenderam a não considerar essa situação como ajuda financeira e sim como uma obrigação. Esta afirmativa pode ser ilustrada por meio dos seguintes relatos:

“Não, eu não ajudo eles. Eles vivem a vida deles e eu vivo a minha. Agora o que mora comigo, que é solteiro, aí eu **tenho** que sustentar”.
(Aposentado 30, casado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: empréstimo de imóvel para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 1 filho).

Nesta afirmação, nota-se a presença do sentimento de obrigação de prover o sustento do filho: “Agora o que mora comigo, que é solteiro, aí eu **tenho** que sustentar”. Ao utilizar-se do verbo “ter” o entrevistado demonstra que, em sua opinião, a manutenção econômica da residência em que vive é considerada como uma obrigação que cabe somente a ele. Sendo assim, ele não acredita que seja uma ajuda financeira ao filho, pois prover o sustento da família não é uma questão de necessidade do filho e sim de obrigação do pai. Tavares (2011a) também encontrou resultados semelhantes que indicaram a percepção dos idosos e de seus familiares quanto ao sustento da casa como obrigação dos pais idosos. Esta percepção pode ser explicada pela teoria do interacionismo simbólico, segundo o qual os indivíduos aprendem nos seus contatos sociais, a desempenhar certos papéis.

Alguns aposentados ainda corrigiram a pergunta realizada, dizendo não se tratar de uma ajuda e sim de uma obrigação, como a afirmação a seguir:

“Não é ajuda, **é uma obrigação!** Eu sou o pai deles, entendeu?”
(Aposentado 35, casado, pai de 4 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: em dinheiro para os 2 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação; compra de automóvel para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 filho).

Analisando esta fala percebe-se a construção do significado de ser pai. A percepção do pai como sendo o membro da família responsável por suprir todas as necessidades dos filhos, mesmo quando estes já são adultos. Desta forma, o aposentado 35, assim como outros desta pesquisa, não considerava os auxílios financeiros como ajudas e sim como obrigação inerente ao papel de pai.

Após caracterizar os filhos também foi feita a seguinte pergunta aos filhos sobre as ajudas: “O(A) senhor(a) precisa ou já precisou de ajuda financeira do seu pai/mãe depois que ele se aposentou?”. Conforme relatado anteriormente, apenas os filhos que os aposentados entrevistados confirmaram ter lhes fornecido ajuda foram procurados para participar desta pesquisa. Porém, 46,8% (n=66) dos filhos entrevistados

responderam que nunca precisaram de ajuda. A seguir algumas falas exemplificam esta situação:

Entrevistado: “Não preciso não. De nada”.

Pesquisadora: “Mas você mora com o seu pai e ajuda nas despesas da casa?”

Entrevistado: “Não, porque isso é obrigação do meu pai (risos)”.

(Filho 5, solteiro, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 6: sustento por meio de coabitação).

Entrevistado: “Não. Eu trabalho e tenho meu salário”.

Pesquisadora: “Mas você mora com o seu pai e ajuda nas despesas da casa?”

Entrevistado: “Eu não ajudo não. Eu só ajudo a comer (risos). Não tem necessidade de eu ajudar”.

(Filho 36, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 25: sustento por meio de coabitação).

Entrevistada: “Não”.

Pesquisadora: “Mas você mora com o seu pai e ajuda nas despesas da casa?”

Entrevistada: “Eu não preciso de ajuda financeira dele. Não é assim de dinheiro que eu preciso. Eu preciso é de casa, comida e roupa lavada (risos). Então, depende. Mas isso não é ajuda, eu sou filha dele e eu fico tão pouco em casa, só chego lá para dormir mesmo”.

(Filha 46, solteira, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 45: sustento por meio de coabitação, empréstimo de automóvel).

“Não. Eu não preciso, mas já que meu pai faz questão de pagar meu plano de saúde e dos meus 2 filhos, então eu deixo ‘pra lá’. Mas não fui eu que pedi”.

(Filha 115, casada, mãe de 2 filhos, renda de 7 a 9 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 84: pagamento do plano de saúde da filha e 2 netos; pagamento de festa de casamento).

“Não, graças a Deus, para nada. O meu plano de saúde sou eu que pago, mas eu sou dependente dela [mãe]. Mas o da minha filha, ela que paga porque ela faz questão de pagar o plano de saúde dos netos. Ela paga porque ela quer. Ela também fez um empréstimo, mas não foi para me ajudar não. Foi para o meu casamento, para pagar a festa, mas não foi para mim, entendeu? Ela queria pagar a festa, então ficou por conta dela”.

(Filha 125, casada, mãe de 1 filho, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida da aposentada 88: pagamento de plano de saúde da filha e do neto; pagamento de festa de casamento).

Com estas afirmações e outras semelhantes que não foram citadas aqui, nota-se que os filhos que coabitavam com os pais e/ou eram dependentes dos pais no plano de saúde não percebiam estas solidariedades como ajudas, pois alguns as consideravam

obrigação dos pais e outros não percebiam que coabitação demandava gastos nas despesas do lar. Comparando com as respostas dos aposentados, percebe-se uma semelhança com relação a esta percepção, pois os pais também consideravam o sustento como obrigação e não como uma ajuda.

Além disso, deve-se atentar para a conclusão de Leal (2006), que as ajudas funcional-afetivas, ao fazer parte da rotina dos indivíduos, também podem cair no esquecimento quanto ao seu valor e importância. As respostas dos pais e dos filhos confirmaram a afirmativa de Leal (2006), e foram além: não são apenas as ajudas funcional-afetivas que tendem a cair no esquecimento, as ajudas material-financeiras quando realizadas com uma frequência fixa, fazendo parte da rotina da família, tornam-se invisíveis para os idosos e seus filhos. Neste caso, a invisibilidade das solidariedades não está dada na forma – funcional-afetiva ou material-financeira – e sim, na frequência com que são oferecidas. Estas afirmações são evidenciadas nas seguintes falas dos aposentados:

Entrevistado: “Não ajudo”.

Pesquisadora: “Mas nenhum dos dois precisa de ajuda? E o plano de saúde?”

Entrevistado: “O plano de saúde já é deles mesmo, desde quando nasceu eu pago. Então **eu só continuei pagando**, não cortei o plano, só!”

(Aposentado 54, divorciado, pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: empréstimo de imóvel para 1 filho morar; pagamento de plano de saúde para os 2 filhos; sustento por meio de transferências financeiras mensais para 1 filha que residia em outra cidade).

Entrevistada: “Não ajudo não”.

Pesquisadora: “Mas a senhora não paga, por exemplo, um plano de saúde para eles?”

Entrevistada: “Ah não! Com isso eu ajudo. A menininha dela [neta] está no meu plano de saúde e **eu esqueci!** (risos). Também esqueci que pago o colégio dela [neta] também”.

(Aposentada 96, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde e escola particular para 1 neta; em dinheiro para os 2 filhos).

“Não, não tenho que ajudar minha filha porque ela é muito bem casada. E a outra **eu só cuido dos filhos dela** porque ela não está tendo condições agora. Mas elas não precisam do meu dinheiro”.

(Aposentada 39, casada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. Ajuda oferecida: sustento de 2 netos que moravam com ela – detentora da guarda; pagamento de festa de casamento e formatura de 1 filha).

Entrevistado: “Não. Porque uma tem bolsa [de estudo] e a outra tem o salário dela”.

Pesquisadora: “O senhor ajuda com mais alguma coisa? Pagamento de plano de saúde ou complementando a renda da estudante?”

Entrevistado: “Ah, praticamente não. **É uma coisinha muito pouca.** Praticamente pode dizer que não. Quem dera se eu pudesse ajudar mesmo (risos)”.

(Aposentado 51, casado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 1. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde; em dinheiro).

Nestes relatos fica evidente a pouca ou quase nenhuma importância dada às transferências fixas, realizadas mensalmente, por exemplo, como é o caso do pagamento de plano de saúde. No segundo relato, fica ainda mais evidente a invisibilidade da solidariedade, pois a aposentada 96 afirma realmente ter “esquecido” deste apoio financeiro oferecido à filha. Com as falas dos dois últimos entrevistados, nota-se a pouca importância conferida às ajudas: “eu **só** cuido dos filhos dela” (aposentada 39); “é uma **coisinha muito pouca**” (aposentado 51). Os aposentados demonstraram considerar pouco o que faziam pelos filhos e em alguns casos lamentaram-se por não poder contribuir mais.

Assim como aconteceu com os aposentados, os filhos também conferiam pouca ou quase nenhuma importância às ajudas fixas, realizadas mensalmente, como o pagamento de plano de saúde, por exemplo. Veja:

Entrevistado: “Não preciso não”

Pesquisadora: “Você é dependente da sua mãe no plano de saúde?”

Entrevistado: “Sou. Meu plano de saúde sim, é ela quem paga. **Mas é só isso que ela faz**”.

(Filha 110, casada, sem filhos, não informou a renda. Ajuda recebida da aposentada 63: pagamento do plano de saúde; pagamento de festa de casamento).

Entrevistado: “Assim, ajuda financeira eu não preciso não”.

Pesquisadora: “Mas você é dependente do seu pai no plano de saúde?”

Entrevistado: Ah sim, o plano de saúde! Eu estava me esquecendo do plano de saúde. **Mas como é descontado direto eu acabo esquecendo, né? (risos)**”.

(Filho 53, solteiro, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 48: sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde; em dinheiro).

“Não preciso de nada. Ela não contribui com nada para mim. **Ela só paga o plano de saúde da minha menina.** Mas isso já é descontando mesmo, não tem problema para ela”.

(Filho 3, casado, pai de 1 filho, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida da aposentada 2: pagamento de plano de saúde para o neto).

Entre as diversas respostas foi observada com frequência a percepção dos filhos de que as ajudas eram poucas ou pequenas. Estas observações foram feitas pelo constante uso de expressões como “foi somente isso” e “ele só paga isso”, minimizando a importância das ajudas oferecidas pelos pais.

De maneira geral, observando as respostas dos filhos com relação às ajudas prestadas pelos pais, nota-se que alguns não consideravam certas solidariedades como ajuda pautando-se na justificativa de que os pais faziam questão e tinham prazer em contribuir. Além disso, quando se tratava de solidariedades que foram reembolsadas, os filhos não as consideravam como ajuda. Este fato pode ser exemplificado pelos relatos abaixo:

“Não, de ajuda não. Eu ganho mais que ela (risos). Assim, ela faz empréstimo para mim, mas eu pago ela de volta. Agora ajuda dela mesmo eu não recebo não”.

(Filho 24, casado, pai de 2 filhos, renda 23 a 25 salários mínimos. Ajuda recebida da aposentada 28: em dinheiro).

“Não. Olha aconteceu no caso do carro, porém foi empréstimo, não doação, né? Não foi ajuda porque foi emprestado e eu estou ressarcindo ele”.

(Filho 60, casado, pai de 2 filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 41: em dinheiro).

“Não. Não preciso não. Ele já me emprestou um dinheiro e eu faço questão, diferente de alguns irmãos, eu faço questão de pagar. Não é uma ajuda, é um dinheiro emprestado”.

(Filho 89, casado, pai de 2 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 61: em dinheiro).

Os empréstimos de imóveis, também foram ajudas que os filhos não consideravam como financeiras. Além do mais interpretaram como um favor que eles estariam fazendo aos pais, pois estavam “tomando conta” do imóvel. Estes filhos pareciam não compreender que, ao ocupar um imóvel a título de empréstimo, estavam diminuindo os ganhos dos pais, pois estes estavam deixando de receber rendimentos de aluguéis ou mesmo de uma possível venda deste imóvel. Estas afirmações podem ser evidenciadas pelos relatos a seguir:

Entrevistado: “Não, por enquanto não”.

Pesquisadora: “Mas você disse que morava em uma casa emprestada pelo seu pai”.

Entrevistado: “É, mas só a casa lá, mas ela estava parada lá mesmo. Eu fico lá mais para tomar conta mesmo”.

(Filho 99, casado, sem filhos, sem renda. Ajuda recebida do aposentado 62: empréstimo de imóvel).

Entrevistada: “Não, para nada”.

Pesquisadora: “Mas você disse que morava em uma casa emprestada pelo seu pai”.

Entrevistada: “Ah é! Tem a casa (risos). Se for ver por esse lado meu pai está me ajudando a economizar uns R\$600,00 que seria o aluguel, né? Aqui em Viçosa os aluguéis são um absurdo. Mas aquela casa estava largada lá. Então, a gente foi para lá. Não é uma ajuda mesmo, se você for ver bem eu que ajudo ele [pai] tomando conta da casa”.

(Filha 130, casada, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 90: empréstimo de imóvel; pagamento de festa de casamento).

Observa-se, assim, que certas solidariedades não foram percebidas como ajudas, mas influenciadas por questões culturais, como é o caso do sustento por meio de coabitação e o pagamento de festas de casamento, foram consideradas obrigações dos pais. Em outras situações, os filhos classificaram as ajudas como empréstimos, e assim afirmaram que não precisavam de ajudas financeiras, pois reembolsavam os pais.

Em dois casos, as ajudas foram classificadas como presente e por isso os filhos responderam que não precisavam de ajuda financeira. Nestas situações, é provável que os filhos realmente não precisassem de tais ajudas, levando em consideração a renda recebida por eles e a justificativa para aceitarem a ajuda que foi pautada na visão de que os pais ofereciam presentes na tentativa de se sentirem mais próximos dos filhos. O relato abaixo confirma esta afirmativa:

“Não. Eu não preciso porque eu ganho bem. Ele me dá coisas extras. Por exemplo, eu vou comprar alguma coisa, sei lá, um computador e ele vai e compra e me dá. Mas ele ajuda é assim, dando presente. Não é uma coisa que eu esteja precisando e não teria dinheiro para comprar. Igual o carro agora que ele me deu. Ele também me paga algumas viagens. Mas é tudo no sentido de presente e de tentar me agradar. Eu acho que ele faz isso para se sentir participante, continuar ativo na minha vida. Mais nesse sentido, entendeu? Daí, as ajudas financeiras têm um sentido de manter o vínculo com os filhos. E às vezes os filhos nem precisam mais, como é o meu caso. Como eu moro muito longe, eu acho que é uma forma de ele se fazer presente na minha vida, de ele se sentir importante”.

(Filha 68, casada, mãe de 1 filho, renda de 9 a 11 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 55: compra de automóvel; pagamento de viagens).

Quanto aos aposentados que responderam positivamente ao serem questionados sobre o fornecimento de ajuda para seus filhos adultos, os seguintes relatos são ilustrativos:

“Demais da conta, uai! Todos os três. Se não fosse eles eu tava rico!!! (risos)”.

(Aposentado 70, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para os 3 filhos; empréstimo de imóvel para 1 filho; fornecimento de refeições diárias para 1 filho; sustento de 2 filhos por meio de coabitação; auxílio financeiro para 1 filho começar um negócio próprio).

“Já ajudei. Fiz um empréstimo para um [filho] comprar um carro. As outras não precisam não, são independentes”.

(Aposentado 4, casado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 1. Ajuda oferecida: em dinheiro; empréstimo de imóvel).

“Financeiramente não, porque eu tenho dois filhos, um casal. Eu ajudo assim, esses afazeres como você está vendo. Eu vou e lavo roupa pra minha filha, roupa de neném, porque roupa da casa eu não dou conta de lavar dela não. E o meu filho enquanto eu puder ir lavando as roupinhas dele eu vou lavar porque ele mora comigo e eu não tenho intenção nenhuma de ficar sem ele. Meu filho não precisa do meu dinheiro porque ele tem o serviço dele e ele pega os recursos do trabalho dele, sabe? Aí não depende de nós não, não depende da nossa ajuda financeira. Tudo bem que ele não ajuda nas despesas da casa, mas é porque não tem necessidade. Eu tenho meu pagamento, meu marido também tem, porque ele vai pagar alguma coisa, né?”

(Aposentada 52, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: lavagem de roupa para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação; cuidados diários com 1 neto para filha e genro trabalharem).

“Quando precisa eu ajudo, é uma vez ou outra. Teve uma vez que ele [filho] estava apertado aí eu tive que comprar uma moto pra ele. Passei apertado pra pagar, mas comprei (risos). Igual o outro filho, os meninos [netos] do meu caçula, por exemplo, eu dou dinheiro, mas também cuido dos 2 filhos dele pra ele e a mulher trabalharem. Eles vêm pra cá de manhã cedo e só voltam pra lá de noite. Eles ficam aqui em casa e a noite dormem com os pais. Praticamente só vão em casa pra dormir. Eu cuido pra ir pra aula, né? Eu tenho que levar, buscar, dar banho, dar almoço, lanche e janta. A gente faz o que pode”.

(Aposentado 86, casado, pai de 5 filhos, ajudava apenas 4. Ajuda oferecida: sustento de 2 filhos por meio de coabitação; em dinheiro para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 filho; compra de motocicleta para 1 filho).

Sobre o questionamento quanto ao fornecimento de ajuda financeira aos filhos adultos depois da aposentadoria, ao ver alguns aposentados citando apoios funcional-afetivos, pode-se ter a falsa ideia de que os participantes entendiam que tais apoios contribuía(m) financeiramente de forma indireta. Porém, percebeu-se durante as entrevistas que, na realidade, os aposentados estavam apenas listando todas as ajudas que eram oferecidas aos filhos, independentemente da natureza – funcional-afetiva ou material-financeira. Este é o caso da aposentada 52, que tenta deixar claro que a ajuda prestada por ela não é financeira. Constatou-se que ela, assim como os outros aposentados, não percebia as ajudas funcional-afetivas como material-financeiras de forma indireta, da mesma forma que também não considerava a coabitação como uma ajuda financeira. Em alguns casos, com a intenção de colaborar, eles detalhavam até ajudas oferecidas a parentes e amigos. Por isso, após as entrevistas era necessário selecionar o tipo de ajuda pertinente aos objetivos desta pesquisa.

A seguir, apresentam-se as impressões de alguns filhos que responderam positivamente quando questionados sobre as ajudas fornecidas pelos pais:

“Sim, eu moro aqui, eu dependo dele, né? (risos). Mas não assim para pagar contas de lojas ou outras coisas pessoais. Estou falando que como eu moro aqui eu dependo dele. Eu como e bebo aqui, entendeu? Eu dependo dele só com as despesas da casa. Mas isso é ele mesmo, né? Porque ele é meu pai. É normal ele pagar as contas da casa”.

(Filha 34, solteira, mãe de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida pelo aposentado 25: sustento da filha e do neto por meio de coabitação).

“Sim, meu pai me ajuda a pagar a faculdade. E ele fica com os meus filhos para eu trabalhar. Mas isso não dá gastos. Eu só deixo eles lá e pego na volta do trabalho”.

(Filha 136, casada, mãe de 2 filhos, renda de 1 salário mínimo. Ajuda recebida do aposentado 93: pagamento de faculdade particular; cuidados diários com os netos para filha trabalhar).

“Olha, a gente falar que não depende do pai e da mãe é a coisa mais difícil que tem. Porque sempre a gente depende. Quando a gente faz alguma coisa e dá errado ou está precisando de alguma coisa, a gente bate é na porta da casa do pai e da mãe. Pai me ajuda muito financeiramente e com tudo”.

(Filho 11, casado, pai de 2 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 4: em dinheiro; empréstimo de habitação).

Apesar de alguns filhos perceberem que morar na casa dos pais é uma forma de ajuda, tanto os que diziam que precisavam e que não precisavam de ajuda, acreditavam que o sustento era uma obrigação dos pais.

Na fala do filho 11 percebe-se a importância que este dá às ajudas fornecidas pelos pais e sua crença de que é muito difícil um filho ser totalmente independente dos pais. Além disso, por meio do relato da filha 136 nota-se que os filhos parecem ter a mesma percepção que os pais quanto às ajudas funcional-afetivas, de que não demandavam gastos para os indivíduos que a ofereciam. Neste exemplo, a filha disse claramente que deixar os filhos na casa do pai para trabalhar não é uma ajuda geradora de gastos.

Posteriormente foi perguntado aos filhos de quem eles solicitavam ajuda, ao pai ou à mãe, e quais os critérios eram usados para tomar esta decisão. Entre os 141 filhos entrevistados, 75,9% (n=107) foram ajudados pelo pai e 24,1% (n=34) foram ajudados pela mãe. Este resultado já era esperado, pois o número de idosos entrevistados superava o número de idosas.

Relacionando-se o sexo dos pais com o sexo dos filhos ajudados, constatou-se que o sexo dos filhos não influenciou em qual dos pais forneceria a ajuda, pois dentre os filhos que foram ajudados pelos pais 54,2% (n=58) eram mulheres e 45,8% (n=49) eram homens. Já as ajudas provenientes das mães, 50,0% (n=17) foram destinadas as filhas e a outra metade aos filhos.

Quanto aos critérios utilizados para a escolha do indivíduo que forneceria a ajuda, 44,7% (n=63) dos filhos informaram que apenas o pai possuía renda e 24,1% (n=34) disseram que os rendimentos recebidos pelo pai eram superiores aos recebidos pela mãe, por isso optaram por solicitar a ajuda ao pai. No caso de falecimento de um dos pais, os filhos não tinham opção de escolha. Estavam nesta situação 5,0% (n=7) dos filhos, pois o pai já havia morrido e a ajuda foi solicitada à mãe e 2,8% (n=4) dos filhos haviam perdido a mãe. Outros mantinham contato apenas com um dos progenitores: 4,3% (n=6) não tinham contato com o pai e 0,7% (n=1) não conviviam com a mãe. Ainda, 2,1% (n=3) afirmaram que o pai era quem fazia questão de ajudar. Por último, 5,7% (n=8) dos filhos alegaram que preferiam solicitar a ajuda à mãe por esta contribuir mais facilmente que o pai. Apenas 1,4% (n=2) declararam que o pai contribuía mais facilmente que a mãe.

Uma situação inesperada foi relatada por 9,2% (n=13) dos filhos: a ajuda era solicitada à mãe, porém a mãe não possuía renda. Assim, o filho pedia à mãe e a mãe, por sua vez, solicitava ao pai os valores necessários. Neste caso, os entrevistados desta pesquisa foram os pais e não as mães. Esta situação pode ser exemplificada pelos relatos abaixo:

Entrevistada: “Peço para mãe. É porque quando eu quero alguma coisa ela me dá. É porque mãe é mais liberal. Eu tenho mais liberdade de pedir e ela dá mais fácil (risos). Pai regula demais!”.

Pesquisadora: “Mas a sua mãe tem renda?”

Entrevistada: “Não, mas ela pega com meu pai (risos). Ela tira do bolso dele”.

Pesquisadora: “Porque você não pede diretamente para o seu pai?”

Entrevistada: “Porque com mãe é mais fácil”.

(Filha 12, solteira, sem filhos, renda de menos de 1 salário mínimo. Ajuda recebida do aposentado 7: sustento por meio de coabitação; em dinheiro).

Entrevistada: “Para a minha mãe. Ah, porque ela entende melhor e me dá dinheiro mais fácil (risos)”.

Pesquisadora: “Mas a sua mãe tem renda?”

Entrevistada: “Não (risos). Aí ela pega com meu pai (risos)”.

(Filha 88, solteira, sem filhos, sem renda. Ajuda recebida do aposentado 16: sustento por meio de coabitação; em dinheiro).

Entrevistado: “Para a minha mãe porque é mais fácil de conversar com ela, de convencer ela (risos). Mas acaba sobrando para o meu pai mesmo (risos), porque o dinheiro vem dele mesmo. Ela tem que pegar com ele, né? (risos)”.

(Filho 56, casado, pai de 2 filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 49: sustento por meio de coabitação; em dinheiro).

Com estas falas nota-se que os filhos solicitavam ajuda para as mães, por considerarem que estas eram mais acessíveis do que os pais.

4.4. Formas, frequência e valor da ajuda oferecida pelos pais aposentados

As formas de ajuda ou solidariedade oferecidas pelos pais eram, em sua grande maioria, material-financeiras e, as funcional-afetivas estavam relacionadas aos cuidados com os netos. Na Tabela 11 são apresentadas as formas de ajuda que os aposentados entrevistados informaram ter fornecido aos filhos.

Tabela 11 – Formas de solidariedades fornecidas pelos aposentados aos filhos adultos. Viçosa-MG, 2012.

Formas de solidariedade		Filhos ajudados	
		N	%
Saúde	Plano de saúde para os filhos	78	30,6
	Plano de saúde para netos	28	11,0
	Despesas com consultas médicas e medicamentos	02	0,8
	TOTAL	108	42,4
Em dinheiro	Dinheiro em espécie	98	38,4
	TOTAL	98	38,4
Sustento	Coabitação	83	32,5
	Estudantes residentes em outras cidades	10	3,9
	TOTAL	93	36,4
Habitação	Empréstimo de imóvel	24	9,4
	Pagamento de parte da construção de imóvel	10	3,9
	Doação de imóvel	07	2,7
	Construção de imóvel	06	2,3
	Doação de terreno para construção de imóvel	02	0,8
	TOTAL	49	19,1
Transporte	Doação de automóvel	20	7,9
	Empréstimo de automóvel	11	4,3
	Doação de motocicleta	04	1,5
	TOTAL	35	13,7
Festividades	Despesas com festas de casamento	26	10,2
	Despesas com festas de formatura	09	3,5
	TOTAL	35	13,7
Educação	Pagamento de faculdade para os filhos	13	5,1
	Pagamento de escola/creche para os netos	10	3,9
	Pagamento de pós-graduação para os filhos	02	0,8
	TOTAL	25	9,8
Despesas domésticas	Despesas alimentícias (supermercado)	08	3,1
	Pagamento de IPTU	05	1,9
	Aquisição de móveis e eletrodomésticos	05	1,9
	Pagamento de seguro de veículos	02	0,8
	Pagamento de reparos de veículos	02	0,8
	Pagamento de aluguel	01	0,4
	Pagamentos de contas (água, luz, telefone)	01	0,4
	TOTAL	24	9,3

Formas de solidariedade		Filhos ajudados	
		N	%
Cuidados com os netos	Cuidados diários enquanto os filhos trabalhavam	13	5,1
	Deslocamento para a escola	07	2,7
	Detentor da guarda	01	0,4
	Despesas com enxoval dos netos	02	0,8
	TOTAL	23	9,0
Outras	Oferecimento de refeições diárias	12	4,7
	Despesas com viagens	05	1,9
	Abertura de negócio próprio	06	1,5
	Mesadas (valores entre R\$200,00 e R\$600,00)	03	1,2
	Lavagem de roupas	02	0,8
	TOTAL	28	11,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número total de filhos ajudados, ou seja, 255. O somatório total das ajudas fornecidas ultrapassou o número de filhos ajudados, pois alguns filhos receberam mais de um tipo de ajuda.

Fonte: Dados da pesquisa.

A ajuda mais frequente estava relacionada à saúde, mais precisamente ao pagamento de plano de saúde para filhos e netos. Em segundo e terceiro lugar estavam, respectivamente, as ajudas via dinheiro em espécie e o sustento por meio da coabitação. As demais ajudas, apesar de menos frequentes, são bastante significativas.

As formas de solidariedade que os filhos entrevistados declararam ter recebido foram semelhantes às declaradas pelos pais. Porém a ajuda mais frequente estava relacionada às transferências em dinheiro e não à saúde, como relatado pelos pais. Em segundo e terceiro lugar estavam, respectivamente, o sustento por meio de coabitação e as ajudas com relação à saúde. Como houve filhos que não consideravam as solidariedades relacionadas à saúde e o sustento como ajuda, e alguns ainda mostraram ter esquecido que eram favorecidos destas formas, na realidade, estas ajudas podem ter sido recebidas, mas não terem sido citadas. Além disso, as transferências em dinheiro podem ser mais facilmente lembradas pelos filhos. Na Tabela 12 são apresentadas as diversas ajudas declaradas pelos filhos.

Tabela 12 – Formas de solidariedade recebidas pelos filhos entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Formas de solidariedade	Filhos ajudados	
	N	%
Em dinheiro	80	56,7
Sustento	72	51,1
Saúde	59	41,8
Habitação	19	13,5
Festa de casamento	13	9,2
Transporte	12	8,5
Educação	11	7,8
Despesas domésticas	09	6,4
Viagens	06	4,3
Cuidados com os netos	05	3,5
Oferecimento de refeições diárias	03	2,1
Mesada	01	0,7

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número total de filhos entrevistados, ou seja, 141. O somatório total das ajudas fornecidas ultrapassou o número de filhos ajudados, pois alguns filhos receberam mais de um tipo de ajuda.

Fonte: Dados da pesquisa.

O número de ajudas relatado pelos filhos representou uma média de duas ajudas por filho entrevistado. Este número mostrou-se semelhante aos apresentados pelos aposentados, pois de acordo com as informações prestadas por eles, a média de ajuda também era de duas por filho.

As formas de solidariedade funcional-afetiva, indiretamente material-financeira, citadas pelos aposentados foram: cuidados diários com os netos enquanto os filhos trabalhavam, responsabilidade de levar e buscar os netos na escola, detenção da guarda dos netos, oferecimento de refeições diárias para os filhos e lavagem de roupa.

Os filhos que eram ajudados por meio da lavagem de roupas foram entrevistados, porém nenhum deles mencionou receber tal ajuda. Outras ajudas que não foram citadas pelos filhos são: pagamento de parte da construção de imóveis, de festa de formatura, de pós-graduação, de aluguel, de seguro e reparo de veículo, doação de imóvel, quitação de IPTU, despesas com enxoval dos netos entre outras.

Peixoto (2005), Vitale (2005) e Souto (1999) afirmaram que determinadas ajudas como as funcional-afetivas são, em sua grande maioria, desempenhadas por mulheres. Com o intuito de constatar se as ajudas prestadas pelos pais e mães entrevistados se diferenciavam, na presente investigação relacionou-se o sexo dos aposentados com as formas de solidariedade oferecidas (Tabela 13).

Tabela 13 – Solidariedades oferecidas por mães e pais entrevistados. Viçosa-MG, 2012.

Formas de solidariedade	Frequência das ajudas oferecidas			
	Mães		Pais	
	N	%	N	%
Em dinheiro	25	25,6	73	17,6
Saúde	12	12,2	96	23,1
Sustento	09	9,2	84	20,2
Despesas domésticas	09	9,2	15	3,6
Habitação	08	8,2	41	9,9
Educação	07	7,1	18	4,3
Cuidados com os netos	07	7,1	16	3,9
Transporte	06	6,1	29	7,0
Oferecimento de refeições diárias	05	5,1	07	1,7
Festividades	04	4,1	26	6,3
Lavagem de roupas	02	2,0	00	0,0
Outras	04	4,1	10	2,4

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número total de filhos ajudados, ou seja, 255. O somatório total das ajudas fornecidas ultrapassou o número de filhos ajudados, pois alguns filhos receberam mais de um tipo de ajuda.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as informações dadas pelos aposentados, calculou-se que cada um deles ofereceu, em média, pouco mais de 5 ajudas para cada filho. Do total de ajudas prestadas pelas mães aos filhos, 25,6% se tratavam de contribuições em dinheiro e 12,2% estavam relacionadas à saúde. Já do total de ajudas prestadas pelos pais 23,1% eram na área de saúde, 20,2% por meio de sustento e apenas 17,6% eram auxílio em dinheiro.

As diferenças aqui apresentadas são interessantes: as mulheres ajudaram mais do que os homens nas despesas domésticas, no cuidado com os netos e no oferecimento de refeições. Outro fato importante é que apenas as mulheres contribuíram na higienização de roupa dos filhos. Estes resultados já eram esperados, pois estas tarefas são tradicionalmente femininas, e corroboram as afirmativas de Peixoto (2005), Vitale (2005) e Souto (1999) que mostraram em suas pesquisas que as mulheres estavam mais engajadas que os homens nas solidariedades funcional-afetivas.

As diferenças nas formas de solidariedade oferecida por homens e mulheres ficaram aparentes no caso do aposentado 29 e de sua esposa, a aposentada 52, ambos faziam parte da amostra desta pesquisa, e foram entrevistados separadamente. Eles possuíam um casal de filhos e ofereciam ajuda aos dois. Porém, a ajuda era diferenciada: o pai relatou que ajudou o filho, por meio de auxílio financeiro, a abrir um negócio próprio; sustentava este mesmo filho por meio de coabitação e pagava o plano

de saúde dos dois filhos. Já a mãe declarou que era responsável por lavar as roupas da filha casada e do netinho que não coabitavam com ela; sustentava o filho por meio de coabitação e cuidava do neto para a filha e o genro terem condições de trabalhar.

Neste exemplo do casal 29 e 52, percebe-se que a questão do gênero se compatibiliza com a forma tradicional de se desempenharem as funções no contexto familiar. A mãe auxiliava de forma funcional-afetiva com a prestação de serviços ligados ao cuidado com os filhos e o pai nas ajudas material-financeiras.

Além de saber sobre as formas de solidariedade, era imprescindível que fosse apurado o número de vezes que os filhos foram ajudados. Para tanto, foi perguntado aos aposentados quantas vezes eles ajudaram os filhos financeiramente. Conforme esperado, nota-se certa dificuldade dos participantes em precisar o número de ajudas oferecidas para cada filho, já que algumas ocorriam com grande frequência. Assim, eles informaram que 93,8% (n=220) dos filhos “sempre” foram ajudados, 2,3% (n=6) foram ajudados 2 vezes e 3,9% (n=10) apenas 1 única vez. Estes dados são evidenciados nas seguintes falas dos entrevistados:

“Ah, não tem como eu saber. É porque sempre que aperta alguma coisinha lá, vem pedir: ‘Pai me arruma tal quantia aí’. Aí eu me viro”.
(Aposentado 42, casado, pai de 2 filhas, ajudava todas. Ajuda oferecida: em dinheiro para as 2 filhas; sustento das 2 filhas, seus respectivos cônjuges e 3 netos, por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para os 3 netos).

“Sempre, né? Filho a gente está sempre ajudando. Filho, toda vez que aperta lá, vai o velho aqui (risos), é assim! Meus filhos têm tudo. Tudo que precisam, a hora que precisam, do jeito que eles querem”.
(Aposentado 35, casado, pai de 4 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: em dinheiro para 1 filho; compra de automóvel para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 1 filho; empréstimo de automóvel para 1 filho).

Como ocorreu com os aposentados, os filhos também tiveram dificuldade em quantificar o número de ajudas recebidas, pois algumas aconteciam com muita frequência. Assim, 88,7% (n=125) dos filhos relataram que foram ajudados “sempre”, 3,5% (n=5) foram ajudados 2 vezes e 7,8% (n=11) apenas 1 vez. Estas respostas corroboram as afirmativas dos aposentados, uma vez que a grande maioria afirmou ajudar os filhos sempre que era preciso.

Foi solicitado aos aposentados e aos filhos que classificassem as solidariedades com relação à frequência com que elas ocorriam, podendo ser diária, semanal, mensal,

bimestral, trimestral, semestral, anual ou esporádica. Devido às particularidades das solidariedades, algumas delas não apresentavam variações nas frequências.

Para os pais, o sustento dos filhos por meio da coabitação e o custeio das despesas dos filhos estudantes moradores de outras cidades foram caracterizados como uma ajuda diária, pois todas as necessidades dos filhos que se encontravam nesta situação eram supridas pelos pais. Outras ajudas classificadas como diárias foram: cuidados com os netos enquanto os filhos trabalhavam, responsabilidade de levar e buscar os netos na escola, detenção da guarda dos netos e oferecimento de refeições diárias. O empréstimo de automóvel foi classificado ora como semanal, ora como diário, dependendo do uso que os filhos faziam deste bem.

Porém, a percepção dessa frequência pelos filhos era distorcida e não representava a realidade das solidariedades. Por exemplo, as ajudas funcional-afetivas relacionadas aos cuidados diários com os netos e o oferecimento de refeições diárias não eram percebidas como auxílios diários. Os relatos a seguir exemplificam estas situações:

“Ele me ajuda de vez em quando, não é sempre. Foram só duas vezes. A primeira vez foi para comprar o meu apartamento e a segunda foi para a troca do carro”.

(Filha 1, casada, mãe de 2 filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 1: em dinheiro; pagamento de plano de saúde dos netos; despesas com deslocamento dos netos para escola).

“Essas ajudas dela são de vez em quando, não é todo mês não! Porque o plano de saúde foi uma opção dela, de dar para o meu filho. Então não é uma ajuda mensal para mim. Ela pagou só uma viagem para mim, quando eu fui para o Canadá e supermercado ela compra umas coisinhas, mas é esporádico.

Pesquisadora: “E você almoça aqui todos os dias com seu filho e a sua esposa?”

Entrevistado: “Almoço, mas isso ela faz questão, não é uma ajuda. Ela gosta que a gente venha almoçar com ela”.

(Filho 49, casado, pai de 1 filho, renda de 11 a 13 salários mínimos. Ajuda recebida da aposentada 8: pagamento do plano de saúde do neto; despesas com viagem; despesas alimentícias; fornecimento de refeições diárias para o filho, nora e neto).

Ao ser questionada sobre a frequência das ajudas, a filha 1 citou apenas as ajudas em dinheiro e o filho 49 não considerava como ajuda o oferecimento de refeições diárias. O empréstimo de um imóvel para o filho morar também foi considerado pelos aposentados como auxílio mensal, pois os filhos poupavam mensalmente o valor que

seria pago caso o imóvel fosse alugado. Entretanto, os filhos não consideravam o empréstimo de imóvel efetivamente uma ajuda, como foi visto anteriormente. Os relatos a seguir exemplificam esta situação:

“Às vezes eu preciso, mas não é sempre. Porque um filho meu é dependente de pai no plano de saúde, mas sou eu que pago. Então isso não conta. Quando a minha filha teve um problema de saúde ele me deu o dinheiro para os remédios. Mas isso é diferente porque era uma emergência, né? Eu não preciso dele todo mês não!”

(Filha 93, casada, mãe de 2 filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 42: em dinheiro; pagamento do plano de saúde de 1 neto; empréstimo de imóvel).

“Às vezes. Não é sempre, é muito de vez em quando que eu preciso de ajuda dele. Na verdade eu não chego a pedir, ele que me oferece”.

(Filho 103, divorciado, pai de 1 filho, renda de 5 a 7 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 73: em dinheiro; pagamento de escola particular para o neto; empréstimo de imóvel).

Os filhos 93 e 103 classificaram as ajudas como esporádicas mesmo morando em um imóvel emprestado pelos pais. Além disso, o filho 103 pareceu não considerar como mensal o pagamento da escola particular de seu filho pelo avô.

As solidariedades ligadas ao pagamento de plano de saúde, à educação, ao fornecimento de mesada, ao pagamento de aluguel de imóvel e de contas domésticas como, água, luz e telefone foram consideradas pelos aposentados como mensais, visto que este tipo de ajuda era dado por eles apenas uma vez por mês. A única ajuda classificada como exclusivamente semanal pelas aposentadas foi a responsabilidade pela lavagem de roupas dos filhos. Observa-se que as solidariedades funcional-afetivas foram as que apresentaram maior frequência, sendo na sua grande maioria diária. As ajudas qualificadas como anuais estava relacionadas ao pagamento de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e de seguro de automóvel.

A ajuda por meio de doação de dinheiro em espécie foi classificada na maioria das vezes como esporádica pelos aposentados e pelos filhos, porém em alguns casos os aposentados afirmaram que eram mensais. Percebe-se que as doações em dinheiro de valor mais elevado foram esporádicas e as ajudas mensais compreendiam valores mais baixos.

Por fim, as solidariedades esporádicas correspondiam às despesas com consultas médicas e medicamentos, enxoval dos netos, festas de casamento e formatura, aquisição de móveis e eletrodomésticos, reparos de veículos, auxílio na abertura de negócio

próprio e pagamento de viagens. Algumas despesas com habitação como, por exemplo, doação e construção de imóvel, pagamento de parte da construção de imóvel e doação de terreno também foram consideradas esporádicas, pois aconteceram apenas uma vez ou num período determinado de tempo. Por este mesmo motivo, doações de automóvel e de motocicleta também condizem com solidariedades esporádicas.

Em alguns casos, os aposentados não percebiam a verdadeira frequência da ajuda, afirmando que amparavam os filhos esporadicamente em situações em que a ajuda era mensal ou até diária, como é o caso do relato seguinte:

Entrevistado: “Isso que eu faço não é sempre. É uma coisa de vez em quando, né?”

Pesquisadora: “Mas o senhor está pagando o empréstimo no banco e a outra dívida da sua filha, paga o plano de saúde deles todo mês e tem um filho que mora com o senhor. O senhor não acha que ajuda todo mês ou até mesmo todo dia?”

Entrevistado: “É verdade! (risos). É todo mês mesmo. É todo mês, eu que não tinha percebido. E esse menino [filho] que mora aqui comigo me pede alguma coisa é quase todo dia (risos)”.

(Aposentado 58, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para 2 filhos e 1 neto; em dinheiro para 1 filha; empréstimo de imóvel para 1 filha; compra de automóvel para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação).

A falta de percepção da verdadeira frequência da ajuda tanto de pais quanto de filhos está relacionada às situações já discutidas, como o fato de algumas ajudas caírem no esquecimento devido à frequência fixa, ou por serem consideradas como obrigação e outras, ainda, por serem vistas como pouco importantes.

Os aposentados também foram questionados sobre o valor aproximado das ajudas oferecidas aos filhos. Por algumas terem sido classificadas como obrigação, já era esperado que os aposentados não tivessem conhecimento sobre o valor das mesmas. Mulheres e homens entrevistados, respectivamente 85,7% (n=18) e 82,9% (n=63), não tinham conhecimento sobre o valor total das ajudas prestadas aos filhos e, além disso, não demonstraram se importar em quantificá-las. Os relatos a seguir confirmam esta situação:

“Eu não faço nem ideia. Essas coisas a gente não faz conta”.

(Aposentada 2, viúva, mãe de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de despesas alimentícias para os 2 filhos).

“Ah, *minha filha*, eu não sei não. É tanta coisa, sabe? Que eu nem sei te falar. Eu sei que não é pouco (risos)”.

(Aposentado 87, casado pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para 1 filho; cuidados diários com 1 neto para filho trabalhar; sustento de 1 filha por meio de coabitação).

Os valores das ajudas referentes ao pagamento de planos de saúde para filhos e netos foram lembrados por 74,2% (n=72) dos aposentados. O motivo para esta frequência de recordação pode estar ligado ao fato de que este pagamento tem um valor fixo mensal o qual é abatido diretamente do benefício, sendo discriminado no demonstrativo mensal de pagamento dos aposentados. Os valores tiveram pouca variação, pois eram baseados na idade dos indivíduos e o convênio médico de todos os aposentados era o mesmo. Entre os filhos a média foi de R\$131,28 (desvio padrão – σ = R\$12,62), sendo que os valores variaram de R\$120,00 a R\$200,00, e entre os netos a média foi de R\$81,42 (σ = R\$5,24), variando de R\$80,00 a R\$100,00. Como os valores variaram pouco, não foram detectadas diferenças significativas entre homens e mulheres.

Os 2,1% (n=2) dos aposentados que ajudaram seus filhos arcando com consultas médicas e medicamentos não souberam informar o valor gasto com essas ajudas. Eles justificaram que por se tratarem de ajudas esporádicas e de valores relativamente baixos não se lembravam das quantias.

Com relação à ajuda em dinheiro com frequência mensal, todos os 7 aposentados que a forneciam sabiam precisar os valores. Neste caso, também foram incluídas as mesadas, por também se tratarem de transferências mensais de dinheiro. A média foi de R\$442,86 (σ = R\$207,02), variando de R\$200,00 a R\$800,00 por filho. Neste caso também não houve diferença significativa entre homens e mulheres.

Sobre o fornecimento de dinheiro esporadicamente, apenas 17,5% (n=17) dos aposentados se lembraram das quantias repassadas aos filhos. Os valores variaram de R\$1.000,00 a R\$45.000,00 por filho, e a média foi de R\$17.738,46 (σ = R\$11.784,33).

Como anteriormente contatou-se que a ajuda mais oferecida pelas mães era em espécie, do total de mães entrevistadas, apenas 19,0% (n=4) delas souberam informar os valores, os quais variaram entre R\$19.000,00 e R\$30.000,00, sendo que a média foi de R\$24.750,00 (σ = R\$6.075,91). Entre os pais, 28,9% (n=22) informaram as quantias fornecidas que oscilaram entre R\$1.000,00 e R\$45.000,00 e a média foi de R\$16.463,64 (σ = R\$12.205,80).

O que se pôde notar no decorrer das entrevistas foi que ajudas em dinheiro cujos valores eram considerados altos pelos entrevistados e/ou foram provenientes de empréstimos ou poupanças foram facilmente lembrados. Quantias que eram consideradas baixas pelos participantes e provenientes da renda mensal não foram lembradas, pois não impactavam de forma considerável o orçamento doméstico.

Quanto ao sustento, os pais tinham conhecimento apenas sobre o valor da ajuda aos filhos que não eram favorecidos por meio da coabitação, como é o caso dos que cursavam ensino superior em outra cidade. Este conhecimento se deve ao fato de que era necessário fornecer uma quantia fixa por mês para que os filhos se mantivessem onde estavam morando. Este recurso era direcionado ao pagamento de despesas domésticas como aluguel, luz, água e telefone, despesas com alimentação e gastos com educação, como aquisição de livros, por exemplo. Nestes valores não estavam incluídas despesas com mensalidades de faculdades particulares ou pagamento de plano de saúde. Os valores variaram de R\$600,00 a R\$4.000,00 mensais e a média foi de R\$1.525,00 ($\sigma = R\$1.109,38$). Separando estes entrevistados por sexo, tem-se que 3 eram mulheres e 7 eram homens. As ajudas fornecidas pelas mulheres variaram de R\$500,00 a R\$1.000,00 e a média foi de R\$700,00 ($\sigma = R\$264,58$). Entre os homens os valores ficaram entre R\$600,00 e R\$4.000,00 e a média foi de R\$1.600,00 ($\sigma = R\$1.176,15$). Com estes resultados nota-se que as mulheres forneciam valores bem mais modestos que os homens e isso estava ligado ao fato de as mulheres apresentarem rendimentos mais baixos.

Sobre o sustento por meio da coabitação os pais não sabiam dizer quanto gastavam para manter os filhos. É evidente que estes filhos geravam gastos devido ao consumo de luz, água, telefone, alimentação, entre outros. Como 97,9% (n=95) dos aposentados moravam em casa própria, os filhos economizavam nas despesas com aluguel. Baseando nos valores necessários para sustentar os filhos que não moravam com os pais, aqueles que coabitavam estariam economizando, em média, R\$1.525,00. Na análise deste parâmetro considerou-se apenas o filho, porém existiam situações em que os aposentados abrigavam os filhos, seus respectivos cônjuges e netos, que nestes casos aumentavam mais ainda os gastos dos aposentados para manter a casa.

Em se tratando de doação de imóvel, apenas 4,1% (n=4) dos aposentados, sendo todos homens, ofereceram este tipo de ajuda aos filhos. Destes, um doou para três filhos diferentes, outro doou para dois filhos e os outros doaram apenas para um filho. Todos

eles souberam informar o valor destes imóveis, que variou entre R\$100.00,00 e R\$300.000,00 com média de R\$162.857,10 ($\sigma = R\$94.112,39$). É importante ressaltar o perfil destes aposentados: todos possuíam outra fonte de renda além da aposentadoria, a renda total estava entre 10 e 33 salários mínimos, dois haviam concluído o ensino médio e dois o ensino superior.

Somente 1,0% (n=1) dos aposentados fez doação de terreno para que os filhos pudessem construir um imóvel. Este entrevistado doou para cada um de seus dois filhos um terreno no valor de R\$80.000,00. Este aposentado possuía ensino médio completo e sua renda total estava entre 5 e 7 salários mínimos, provenientes apenas da aposentadoria.

Além das doações, 14,3% (n=3) das mulheres e 19,7% (n=15) dos homens, emprestaram imóveis para que os filhos pudessem morar. Uma mulher emprestou quatro imóveis, uma mulher e dois homens emprestaram dois imóveis cada e os demais emprestaram apenas um imóvel. Nenhum destes aposentados soube informar o valor do imóvel caso este fosse vendido ou o valor do aluguel que poderiam receber.

Para uma melhor avaliação do valor da ajuda por meio de empréstimo de imóvel foi feita uma busca no mercado imobiliário do município de Viçosa-MG, com o objetivo de estimar quanto estes filhos estavam poupando por não pagarem aluguel. Foram consultadas 6 imobiliárias para obter informações acerca do valor do aluguel correspondente a cada um dos imóveis, levando em consideração os seguintes aspectos: localização, estado de conservação e tamanho dos imóveis. Estas informações foram dadas pelos aposentados e pelos filhos e repassadas pela pesquisadora às imobiliárias que aceitaram fazer esta estimativa. Apenas um dos imóveis era localizado no Rio de Janeiro-RJ e os demais se encontravam em Viçosa-MG. Como a localização destes imóveis era bastante diversificada, as estimativas dos valores dos aluguéis variaram entre R\$150,00 e R\$3.000,00 (valor referente ao imóvel localizado no Rio de Janeiro-RJ). A média dos valores dos imóveis emprestados pelas mulheres foi de R\$228,57 ($\sigma = R\$26,73$), e daqueles emprestados pelos homens foi de R\$491,18 ($\sigma = R\$682,42$). O baixo valor do desvio padrão mostra que existia pouca variação dos valores estimados para os imóveis pertencentes às mulheres.

Ainda no que diz respeito à habitação, 3,1% (n=3) dos aposentados, todos do sexo masculino, construíram imóveis e doaram aos filhos. Um aposentado construiu quatro imóveis, outro construiu dois e, um aposentado construiu somente um imóvel.

Desta forma, 7 filhos foram beneficiados com este tipo de ajuda. Apenas um aposentado soube informar o valor gasto (R\$25.000,00) e os demais alegaram que por se tratarem de construções que demoraram até 12 anos para ficarem prontas, não tinham conhecimento do valor total gasto.

Houve situações em que os aposentados contribuíram pagando somente uma parte da construção do imóvel do filho. Este é o caso de 2,6% (n=2) dos homens e 4,8% (n=1) das mulheres. Um dos pais contribuiu com R\$2.000,00 para cada um de seus 5 filhos e o outro ofereceu R\$1.500,00 para cada um de seus 3 filhos. A única mãe ajudou um filho com R\$5.000,00. A média dos valores desta ajuda foi R\$2.166,67 ($\sigma =$ R\$1.089,72).

As ajudas relacionadas à habitação foram as que demandaram maior gasto por parte dos aposentados, podendo-se explicar um dos motivos pelos quais os homens forneciam mais ajuda deste tipo: eles possuíam rendimentos mais elevados que as mulheres, tanto de aposentadoria quanto de renda extra.

Quanto à ajuda associada ao transporte, 9,5% (n=2) das mulheres e 17,1% (n=13) dos homens doaram automóveis para os filhos. Um mesmo pai chegou a dar um automóvel para cada um de seus três filhos, três pais deram um automóvel para cada um de seus dois filhos e o restante favoreceu a apenas 1 filho. Todos os entrevistados souberam informar os valores dessa doação que variaram de R\$10.000,00 a R\$50.000,00 por automóvel e média dos valores foi R\$26.950,00 ($\sigma =$ R\$10.185,00).

As doações de motocicletas também foram citadas por 9,5% (n=2) das mulheres e 2,6% (n=2) dos homens, contribuindo cada um para apenas um filho. Os valores informados por estes aposentados ficaram entre R\$4.500,00 e R\$8.000,00 e a média destes valores foi R\$5.875,00 ($\sigma =$ R\$1.547,85).

Além das doações, em alguns casos, os aposentados apenas emprestavam o automóvel para os filhos. Este foi o caso de 4,8% (n=1) das mulheres, que emprestava o carro para duas filhas, e 6,6% (n=5) dos homens, sendo que dois emprestavam o carro para três filhos e o restante somente para um filho. Estes aposentados não souberam quantificar o custo destas ajudas, pois o carro era usado por outros familiares também. É interessante destacar que todos estes filhos que utilizavam o automóvel dos pais também coabitavam com eles.

Com relação aos gastos com festividades, 19,7% (n=15) dos homens e 4,8% (n=1) das mulheres arcaram com os custos para realização de festas de casamento dos

filhos. Um único aposentado chegou a pagar a festa de casamento de quatro filhos, sete aposentados pagaram a festa de dois filhos e o restante de apenas um filho. Todos estes aposentados sabiam precisar os valores gastos com estas festas, que variaram entre R\$2.000,00 e R\$20.000,00. A média foi de R\$6.115,38 ($\sigma = R\$4.650,39$). A única mulher a prestar este tipo de ajuda, colaborou com R\$7.000,00. A pequena presença de mães arcando com despesas de casamentos não está relacionado à renda, mas sim ao fato de ser, culturalmente, o pai o responsável pelas despesas com a festa de casamento dos filhos.

Festas de formatura também foram contribuições que 9,5% (n=2) das mulheres e 3,9% (n=3) dos homens fizeram, beneficiando 10 filhos. Dois dos homens não souberam informar o quanto gastaram com a formatura dos filhos, justificando que pagaram parceladamente durante muitos meses e não se lembravam dos valores. Uma mulher ajudou um filho e a outra, dois filhos, e os valores de ambas as formaturas foram R\$3.000,00 cada. O único homem que informou o valor do gasto pagou as formaturas de dois filhos que custaram R\$7.000,00 cada. A média dos valores foi R\$4.600,00 ($\sigma = R\$2.190,89$).

Sobre as despesas com educação, 23,8% (n=5) das mulheres e 9,2% (n=7) dos homens pagaram faculdade para os filhos. Os valores das mensalidades oscilaram entre R\$250,00 e R\$2.000,00 e a média foi R\$647,69 ($\sigma = R\$447,44$). Faz-se necessário salientar que alguns cursos tinham duração de 4 anos, outros de 4 anos e meio e até 5 anos. Uma mãe e um pai pagaram um curso de pós-graduação para um filho. A mãe relatou que desembolsou R\$10.000,00 à vista, já o pai pagou 24 parcelas mensais de R\$1.000,00.

Ainda sobre educação, 10,5% (n=8) dos homens e 4,8% (n=1) das mulheres eram responsáveis pelo pagamento de escola ou creche particular para os netos. O valor da mensalidade variava de R\$200,00 a R\$500,00 e a média foi R\$320,00 ($\sigma = R\$91,89$).

Em se tratando de ajuda nas despesas domésticas, nenhum dos aposentados sabia informar os valores relacionados às despesas alimentícias, como pagamento de compras de supermercado, e pagamento de IPTU. Sobre a aquisição de móveis e eletrodomésticos, 9,5% (n=2) das mães favoreceram três filhos e 2,6% (n=2) dos homens ajudaram a dois filhos. Os gastos com este tipo de ajuda ficaram entre R\$4.000,00 e R\$7.000,00, sendo que a média foi de R\$5.400,00 ($\sigma = R\$1.341,64$). Neste caso, não houve diferença significativa entre homens e mulheres.

O pagamento de seguro e reparos de automóveis foi feito apenas pelos pais, sendo que, 1,3% (n=1) pagaram o seguro do veículo de dois filhos, que custou R\$1.500,00 cada e 2,6% (n=2) arcaram com o reparo do automóvel de um filho cada, desembolsando R\$3.000,00 e R\$5.000,00.

Pagamentos de contas domésticas, como água, luz e telefone foi uma forma de ajuda utilizada apenas por 1,3% (n=1) dos homens, que contribuía com R\$200,00 mensais para um filho. Somente 1,3% (n=1) dos homens revelaram-se responsáveis por pagar o aluguel do imóvel em que o filho morava, contribuindo mensalmente com a quantia de R\$1.500,00.

Sobre as ajudas funcional-afetivas oferecidas, os cuidados com os netos foram os mais citados. Dentre as mulheres, 14,3% (n=3) revelaram colaborar com este tipo de ajuda, sendo que uma cuidava de dois netos. Entre os homens, 10,5% (n=8) eram responsáveis pelos cuidados com os netos, sendo que um deles cuidava de dois netos. Como cuidar dos netos para que os filhos, genros e noras pudessem trabalhar foi considerado por alguns como obrigação e por outros como prazer, estes aposentados não sabiam avaliar os valores atribuídos a este tipo de ajuda. Porém, segundo os aposentados que pagavam mensalidades de creches para os netos, os valores variavam entre R\$200,00 e R\$300,00 (média = R\$250,00). Desta forma, além de contribuir para o aumento da renda familiar do filho, liberando os membros da família para o mercado de trabalho, estes aposentados fizeram com que os filhos economizassem em média R\$250,00 por mês com o pagamento de creche para as crianças. Quanto às crianças mais velhas que não poderiam ser inseridas em creches, estes filhos estavam economizando no pagamento de uma babá que ficasse responsável por estas crianças no período em que não estivessem na escola.

Quanto ao deslocamento das crianças para a escola, 6,6% (n=5) dos homens eram responsáveis por levar e buscar os netos na escola ou na creche de automóvel, sendo que dois destes se encarregavam de dois netos cada. Apenas um indivíduo tinha conhecimento sobre o valor gasto com tal atividade. Este aposentado pagava mensalmente R\$80,00 a uma empresa particular para o transporte da criança. Os demais não souberam informar, pois afirmaram que utilizavam o carro para várias outras atividades e não era possível fazer o cálculo separadamente. Entretanto, baseando-se no aposentado que informou o valor mensal gasto, estima-se que os filhos economizavam cerca de R\$80,00 com despesas de deslocamento de seus filhos.

De acordo com Leal (2006) muitas vezes os favorecidos ou mesmo os que fornecem a ajuda não sabem dimensionar apropriadamente a importância das ajudas funcional-afetivas. Neste caso, a participação dos aposentados nas atividades domésticas de cuidado com os netos, não sendo uma atividade remunerada pelos filhos, tende a cair na rotina e no esquecimento quanto ao seu valor e importância. Ainda, em algumas situações, esta ajuda passou a ser considerada uma obrigação tanto por parte dos idosos quanto pelos filhos.

Assim, a “gratuidade” é um elemento central da invisibilidade e da desvalorização do trabalho doméstico. A gratuidade é uma característica que explora sutilmente este trabalho, pois as tarefas são realizadas sem exigir nada em troca, com altruísmo para os membros da família (BARBOSA, 2011). Desse modo, é esquecido o tempo que o aposentado investiu no cuidado com a criança, o dinheiro gasto para comprar alimentos para o lanche e o combustível para transportar a criança até a escola.

Fundamentando-se no estudo de Leal (2006), muito longe de ser gratuita, pôde-se fazer uma estimativa simples, porém importante. Com a ajuda no cuidado com netos para que os filhos pudessem trabalhar, os idosos contribuía para o aumento da renda da família de duas formas: primeiramente, evitava-se o gasto com a remuneração de uma babá ou creche para cuidar das crianças no período em que os filhos estavam trabalhando; segundo porque os pais não gastavam com transporte das crianças para escola, pois os próprios aposentados se encarregavam dessa tarefa.

Quanto à responsabilidade total pelo sustento das crianças, apenas uma aposentada revelou ser a detentora da guarda dos netos. Esta entrevistada supria as necessidades de dois netos com relação à alimentação, moradia, vestuário, lazer, entre outros. Mesmo sendo a única provedora das crianças, neste caso a aposentada não soube informar o quanto gastava mensalmente. Ainda sobre os gastos com os netos, uma aposentada ajudou a adquirir e preparar o enxoval de dois netos, mas não soube informar o quanto foi gasto.

Tratando ainda das solidariedades funcional-afetivas, 19,0% (n=4) das mulheres e 7,9% (n=6) dos homens forneciam refeições diárias para os filhos. Entre os entrevistados, uma mulher e um homem concediam refeições diárias para dois filhos e os demais para apenas um filho cada. Em alguns casos, além dos filhos, netos, genros e noras também eram beneficiados desta forma. Além disso, 9,5% (n=2) das mulheres ofereciam aos filhos serviços de lavagens de roupa semanal. É importante destacar que

estes filhos não coabitavam com estas mães. Estes filhos (um homem e uma mulher) eram casados, empregados e possuíam filhos, porém as duas aposentadas faziam questão de prestar tal ajuda. O relato a seguir exemplifica esta situação:

Entrevistada: “Ele casou-se, mas continuou alimentando comigo. Eles almoçam comigo todo dia, ele e a mulher, eles almoçam e levam janta (risos). E eu cuido da roupa dele também, entendeu?”

Pesquisadora: “Da mulher dele também?”

Entrevistada: “Não. Só dele. Toalha, roupas, tudo. Tudo que pertence a ele. Ela [esposa do filho] não sabe lavar direito (risos)”.

(Aposentada 8, divorciada, mãe de 1 filho. Ajuda oferecida: em dinheiro, fornecimento de refeições diárias para o filho e a cônjuge; cuidados diários com 1 neto para filho e nora trabalharem; lavagem de roupa).

As ajudas financeiras para abertura de negócio próprio foram as que apresentaram maior oscilação quanto aos valores. Entre as mulheres 4,8% (n=1) ajudaram dois filhos, mas não souberam informar os valores gastos. Entre os homens 5,3% (n=4) ajudaram um filho cada um. Três homens informaram os gastos para a abertura de um negócio próprio para o filho e estes valores foram R\$5.000,00, R\$7.000,00 e R\$60.000,00. Os valores, é claro, variaram com o tipo de negócio que o filho almejava ter.

Por último as despesas com viagens foram contribuições de 4,8% (n=1) das mulheres e 2,6% (n=2) dos homens, beneficiando 5 filhos no total. Estas viagens compreendiam lazer, como no caso de ida à praia, e estudos, como participações em congressos acadêmicos. Outro fato importante é que dois filhos tiveram quatro viagens custeadas pelos pais e os demais duas viagens cada. Além disso, 2 destas 14 viagens foram para o exterior. Porém, nenhum destes entrevistados soube informar os valores gastos com estas viagens.

Com relação ao valor da ajuda, os filhos entrevistados foram questionados sobre o conhecimento quanto aos valores disponibilizados pelos pais. Apenas 29,1% (n=41) dos filhos souberam informar os valores das ajudas recebidas. Observou-se uma relação direta entre o conhecimento do valor da ajuda e a realização do reembolso, ou seja, todos os filhos que ressarciram os pais sabiam informar os valores das ajudas. Já os que não reembolsaram não tinham conhecimento destes valores e em alguns casos não demonstraram interesse em informar-se sobre isso, como é o caso do filho 18:

“Ele paga o plano de saúde da minha filha, mas isso é opção dele. Eu não tenho nada a ver com isso. Então eu não sei o valor e não procuro saber também não”.

(Filho 18, casado, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 23: pagamento do plano de saúde do neto).

“Ele fez um empréstimo para pagar meu casamento, mas eu não sei o valor. Acho que foi uns R\$8.000,00 ou R\$10.000,00 até uns R\$12.000,00, sei lá (risos). Eu realmente não sei”.

(Filha 130, casada, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 90: pagamento de festa de casamento; empréstimo de imóvel).

“Eu não sei quanto não. A gente não é de ficar falando disso. Um [filho] precisa, meu pai vai lá e ajuda, e a gente não fica perguntando. Então eu não sei, ele foi lá e pagou as coisas, as contas de casa. As coisas da festa ele comprou de pouco em pouco”.

(Filho 139, casado, pai de 3 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 92: em dinheiro; pagamento de festa de casamento).

Relacionando-se as formas de solidariedade e o conhecimento sobre os valores das ajudas, tem-se que os valores gastos com saúde e ajudas em dinheiro foram os mais lembrados pelos filhos. Dentre estas solidariedades, foram recordados 44,1% dos valores gastos com saúde, 40,0% dos valores das ajudas em dinheiro e as demais tiveram menos de 20,0% de recordação. Os valores citados pelos filhos foram semelhantes aos apresentados pelos aposentados. Nenhum filho soube informar os valores gastos com o fornecimento de refeições diárias e despesas domésticas, como o pagamento de contas de água e luz, e com a aquisição de móveis e eletrodomésticos.

4.5. Fontes de recursos utilizadas pelos pais aposentados para ajudar seus filhos

Para oferecer auxílio financeiro aos filhos, os aposentados recorreram a diversas fontes de renda além da aposentadoria. Há casos em que pais e mães recorreram a mais de uma fonte para ajudar um ou mais filhos. O detalhamento das fontes de recursos utilizadas pode ser visto na Tabela 14.

Tabela 14 – Fontes de recursos utilizadas pelos aposentados para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.

Fonte de recursos	Frequência da utilização de cada fonte			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Aposentadoria	39	60,0	146	56,8
Poupança	04	6,2	43	16,7
Empréstimo bancário	11	16,9	24	9,3
Aposentadoria + aluguel de imóveis e pensão	04	6,2	00	0,0
Aposentadoria + salário	00	0,0	26	10,1
Imóvel (empréstimo)	07	10,8	17	6,6
Venda de imóvel	00	0,0	01	0,4

Observação: O cálculo dos percentuais foi feito de acordo com o número de vezes que cada aposentado recorreu a cada uma destas fontes.

Fonte: Dados da pesquisa.

O benefício da aposentadoria foi a fonte mais utilizada, entre homens e mulheres, para transferir recursos financeiros para os filhos. Entre as demais fontes utilizadas pelas mulheres, 16,9% (n=11) eram empréstimos bancários e apenas 6,2% (n=4) era poupança. Para os homens a situação foi inversa: 16,7% (n=43) eram provenientes de poupanças e apenas 9,3% (n=24) de empréstimos.

Vários fatores podem explicar essa diferença nas fontes de recursos: primeiro, o valor da aposentadoria e das fontes de renda extra das mulheres era inferior ao dos homens. Segundo, as mulheres forneciam mais ajudas em dinheiro para os filhos que os homens. Por fim, poucas mulheres tinham outra fonte de renda além da aposentadoria. Apenas uma mulher trabalhava – mas não alegou que os recursos recebidos pelo desempenho deste trabalho eram destinados aos filhos. Diante destes fatos, percebe-se que, possuindo rendimentos mais baixos e poucas reservas pessoais, estas mulheres precisavam buscar empréstimos bancários para ajudar os filhos.

Por outro lado, os homens por terem rendimentos mais elevados, possuíam maiores reservas financeiras, tanto na forma de poupança quanto na forma de imóveis, necessitando recorrer a empréstimos bancários com menor frequência.

Os relatos a seguir demonstram esta diferença entre mulheres e homens quanto à finalidade dos empréstimos:

“Quando a minha filha se casou, eu tirei um empréstimo porque eu já sabia que eu que ia ter que bancar a festa de casamento dela e a de formatura também (risos). Mas é um gasto comum que todos os pais têm mesmo. **Eu geralmente não guardo dinheiro porque não sobra** (risos) quase sempre falta (risos). Assim, eu geralmente, quando eu preciso de um dinheiro, aí eu vou e busco ele no banco, seja lá em que banco for, entendeu? Pode ser Banco do Brasil que sempre a gente tem crédito pra pegar dinheiro, pode ser no Agros que a gente sempre pode pegar e renovar, pode ser UFVCred que sempre dá um jeitinho pra gente. Então, assim, eu não tenho poupança e não me preocupo também. Porque dinheiro meu é assim: as meninas (filhas) precisam ou alguma coisa aqui de casa eu vou lá no banco e falo 'preciso de tanto, para pagar de tantas vezes', aí eu negocio”.

(Aposentada 39, casada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. Ajuda oferecida: sustento de 2 netos que moravam com ela (detentora da guarda); pagamento de festa de casamento e formatura de 1 filha).

“Eu já fiz um empréstimo quando ele foi fazer a especialização. Se eu desse 10 mil reais à vista ficava mais barato do que ele pagar de pouco em pouco por mês. Aí ia ficar muito mais caro. E como o Agros te empresta, eu fiz o empréstimo. Eu peguei 10 mil, mas aí cobra pouco, uns 300 e poucos por mês só. Mas eu não tenho poupança nenhuma, eu gasto tudo (risos). Não tenho poupança não, nunca tive isso não. Nunca liguei pra esse trem não. Eu preciso, mas ainda não arrumei não. **Mas não sobra** (risos)”.

(Aposentada 79, casada, mãe de 1 filho. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde; compra de automóvel; compra de móveis e eletrodomésticos; pagamento de faculdade e pós-graduação particular).

“Eu sempre tenho uma poupança, né? Então eu tiro da poupança. Mas eu já fiz um empréstimo pra eles (filhos). Mas esses empréstimos são eles que pagam. (...) Então, eu não fiz empréstimo pra dar o dinheiro pra eles. Isso é responsabilidade deles. Agora quando eu dou do meu, **da minha poupança, é dado mesmo** (risos)”.

(Aposentado 21, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para os 3 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 2 filhos).

“Ah, eu tiro do meu [dinheiro] (risos). **Nunca precisei fazer empréstimo. Me aperto em casa, mas eu tiro do meu** [dinheiro]. Às vezes deixo de comprar pra mim, às vezes deixo de botar na poupança pra dar pra eles (filhos), às vezes tenho que tirar da poupança (risos)”.

(Aposentado 48, casado, pai de 4 filhos, ajudava apenas 3. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para os 3 filhos; compra de automóvel para 1 filho; pagamento de viagens para os 3 filhos; pagamento de festa de casamento de 1 filho; pagamento de faculdade particular de 1 filho; em dinheiro para os 3 filhos).

Nestes relatos observa-se que as aposentadas recorriam com frequência a empréstimos. Na fala da aposentada 39 percebe-se amplo conhecimento sobre as diversas instituições financeiras que oferecem crédito aos aposentados, localizadas no

município onde se realizou a pesquisa. Com relação aos homens, nota-se a importância dada à poupança, evitando assim contrair dívidas oriundas de empréstimos bancários.

Percebe-se, pelas falas das mulheres entrevistadas, que a mesma justificativa foi usada para explicar a ausência de reservas de recursos (poupança): “não sobra!”. A aposentada 39 tornou a situação bem clara: “Eu geralmente não guardo dinheiro porque não sobra”. Estas mulheres forneciam muitas ajudas para os filhos, seja em dinheiro ou não. Agravado pelo fato de possuírem rendimentos menores em relação aos homens, acabavam por não conseguir poupar, culminando em empréstimos bancários quando necessitavam ajudar os filhos com altos valores em dinheiro ou na compra de bens mais caros.

Estes resultados corroboram as pesquisas de Oliveira e Silva (2012) e Cássia (2010), as quais destacaram que, além de continuarem trabalhando depois da aposentadoria, em alguns casos, os aposentados fizeram uso do crédito consignado como estratégia para ajudar os filhos.

Os recursos provenientes da aposentadoria juntamente com a renda do trabalho foram respostas exclusivamente masculinas, visto que apenas uma mulher trabalhava, e esta função era exercida como lazer e não como complemento de renda. Já entre os homens, uma das justificativas dadas por se manterem no mercado de trabalho mesmo aposentados era justamente ajudar ou sustentar os filhos financeiramente.

Ao serem questionados sobre a fonte de recursos para a doação de imóveis e veículos os aposentados não consideraram o bem em si, mas sim o dinheiro necessário para comprá-lo. No caso de empréstimo de imóvel, esclareceram que não doaram o imóvel para o filho, mas apenas emprestaram, sendo considerado então o imóvel como a fonte de recurso para fornecer a ajuda.

4.6. Fatores que motivaram as transferências financeiras

Nesta seção buscou-se analisar os motivos pelos quais os aposentados ajudaram seus filhos financeiramente e os motivos que fizeram com que os filhos recorressem à ajuda dos pais. Primeiramente, com relação aos aposentados entrevistados, os motivos foram variados e alguns deles ofereciam ao mesmo filho diversos tipos de ajuda por diferentes motivos, os quais estão descritos na Tabela 15.

Tabela 15 – Motivos pelos quais os aposentados ajudaram seus filhos. Viçosa-MG, 2012.

Motivos	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Obrigação	24	35,8	111	47,5
Mais conforto para o filho	22	32,8	43	18,4
Insuficiência da renda do filho	01	1,5	34	14,5
Altru�simo	12	17,9	16	6,8
Reciprocidade	00	0,0	03	1,3
Aquisição de casa própria pelo filho	03	4,5	07	3,0
Festa de casamento do filho	01	1,5	07	3,0
Pagamento de d�vida do filho	00	0,0	02	0,9
Educação do filho	02	3,0	08	3,4
Divórcio do filho	00	0,0	01	0,4
Insistência do filho	01	1,5	00	0,0
Cuidados com a saúde do filho	01	1,5	01	0,4
Tratamento de dependente químico	00	0,0	01	0,4

Observa o: O cálculo dos percentuais foi feito de acordo com o número de vezes que cada motivo foi citado pelos aposentados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em se tratando dos filhos, como existiam casos em que um filho recebeu mais de uma ajuda, foi perguntado o motivo que os levou a solicitar cada uma das ajudas recebidas. Estes resultados são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 – Motivos pelos quais os filhos recorreram às ajudas dos pais. Viçosa-MG, 2012.

Motivos	Filhos ajudados	
	N	%
Obrigação dos pais	92	31,8
Oferta dos pais	59	20,3
Habitação	24	8,3
Insuficiência da renda	23	7,9
Transporte	22	7,6
Não possuir renda	13	4,5
Despesas inesperadas	10	3,4
Despesas médicas	09	3,1
Abrir negócio próprio	08	2,8
Crises familiares	08	2,8
Aquisição de vestuário	07	2,4
Educação	05	1,7
Outros	10	3,4

Observa o: O cálculo dos percentuais foi feito de acordo com o número de vezes que cada motivo foi citado pelos participantes.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando comparativamente os resultados das Tabelas 15 e 16, percebe-se que os motivos pelos quais os pais forneciam ajuda aos filhos eram diferentes dos motivos pelos quais os filhos recorriam à ajuda dos pais. Três motivos, no entanto, foram bastante citados tanto por pais quanto por filhos: a obrigação dos pais de ajudar os filhos, a insuficiência da renda do filho e o investimento em educação.

O motivo mais citado pelos aposentados foi “obrigação”, ou seja, não era necessária determinada situação ou necessidade dos filhos para que os pais oferecessem ajuda, como pode ser notado nos relatos a seguir:

“É minha obrigação! (risos). Faz parte do dever e do papel dos pais, né? É pra isso que você cria os filhos. Eu vou ajudar sempre, como os meus pais me ajudam até hoje. É uma coisa assim, como se diz? Assim, da natureza de mãe. E a gente ajuda não só financeiramente, né? A gente ajuda emocionalmente, de todas as formas possíveis”.

(Aposentada 38, solteira, mãe de 1 filha. Ajuda oferecida: sustento por meio de transferências financeiras mensais para a filha que residia em outra cidade; pagamento de plano de saúde).

“Porque um pai tem que ajudar os filhos. É minha obrigação!”

(Aposentado 60, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: auxílio financeiro para 1 filho começar um negócio próprio; pagamento de faculdade particular para os 2 filhos; doações de terrenos para construção de imóvel para os 2 filhos; sustento dos 2 filhos por meio de coabitação).

“Eu fico com dó, sabe? A gente enquanto pai tem que ajudar. Então quando aperta lá eu ajudo”.

(Aposentado 94, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para os 2 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação; construção de imóvel para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 neto; pagamento de contas domésticas para 1 filho; cuidados diários com 1 neto para filho trabalhar).

Diante destas falas nota-se que os aposentados se sentiam na obrigação de ajudar os filhos, sendo estas ajudas consideradas por eles como "inerentes ao papel de pai e mãe". Estes relatos corroboram os princípios da teoria do interacionismo simbólico que enfatiza que os papéis sociais são definidos como normas compartilhadas aplicadas aos ocupantes das posições sociais, descrevendo e prescrevendo como agir e reagir (CHIBUCOS et al., 2005). Em outras palavras, essas normas contribuem para as definições de como as pessoas deveriam se comportar nos seus papéis sociais. No caso desta pesquisa, estes entrevistados conferem aos pais a obrigação de manter, ajudar e sustentar os filhos.

O motivo mais citado pelos filhos para recorrer à ajuda dos pais também estava ligado a “obrigação dos pais”: 31,8% (n=92) dos filhos expressaram a convicção de que os pais tinham obrigação de ajudar, por isso recorriam a eles. Percebe-se que existia um acordo implícito entre pais e filhos: os pais sentiam-se na obrigação de ajudar e os filhos aprendiam que o suporte dos pais deveria ser oferecido em todos os momentos, até mesmo durante a vida adulta. Os relatos a seguir ilustram estas afirmações:

“Assim, de forma indireta eu dependo do meu pai. Mas isso é obrigação dele. Eu sou filho dele e ele tem que me ajudar, né?”

(Filho 66, solteiro, pai de 1 filho, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 65: sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde; pagamento de faculdade particular).

“Eu não pedi para nascer. Então, ele tem que me sustentar”.

(Filho 36, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 25: sustento por meio de coabitação).

“Uai, isso [sustento] é obrigação dele pagar, não é um favor e eu não tenho que pedir. E as coisas que eu preciso é para ele que eu tenho que pedir mesmo. Ele é meu pai, é obrigação dele me ajudar mesmo (risos)”.

(Filho 53, solteiro, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 48: sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde; em dinheiro).

Nota-se que quase metade dos pais ajudou os filhos por se sentirem na obrigação de fazê-lo, enquanto metade das mães ficou dividida entre o sentimento de obrigação e de preocupação com o conforto dos filhos. Apesar de a preocupação com o conforto dos filhos ter sido o segundo motivo mais citado tanto por pais quanto por mães, estas se mostraram mais preocupadas com o conforto de seus filhos que aqueles. Outros aposentados afirmaram que ofereciam as ajudas financeiras porque a renda dos filhos era insuficiente. Os relatos a seguir comprovam estes dados:

“Eles ganham pouco, é salário mínimo, e estão com família, né? Então o que eles pedem a gente dá. É porque o dinheiro deles não dá pra pagar as contas, pra comprar as coisas, né? Aí tem que inteirar um pouquinho. Eu acabo inteirando pra eles”.

(Aposentada 12, viúva, mãe de 7 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para os 7 filhos).

“Ah, eu ajudo ela porque o salário dela é pouco, né? Ela mais o marido dela ganha pouco. Eu quero o melhor pros meus filhos. O que é da gente é deles mesmo, né? (risos)”.

(Aposentado 93, casado pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: pagamento de festa de casamento das 2 filhas; pagamento de faculdade particular de 1 filha).

Nestes casos, esta insuficiência estava ligada à dificuldade destes filhos de se manterem com seus próprios rendimentos. Porém, ao realizar as entrevistas com estes filhos, a pesquisadora pode observar que muitas vezes a situação da moradia dos filhos era melhor que dos pais. Por exemplo, muitos filhos possuíam aparelhos de televisão e automóveis mais modernos que os dos pais que estavam oferecendo o auxílio.

A insuficiência da renda para manter o próprio sustento também foi bastante citada pelos filhos como um motivo para recorrer às ajudas dos pais. Contudo, o conceito de suficiente é subjetivo e a dificuldade dos filhos de se manterem com os próprios rendimentos pode estar relacionada à falta de responsabilidade e à desorganização das finanças pessoais. A necessidade de amparo dos pais por causa de despesas inesperadas e despesas médicas também mostraram que estes filhos não mantinham reservas pessoais para situações de emergências. Isso fazia com que em tais situações o socorro fosse buscado nos pais, assim este se transformavam em verdadeiros suportes financeiros.

Outro motivo citado com frequência somente pelos aposentados e que merece destaque é com relação à promoção de festas de casamento. Da mesma forma que os aposentados acreditavam que ajudar os filhos era obrigação dos pais, o pagamento de festas de casamento também foi considerado obrigação. Para estes aposentados, arcar com as despesas geradas por comemorações de matrimônio dos filhos, mesmo para os que não precisavam de tais ajudas, era uma obrigação da família da noiva, mais precisamente do pai da noiva. Os relatos a seguir podem demonstrar estas afirmativas:

“É tradicional, né? O pai fazer a festa de casamento (risos)”.

(Aposentado 81, casado, pai de 2 filhas, ajudava todas. Ajuda oferecida: em dinheiro para 1 filha, pagamento de festa de casamento para as 2 filhas; pagamento de viagens para 1 filha).

“A festa de casamento foi patrocinada por mim (risos). (...) Mas quem mais pagaria a festa se não fosse o pai da noiva? (risos)”.

(Aposentado 97, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: sustento de 2 filhos por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 1 filho; em dinheiro para 1 filho; pagamento de festa de casamento para 1 filha).

“Quando a minha filha casou, eu tirei um empréstimo porque eu já sabia que eu que ia ter que bancar a festa de casamento dela e a de formatura também (risos)”.

(Aposentada 39, casada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. Ajuda oferecida: sustento de 2 netos que moravam com ela – detentora da guarda; pagamento de festa de casamento e formatura de 1 filha).

Estes relatos apontaram ainda que as ajudas entre pais e filhos não são realizadas apenas em momentos de dificuldade, mas também em momentos de celebração e felicidade, o que vai ao encontro às proposições de Bruschini (1990), de que, a ajuda oferecida entre familiares está associada ao relacionamento entre parentes, podendo se dar pela convivência e sociabilidade tanto em momentos de alegrias, como em festas, visitas ou ocasiões especiais, quanto nos de dor, no caso de doença ou morte.

Sobre as despesas com festas de casamento é importante destacar uma característica cultural fortemente manifestada por quem oferece e por quem recebe esta ajuda. Dentre os 16 aposentados que forneceram este tipo de ajuda, 15 eram homens e dentre os 26 filhos que receberam esta ajuda, 21 eram mulheres. Ou seja, eram pais arcando com as despesas do casamento das filhas. Estes resultados somados às falas citada anteriormente remetem ao conceito de “papéis” da teoria do interacionismo simbólico. Assim, estes entrevistados se sentiam na obrigação de se responsabilizarem pelo pagamento da festa de casamento de suas filhas por acreditarem que este era o papel de pai da noiva.

Ao serem questionados sobre os motivos de oferecer ajuda aos filhos, alguns aposentados mostraram-se altruístas como pode ser visto nos relatos seguintes:

“Eu ajudo de bons amores. É de coração mesmo que eu ajudo eles”.

(Aposentado 44, divorciado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: em dinheiro para os 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 filho).

“Ajudo porque me sinto bem. Mas ele tem condições de pagar a escolinha da minha neta. Ele ganha bem, ele trabalha na prefeitura (risos)”.

(Aposentado 67, casado, pai de 2 filhos, ajudava apenas 1. Ajuda oferecida: pagamento de escola particular de 1 neto; em dinheiro).

“Filho é filho. Te dá um prazer, um bem estar, ver eles bem. Eu não ia me sentir bem de andar num carro novo, por exemplo, e eles sem um carro pra andar”.

(Aposentado 80, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para os 3 filhos; compra de automóvel para os 3 filhos; compra de casa própria para 1 filha).

“Eu tento ajudá-los mesmo é com o coração para eles ficarem bem”.
(Aposentada 19, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de despesas alimentícias (supermercado) para os 3 filhos; pagamento de plano de saúde para 3 netos; fornecimento de refeições diárias para 1 filha; cuidados diários com 3 netos para 2 filhos e os respectivos cônjuges trabalharem; pagamento de parte da construção da casa própria de 1 filho).

A reciprocidade, um dos conceitos básicos da teoria das trocas sociais (CHIBUCOS et al., 2005), também foi um dos motivos que levaram os aposentados a ajudarem os filhos, conforme os relatos a seguir:

Entrevistado: “*Uai*, eu ajudo porque quando eu preciso eles me ajudam também. Então, a gente troca. Eles me ajudam e eu ajudo eles também. Pesquisadora: Como os seus filhos te ajudam?”

Entrevistado: “Com serviço de casa, essas coisas. Ir no banco para mim pagar uma conta, mas eu que dou o dinheiro, ele só vai lá mesmo, pegar a fila (risos)”.

(Aposentado 59, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para 2 filhos e 2 netos; em dinheiro para os 3 filhos; empréstimo de imóvel para 1 filho).

Esta reciprocidade à qual eles se referiam era a que acontecia paralelamente, ou seja, pais e filhos forneciam e recebiam ajudas ao mesmo tempo. A reciprocidade neste caso não está relacionada ao conceito de seguro-velhice apresentado por Lillard e Willis apud Saad (2004), em que os idosos investem nos filhos, oferecendo transferências funcional-afetivas e material-financeiras, com a expectativa de compensações futuras. Nos casos relatados na presente pesquisa, o motivo da ajuda era a reciprocidade no presente, pois estes aposentados não mencionaram expectativas de compensações futuras. As discussões acerca do seguro-velhice serão realizadas posteriormente.

Estes resultados são diferentes daqueles encontrados por Encarnação (2011), uma vez que, em sua pesquisa, 54,3% dos entrevistados ajudavam os familiares por altruísmo, 13,0% por reciprocidade, 15,2% pelo seguro-velhice e 17,4% por causa do baixo custo das ajudas. Um dos motivos para esta diferença pode ser explicado pelo fato de que na pesquisa do referido autor não ter sido considerado o "sentimento de obrigação" que pode estar presente entre os doadores. Outro motivo é que a reciprocidade a que os entrevistados desta pesquisa se referiram eram as trocas realizadas conjuntamente no presente e o seguro-velhice não foi citado como motivo para a realização das ajudas, mas foi muito citado nas questões referentes ao reembolso.

Os aposentados alegaram que muitos filhos recorreram a eles solicitando ajudas material-financeiras, mas ao serem questionados sobre o motivo da ajuda eles apontaram diferentes justificativas. A única mãe a afirmar que o motivo de ajudar era a insistência da filha fez a seguinte declaração:

“Quem mais me explora é ela [filha]. Ele [filho] nem deixa eu gastar com ele. Agora ela não. Ela pede tudo que ela vê, ela suga. Eu chamo ela de suga-suga (risos). Ela pede de tudo (risos)”.

(Aposentada 96, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde e escola particular para 1 neta; em dinheiro para os 2 filhos).

Para Pintos (1997), a solidariedade entre as gerações deve ser entendida no contexto da história da família em questão. Assim como cada indivíduo é único, cada família também é única, fazendo com que cada história familiar seja diferente da outra. Por isso, percebe-se que para entender o comportamento de pais e filhos é necessário entender que esses indivíduos se comportam de acordo com modelos adquiridos na infância e juventude por meio dos exemplos que lhes foram dados. Seguem alguns relatos que ilustram esta questão:

“É minha obrigação! (risos). Faz parte do dever e do papel dos pais, né? É pra isso que você cria os filhos. Eu vou ajudar sempre, **como os meus pais me ajudam até hoje**”.

(Aposentada 38, solteira, mãe de 1 filha. Ajuda oferecida: sustento por meio de transferências financeiras mensais para 1 filha que residia em outra cidade).

“Como eu era técnica de nível superior, meu salário era pequeno, muito pequeno. E eu passei um aperto enorme pra criar esses meninos porque eu criei sozinha os três, porque eu não recebia pensão do 'ex'. E eu fiquei sozinha com eles desde que o meu caçula era neném ainda. Então eu nunca pude ajudar do jeito que eu queria ajudar, sabe? Foi muito apavorante criar esses meninos. **Então eu tive muita ajuda de mãe, de família, da minha família.** Agora eu ajudo com tudo que eu posso pra eles terem uma vida melhor que a minha, um conforto maior”.

(Aposentada 10, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para todos os filhos; mesada para 1 filha; despesas com enxoval para 2 netos; aquisição de móveis e eletrodomésticos para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 neto; compra de automóvel para 1 filho).

“Ninguém nunca me deu nada. Por isso eu cobro dele e, ele precisar de mim me preocupa”.

(Aposentada 79, casada, mãe de 1 filho. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde; compra de automóvel; compra de móveis e eletrodomésticos; pagamento de faculdade e pós-graduação particular).

“Meu pai me espirrou de casa cedo, porque enquanto pai fica passando a mão na cabeça, filho não vai pra frente. E meus meninos ficam aí, achando que eu vou sustentar o resto da vida”.

(Aposentado 25, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: sustento dos 3 filhos por meio de coabitação; empréstimo de automóvel para os 3 filhos).

Com estes relatos observa-se que os aposentados se espelharam no passado para explicar as ajudas oferecidas aos filhos, mas estas falas não apresentaram os motivos pelos quais eles ofereceram ajuda aos filhos, apenas mostraram como chegaram à conclusão de que seria necessário oferecer apoio aos filhos. Logo, os aposentados que foram amparados por seus pais se sentiam na obrigação e se mostraram mais preocupados com o conforto dos filhos. Já aqueles que relataram que não tiveram ajuda quando eram mais novos, tenderam a cobrar maior independência dos filhos.

O desemprego não foi um fator motivacional citado pelos aposentados para as solidariedades acontecerem. Apenas 5,1% (n=13) dos filhos receberam ajuda por estarem desempregados e os motivos para a efetivação da ajuda para estes filhos foram “por obrigação” e “para dar mais conforto”.

O divórcio, ainda que pouco citado, também foi um dos motivos para oferecimento de suporte pelos pais, reforçando os resultados de Silva (1994). O auxílio no tratamento de dependentes químicos corrobora as afirmações de Bruschini (1990), que evidenciou que as solidariedades podem ocorrer tanto nos momentos de alegria, quanto nos momentos de dor.

Em relação às respostas dadas pelos filhos quanto aos motivos que os levaram a solicitar ajuda dos pais, o segundo item que mais se destacou foi a afirmação de que não haviam pedido nada aos pais e que, na realidade, foram estes que lhes ofereceram ajuda. Neste ponto, poderiam ser apresentadas algumas alternativas para explicar esta situação. Primeiramente, os filhos poderiam ter ficado constrangidos ao confirmar que precisavam da ajuda financeira de seus pais, pois segundo as constatações de Agier (1990), o indivíduo que recorre à assistência permanente da sua família de origem, pode ser considerado um homem sem “status”. Neste estudo alguns filhos se mostraram levemente constrangidos por precisarem de ajuda, mas responderam a todas as perguntas e detalharam as ajudas recebidas, os motivos pelos quais as solicitaram e os reembolsos realizados.

Outra explicação poderia ser que realmente os filhos não precisavam da ajuda financeira dos pais, porém, estes ajudavam para se sentirem importantes na vida dos filhos, mesmo na ausência de dificuldade ou de solicitação. Isso é confirmado por Souto (1999) que diz que os idosos buscam uma revalorização, uma sensação de pertença, onde se sintam parte fundamental da família, sentimento este que é perdido com a chegada da velhice. Este caso é evidenciado por meio do relato da filha 68:

“Mas ele ajuda é assim, dando presente. Não é uma coisa que eu esteja precisando e não teria dinheiro para comprar. Igual o carro agora que ele me deu. Ele também me paga algumas viagens. Mas é tudo no sentido de presente e de tentar me agradar. (...) Acho que isso que ele faz não é explícito, acho que não é consciente. Mas acho que inconscientemente tem aquela coisa ‘quem paga a conta continua tendo alguma voz’. Não para mandar, mas para poder falar, dar opinião. Então, acho difícil para os pais verem que os filhos não estão precisando. (...) Ele se sentiria mal se parasse e pensasse que eu realmente não preciso mais dele (risos)”.

(Filha 68, casada, mãe de 1 filho, renda de 9 a 11 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 55: compra de automóvel; pagamento de viagens).

A visão crítica da filha 68 raramente foi percebida em outros filhos entrevistados, mas isso não significa que outros pais não oferecessem ajuda aos filhos para se sentirem ativos e fundamentais na família. Apesar de os aposentados não terem demonstrado explicitamente estes motivos para justificar as ajudas oferecidas, percebe-se que o oferecimento da ajuda proporcionava sentimentos positivos, conforme discutido anteriormente.

Sendo assim, a afirmação de Arriagada (2007) que diz que as famílias se encarregam do provimento de recursos para seus membros em caso de necessidade, não condiz com muitas das situações encontradas nesta pesquisa, pois em muitos casos os aposentados ajudaram seus filhos financeiramente mesmo quando estes alegavam que não precisavam. Percebe-se, ainda, que os pais ajudavam os filhos em situações que envolviam gastos extraordinários, mas não essenciais a sobrevivência, como, por exemplo, a aquisição de vestuário e o pagamento de viagens.

Chibucos et al. (2005) ao comentarem sobre o poder nas trocas sociais afirmou que com a chegada da velhice os pais deixam de ser os indivíduos que provêm os recursos e passam a se apoiar nos filhos para suprir necessidades básicas e assim os filhos passam a possuir mais poder do que os pais. Porém, esta não é a realidade vivida pelos pais e filhos entrevistados nesta pesquisa, pois mesmo os pais sendo idosos e os

filhos adultos, a relação de dependência da geração mais nova em relação a mais velha ainda é visível. Sendo assim, não ocorreu – sem descartar que isso poderá ocorrer no futuro – a inversão de dependência explicada pelo referido autor.

É importante considerar que ao questionar os pais sobre os motivos de ter ajudado os filhos, uma parcela afirmou veemente que havia ajudado, mas o filho não pediu e também não precisava, deixando claro que a iniciativa foi dele.

Outra explicação para a justificativa de que eram os pais que ofereciam as ajudas pode ser que os filhos, mesmo tendo condições financeiras, aceitavam as ajudas por comodidade. Sendo assim, os filhos não buscavam alcançar seus objetivos pelos próprios esforços e sim com auxílio dos pais. Estas afirmações podem ser exemplificadas por meio da seguinte situação entre o aposentado 50 e seu filho 77:

Entrevistado: “Isso é coisa dos pais, né? Querer dar tudo para os filhos. Porque eles fazem questão de dar tudo e que a gente não pague nada em casa e ele gosta de pagar as coisas que a gente precisa”.

Pesquisadora: “Seu pai já te falou isso?”

Entrevistado: “Não falou não (risos). Mas demonstra que prefere fazer tudo por nós”.

(Filho 77, solteiro, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 50: sustento por meio da coabitação).

O filho 77 afirmou que o pai não se importava de sustentar os filhos e que estes não precisavam contribuir para o pagamento das despesas da casa, justificando que era o pai quem oferecia. Porém, ao questionar o pai sobre os reembolsos das ajudas, este afirmou que os filhos eram acomodados e não contribuía para a manutenção da casa por não terem responsabilidade, conforme o relato a seguir:

“Eu coloquei uma garagem aqui em casa, aí ele comprou carro. Eu falei para ele: ‘oh, você vai me pagar pelo menos o aluguel da garagem ali, porque a garagem eu poderia alugar para outra pessoa’. Mas nem o aluguel ele paga (risos). Ele ocupa a garagem e não me paga aluguel, acredita? Eles só querem exigir mesmo. Eles teriam condições financeiras sim de ajudar aqui em casa. A gente poderia impor, inclusive a mãe deles fala ‘na época dos irmãos lá em casa todo mundo pagava uma coisinha’. Deveria cobrar sim. A gente cobra. Acho que seria bom para eles acostumarem a ter as suas próprias despesas. Mas eles não estão nem aí para nada. Eu acho que eles acham que eu não preciso que eles ajudem em casa (risos) ou pura acomodação deles, ou as duas coisas também, né?”.

(Aposentado 50, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: compra de imóvel para 1 filha; pagamento de reparos de veículo de 1 filho; sustento de 2 filhos por meio de coabitação; construção de imóvel para 2 filhos).

Nesta situação percebe-se um conflito entre a percepção do filho e do pai sobre as ajudas oferecidas e recebidas. O filho justificou que o pai oferecia e fazia questão de ajudá-lo. O pai, por sua vez, criticou a falta de responsabilidade e a acomodação dos filhos. A acomodação por parte do filho ficou evidente no decorrer da entrevista, mais precisamente no momento em que este relatava a respeito de não contribuir para o pagamento das despesas do lar, justificando que esta situação era mais confortável para ele, pois o pai não o cobrava. Ressalta-se que os resultados relativos aos reembolsos serão tratados posteriormente.

Ainda sobre as ajudas que os filhos alegaram que receberam por oferecimento dos pais, podemos citar os relatos seguintes:

“A festa do meu casamento foi ele que fez, mas ele que quis fazer, ele que se ofereceu. Ele pagou a festa, o vestido, tudo!”
(Filha 130, casada, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 90: empréstimo de imóvel; pagamento de festa de casamento).

“Assim, ele paga o plano de saúde do meu filho todo mês. Mas isso é uma opção dele, ele se ofereceu”.
(Filho 29, casado, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 23: sustento por meio de coabitação; em dinheiro; pagamento de plano de saúde).

Nestas falas pode-se perceber que a oferta de ajuda por parte dos pais estava ligada ao sentimento de obrigação que estes sentiam. Esta afirmação pode ser confirmada pelo relato do aposentado 23, pai do filho 29:

“A gente ajuda porque é nossa obrigação de pai. Eu não posso deixar os meus filhos na mão, né?”
(Aposentado 23, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para 2 netos; em dinheiro para os 3 filhos; sustento por meio de coabitação de 1 filho).

O terceiro motivo mais citado para solicitar ajuda aos pais estava ligado à habitação, compreendendo ajuda para comprar, construir ou reformar um imóvel próprio, adquirir terreno, regularizar a documentação de imóvel e para o filho parar de pagar aluguel. Neste último encontravam-se os casos de empréstimo de imóveis.

Os filhos também solicitaram ajuda aos pais devido à ocorrência de crises familiares tais como divórcios ou falecimento de cônjuge, sendo que os divórcios também causaram a necessidade de auxílio para pagamento de pensão alimentícia. Estes

resultados corroboram as assertivas de Leal et al. (2007) e Silva (1994), que apontaram os divórcios e a viuvez como fatores que elevaram o número de filhos adultos que se tornaram, de algum modo, dependentes dos recursos dos pais idosos.

Com relação à educação, pais e filhos justificaram as ajudas para pagamento de cursos de línguas, faculdades particulares e material escolar. Os motivos para recorrer à ajuda dos pais agrupados na categoria “outros” tiveram pouca representatividade, por isso não foram apresentados separadamente. Estes motivos eram: pagar dívida; comprar álbum de formatura; aquisição de eletrodomésticos; necessidade de ter mais conforto; pagar contas domésticas, como água, luz e telefone; custear momentos de lazer. Nos casos em que os pais cuidavam dos filhos para que estes pudessem trabalhar, o motivo da solicitação da ajuda estava relacionado à liberação do filho para o mercado de trabalho.

4.7. Sentimentos dos pais aposentados e de seus filhos em relação às ajudas

Um dos objetivos desta pesquisa foi verificar como pais e filhos se sentiam com relação à prestação e ao recebimento de auxílio. Por se tratar de uma questão subjetiva, os entrevistados ficaram livres para descrever os sentimentos relacionados às solidariedades.

4.7.1. Sentimentos dos pais aposentados em relação às ajudas oferecidas aos filhos

Foi feita a seguinte pergunta para os pais: “Como o(a) senhor(a) se sente ajudando financeiramente o(s) seu(s) filho(s)?”. As respostas obtidas se resumiram em apenas dois sentimentos: 76,2% (n=17) das mães e 93,4% (n=71) dos pais afirmaram se sentirem felizes e satisfeitos por ajudar, e 23,8% (n=5) das mulheres e 6,6% (n=5) dos homens disseram que estavam frustrados e insatisfeitos.

Estes resultados mostraram que a grande maioria dos aposentados se sentia bem e exaltavam os aspectos positivos da ajuda, conforme os relatos que seguem:

“Eu estou muito feliz porque eu estou vendo que ela está formada e trabalhando. Tudo valeu à pena”.

(Aposentada 46, solteira, mãe de uma filha. Ajuda oferecida: pagamento de faculdade particular).

“Muito bem. Excelente! Eu gostaria até de fazer mais, mas me parece que eles não gostam muito de excesso”.

(Aposentado 54, divorciado, pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: empréstimo de imóvel para 1 filho morar; pagamento de plano de saúde para os 2 filhos; sustento por meio de transferências financeiras mensais para 1 filha que residia em outra cidade).

“Bom demais, ué? (risos). A gente podendo ajudar, a gente tendo condições, é bom.”

(Aposentado 69, casado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para os 2 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação; em dinheiro para 1 filha).

“A gente se sente feliz de poder ajudar o filho, né? Se for preciso eu ajudar amanhã, eu ajudo também, entendeu? O que a gente faz para o filho está bem empregado”.

(Aposentado 76, casado pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de festa de casamento para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 filha; compra de motocicleta para 1 filha).

“Muito bem porque a mãe faz tudo pelo filho, né? E ainda mais quando o filho merece. E as minhas filhas merecem muito. Elas são muito boas, muito especiais”.

(Aposentada 78, divorciada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. Ajuda oferecida: sustento das 2 filhas por meio de coabitação; pagamento de festa de formatura para as 2 filhas; empréstimo de automóvel para as 2 filhas).

“Eu sinto até mais tranquila, né? Pelo menos tendo eu para estar ajudando, evita de estar pedindo ajuda a um estranho ou para o banco, né?”

(Aposentada 88, casada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para 1 filha e 2 netos; auxílio financeiro para 1 filho começar um negócio próprio; empréstimo de imóveis para 2 filhos; cuidados diários com 1 neto para filha e genro trabalharem; compra de motocicleta para 1 filho).

Nas respostas sobre os sentimentos existentes relacionados às ajudas, alguns aposentados novamente manifestaram o sentido de obrigação, como evidenciado nos relatos seguintes:

“Bem. Nada demais. Eu não preciso de dinheiro. Eu não preciso de dinheiro não, eu preciso é de sossego, só. Não tem um ditado que a gente faz é para os filhos? (risos). É igual à música: ‘um pai cuida de dez filhos e dez filhos não cuidam de um pai’”.

(Aposentado 70, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para os 3 filhos; empréstimo de imóvel para 1 filho; fornecimento de refeições diárias para 1 filho; sustento de 2 filhos por meio de coabitação; auxílio financeiro para 1 filho começar um negócio próprio).

“Ah, supersatisfeito! (risos). Supersatisfeito! Eu acho que é o papel do pai. Fico feliz de ver eles bem. Um pai quer sempre o melhor para o seu filho. Mas eu continuo batendo na mesma tecla, porque um pai cuida de dez filhos e dez filhos não cuidam nunca de um pai. É triste, mas é assim (risos)”¹¹.

(Aposentado 48, casado, pai de 4 filhos, ajudava apenas 3. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para os 3 filhos; compra de automóvel para 1 filho; pagamento de viagens para os 3 filhos; pagamento de festa de casamento de 1 filho; pagamento de faculdade particular de 1 filho; em dinheiro para os 3 filhos).

A satisfação estava ligada a sensação de “dever cumprido”, uma vez que os entrevistados se sentiam na obrigação de cuidar e suprir todas as necessidades dos filhos. Ao alcançarem este objetivo, por exemplo, com o casamento dos filhos ou a formatura, estes pais se sentiam satisfeitos e felizes.

Ainda sobre os sentimentos positivos, por meio das respostas dadas, alguns aposentados mostraram-se altruístas. Os relatos a seguir ilustram esta situação:

“*Uai*, a vida é pra eles mesmo, né? O que a gente faz é pra eles mesmo no final. Sinto satisfação, ué (risos). A gente ajuda é porque gosta e quer ajudar”.

(Aposentado 53, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: compra de imóvel para os 3 filhos; em dinheiro para todos os filhos; pagamento de plano de saúde para 1 filha).

“Ué, eu acho que faz parte da vida, né. Você imagina se eu não tivesse ninguém pra ajudar? A minha vida seria muito vazia, né? Você fica feliz de poder ajudar alguém. Ainda bem que eu posso ajudar”.

(Aposentado 55, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde para os 2 filhos e 1 neto; em dinheiro para todos os 2 filhos; fornecimento de refeições diárias para 1 filho).

¹¹ Os aposentados 70 e 48, entre outros entrevistados, fizeram menção à música “Couro de Boi”, que de acordo com Albin (2006) foi composta em 1954 por Teddy Vieira Azevedo em parceria com Diogo Mulero, mais conhecido como Palmeira. Esta música é sobre a relação entre um pai idoso e o filho com quem morava e o trecho da música citado pelos entrevistados e que posteriormente inspirou o título deste trabalho foi: “Conheço um velho ditado, que é do tempo do zagaio. Diz que um pai trata de dez filhos e dez filhos não tratam de um pai”.

Sobre a parcela dos idosos que afirmaram se sentir insatisfeitos e frustrados, os relatos a seguir foram importantes para a compreensão destes sentimentos:

“Frustrado! (suspiro). Porque eles não se arranjaram ainda. O ideal seria se eles tivessem com um emprego bom. Queria que eles tivessem uma independência boa. Eu lutei muito para isso, para eles conseguirem, mas... (suspiro). E quando eu, Deus me livre, morrer? A gente não dura para sempre, né?”.

(Aposentado 6, casado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. Ajuda oferecida: sustento de 2 filhos por meio de coabitação).

“Na verdade eu não vou te falar que eu fico feliz por isso não. Porque eu queria mesmo que eles ganhassem a independência financeira também. Eu acho que eles vão se sentir muito bem porque eles todos, todos três, estão em busca, são trabalhadores”.

(Aposentada 19, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de despesas alimentícias (supermercado) para os 3 filhos; pagamento de plano de saúde para 3 netos; fornecimento de refeições diárias para 1 filha; cuidados diários com 3 netos para 2 filhos e os respectivos cônjuges trabalhem; pagamento de parte da construção da casa própria de 1 filho).

“Eu sinto assim, bem de uma parte e me pergunto: 'será que eu estou fazendo o certo?' Eu ajudando não estou fazendo muito certo porque eles não estão aprendendo a andar sozinhos. Mas também não vou deixar eles jogados, né? (risos)”.

(Aposentado 62, casado, pai de 3 filhos, ajudava os 3 filhos. Ajuda oferecida: em dinheiro para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 neto; pagamento de escola particular para 1 neto; sustento de 1 filho por meio de coabitação; empréstimo de automóvel para 1 filho).

“Eu me sinto mal, porque eu acho que ele não cresce, entendeu? Ele tinha que aprender a viver com o que ele ganha. Eu ajudo com a esperança de que amanhã ele seja autossuficiente. Até para eu viver também, porque eu ainda não vivi. Assim, eu falo que eu queria passear, mas não tem como”.

(Aposentada 79, casada, mãe de 1 filho. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde; compra de automóvel; compra de móveis e eletrodomésticos; pagamento de faculdade e pós-graduação particular).

“Às vezes eu fico chateado por eles não se controlarem. Porque eles têm condições de sobreviver sem pedir a minha ajuda. Então, a gente fica meio assim (*triste*) por causa do descontrole deles”.

(Aposentado 87, casado pai de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: em dinheiro para 1 filho; cuidados diários com 1 neto para filho trabalhar; sustento de 1 filha por meio de coabitação).

“Olha, eu não gosto não. Eu gostaria que, pela idade dele, ele já fosse independente, mas não é, então, enquanto ele estiver aqui dentro da minha casa, depender de mim e eu estiver viva, a gente vai ajudando. Mas eu gostaria que ele fosse independente. Me sinto frustrada e falo muito isso com ele. Porque na idade dela eu já tinha formado, já tinha o

meu emprego e já estava independente. Eu não fico chateada por ajudar, mas pela situação de dependência que ele tem de mim. Eu queria que ele já fosse independente. Fico pensando quando eu não estiver mais aqui...”.

(Aposentada 89, casada, mãe de 2 filhos, ajudava apenas 1. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde; compra de motocicleta; pagamento de faculdade particular; sustento por meio de coabitação).

“Eu não fico chateada de ajudar, mas eu queria que ela fosse assim, mais independente, que se virasse sozinha, tomasse a frente das coisas. Ela só pensa nela (risos). Eu trabalho, o marido dela também, a gente vive em função de trabalho e ela nada, só novela. E ela é formada em administração e tudo. Se quiser tem estudo pra trabalhar e ganhar o dela, mas ela é acomodada”.

(Aposentada 96, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. Ajuda oferecida: pagamento de plano de saúde e escola particular para 1 neta; em dinheiro para os 2 filhos).

Os sentimentos de frustração e insatisfação demonstrados pelos entrevistados não estavam relacionados ao fato de ajudar os filhos ou à diminuição da renda, como poderia ser esperado, mas à falta de controle do orçamento financeiro dos filhos e à incapacidade destes de se tornarem independentes financeiramente.

4.7.2. Sentimentos dos filhos em relação às ajudas recebidas dos pais aposentados

Assim como foi questionado aos pais como eles se sentiam com relação às ajudas oferecidas, perguntou-se aos filhos como se sentiam recebendo ajuda dos pais. Os filhos apresentaram sentimentos mais diversificados com relação à ajuda dos pais (Tabela 17).

Tabela 17 – Sentimentos dos filhos ao receberem ajuda dos pais. Viçosa-MG, 2012.

Sentimentos	Frequência	
	N	%
Satisfeito	30	21,3
Agradecido	27	19,1
Seguro	28	19,9
"Normal" (acomodado)	52	36,9
Constrangido (gostaria de ser independente)	17	12,1
Constrangido (gostaria de ajudar os pais)	07	5,0
Constrangido (preocupação com a situação financeira dos pais)	03	2,1
Mal (pai ajuda pouco, deveria ajudar mais)	01	0,7
Nunca pensaram sobre o assunto	10	7,1

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de filhos entrevistados, ou seja, 141. O somatório total ultrapassou o número de filhos ajudados, pois 34 filhos expressaram mais de um tipo de sentimento.

Fonte: Dados da pesquisa.

Um percentual considerável dos filhos, 48,5% (n=85), encontrava-se satisfeitos, agradecidos e seguros por receberem ajuda dos pais. A seguir apresentam-se algumas falas que ilustram estas situações:

“Como eu passei apertado e ele, como pai, me ajudou e eu sou muito agradecido porque hoje eu tenho a minha casa e o meu trabalho. Sem ele a realidade ia ser totalmente diferente”.

(Filho 94, casado, sem filhos, renda de 11 a 13 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 70: em dinheiro; pagamento de plano de saúde; empréstimo de imóvel).

“Me sinto seguro porque se eu precisar de qualquer coisa ela vai me dar ou fazer por mim, eu tenho certeza. Só de saber que eu posso contar com ela hoje, amanhã ou depois. Eu sei com quem contar e isso é muito bom para mim. Eu tenho confiança que se eu precisar de qualquer coisa no futuro ela vai me dar”.

(Filha 125, casada, mãe de 1 filho, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida da aposentada 88: pagamento de plano de saúde para filha e neto; pagamento de festa de casamento).

“Ah, fico mais à vontade para eu poder fazer as coisas. Assim, é uma questão de segurança. Eu morando com ele é melhor para mim (risos)”.

(Filho 133, solteiro, sem filhos, renda de 1 salário mínimo. Ajuda recebida do aposentado 91: sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde).

Nota-se que os filhos se sentiam bem e agradecidos por receber ajuda, porém os filhos que declararam se sentir seguros, em alguns casos, também manifestaram um sentimento de acomodação e mesmo nos casos em que este sentimento não foi exteriorizado, demonstraram que não pretendiam deixar de ser ajudados, ou seja, os

filhos não pretendiam abandonar totalmente as ajudas dos pais em algum momento da vida. Este fato pode ser observado na fala do filho 125 transcrita anteriormente, o qual se sentia seguro por saber que a qualquer momento seria ajudado pela mãe, e nas falas dos filhos 126 e 118:

“Me sinto normal, confortável, sabe? Eu morro de vontade de sair de casa e morar sozinha, só que é um conforto morar com pai e mãe, não ter que pagar aluguel, não ter que aumentar as minhas despesas. Acho que é por isso que eu me acomodei e estou em casa até hoje”.

(Filha 126, solteira, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 87: sustento por meio de coabitação).

“Acho normal que a pessoa consiga uma independência financeira, não total porque eu sempre vou precisar de ajuda da minha mãe, mas depois que você sai de casa, acho que é normal você pedir menos. Deixar de precisar acho que nunca”.

(Filho 118, solteiro, sem filhos, renda de 1 salário mínimo. Ajuda recebida da aposentada 63: sustento por meio de coabitação).

Em se tratando dos filhos acomodados com relação às ajudas, nota-se que ao responderem a esta pergunta, frequentemente utilizavam expressões como “me sinto normal” e “me sinto confortável” para demonstrar que não viam problema em ser dependente dos pais de alguma forma. A seguir apresentam-se as palavras de alguns filhos:

“Normal, eu já me acostumei (risos). Me sinto confortável porque qualquer coisa que a gente precisa meu pai ajuda”.

(Filho 77, solteiro, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 50: sustento por meio da coabitação).

“Eu me sinto normal porque eu não pedi para nascer, né? Eu não me sinto mal, eu não pedi para nascer, então ele tem que me sustentar”.

(Filho 36, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 25: sustento por meio de coabitação).

Sobre os filhos que se sentiam constrangidos, percebe-se que este sentimento estava relacionado a três aspectos diferentes, a saber: 12,1% (n=17) gostariam de ser independentes, porém não tinham condições financeiras para poder sobreviver sem a ajuda dos pais. Esta situação pode ser exemplificada pela fala a seguir:

“Ah, assim, é ruim ficar pedindo para pai depois que a gente é casada, mas ele não se importa. Eu que fico sem graça”.
(Filha 136, casada, mãe de 2 filhos, renda de 1 salário mínimo. Ajuda recebida do aposentado 93: pagamento de faculdade particular; cuidados diários com os netos para filha trabalhar).

O constrangimento por receber auxílio dos pais, para 5,0% (n=7) dos filhos, foi causado pela crença de que no momento em que os pais envelhecessem seriam os filhos que deveriam ajudá-los financeiramente, e não o inverso, como acontece nesta pesquisa. Este fato é evidenciado na fala da filha 1:

“Na realidade eu me sinto até mal, é chato (risos), porque eu acho que eu deveria ajudar o meu pai. Na minha cabeça depois que eles envelhecem são os filhos que tem que ajudar os pais. Mas como ele sempre foi muito mais econômico e o padrão de vida dele é assim, ele contenta com menos do que a gente, então ele acaba tendo mais dinheiro que a gente (risos)”.
(Filha 1, casada, mãe de 2 filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 1: em dinheiro; pagamento de plano de saúde dos netos; despesas com deslocamento dos netos para escola).

Ainda 2,1% (n=3) dos filhos ficavam constrangidos por se preocuparem com a situação financeira dos pais. Esta pequena parcela de filhos temia causar algum prejuízo econômico aos pais por solicitarem ajuda financeira a eles. Como exemplo apresenta-se o seguinte relato:

“É chato, né? Eu fico pensando se isso não vai fazer ele passar aperto depois, mas como ele faz questão, eu não ligo. É bom que me ajuda (risos)”.
(Filho 10, casado, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 15: pagamento de plano de saúde para o neto; despesas com deslocamento do neto para a escola).

Segundo a abordagem de equidade, conceito presente na teoria das trocas sociais, desequilíbrios nas trocas de recursos entre indivíduos podem apresentar consequências psicológicas. Rook apud Leal (2006) tratando sobre essa teoria comentaram que receber mais do que se dá leva a sentimentos de culpa e vergonha. Este constrangimento relatado pelos filhos estava relacionado ao sentimento de vergonha descrito por Rook apud Leal (2006), porém o sentimento de culpa não foi exposto por nenhum dos filhos entrevistados.

Mesmo nos casos em que os filhos se sentiam constrangidos, pois gostariam de ser independentes, de ajudar os pais ou preocupavam-se com a situação financeira dos

mesmos, ficou claro que eles realmente não tinham a intenção de abandonar essas ajudas no futuro e buscar um equilíbrio financeiro para se manterem com os próprios rendimentos. Por meio das entrevistas e das observações nota-se a falta de controle do orçamento doméstico entre os filhos entrevistados e as aspirações por um estilo de vida incompatível com os rendimentos recebidos, como fica evidenciado no seguinte relato:

“Olha, sou agradecida, mas não gosto de pedir, é chato. Mas eu me formei e tenho o meu trabalho, mas o meu salário e o do meu marido não dão para manter nós dois e os dois meninos. Então, eu ainda fico dependente da ajuda dele. Então ele tem que ajudar se eu quero ter um padrão de vida ‘tal’, tipo um plano de saúde, uma escola boa, aí eu preciso da ajuda dele. E o meu pai ganha o suficiente para sustentar a casa dele e ainda ajudar os filhos (risos)”.

(Filha 98, casada, mãe de 2 filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 77: pagamento de faculdade particular; pagamento de plano de saúde para os 2 netos; despesas com deslocamento dos 2 netos para a escola).

Apenas um filho declarou que se sentia mal, pois acreditava que o pai contribuía pouco e deveria ajudá-lo mais vezes. A seguir é apresentada a fala deste filho:

“Eu me sinto mal, fico chateado, porque ele nunca me dá nada. Como ele separou da minha mãe ele virou as costas para mim. Ele não me ajuda nas coisas que eu preciso, sabe?”.

(Filho 87, casado, pai de 1 filho, renda de 5 a 7 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 44: em dinheiro).

É interessante observar que 7,1% (n=10) dos filhos revelaram que nunca pensaram sobre as transferências entre gerações, como exemplificado nos relatos a seguir:

“Não sei, nunca pensei a respeito. Me sinto normal. Eu trabalhar mas não ajudar na casa não muda nada. É igual antes de eu trabalhar, é a mesma coisa. Meu pai sempre pagou as contas, isso é responsabilidade dele”.

(Filho 2, solteiro, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 5: sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde).

“Eu nunca pensei sobre isso não. Para mim é tranquilo, não tenho problemas”.

(Filho 29, casado, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 23: sustento por meio de coabitação; em dinheiro; pagamento de plano de saúde).

Como nunca pensaram sobre as ajudas prestadas pelos pais, não se sentiam agradecidos ou constrangidos. Algumas das consequências desta invisibilidade eram que a ajuda poderia ser considerada como obrigação dos pais e o reembolso não seria necessário.

4.8. Reembolso da ajuda aos pais aposentados

Para analisar a perspectiva do reembolso, primeiramente foi feita a seguinte pergunta aos aposentados: “Os filhos ajudados pelo(a) senhor(a) realizaram algum tipo de reembolso (pagamento) pela ajuda financeira?” Os relatos a seguir exemplificam algumas das respostas obtidas:

“Dependendo da situação é um empréstimo. Se eles pediram emprestado, é emprestado! Então eles me reembolsam sim. Mas o meu filho que mora aqui, não é necessário ajudar com nada. Minha filha que mora na casa que eu fiz, também não precisa me pagar nada”.

(Aposentado 33, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos; empréstimo de imóvel para 1 filha; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Reembolso recebido:** uma parte da ajuda em dinheiro de 2 filhos).

“Eles me pagam depois, né? Com certeza, mas às vezes nem tudo eles pagam (risos). Filho é assim, você arruma um dinheiro para eles, eles começam a pagar e depois param, né? (risos). Mas a gente também não vai levar em conta porque está tudo em casa mesmo”.

(Aposentado 58, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para 2 filhos e 1 neto; em dinheiro para 1 filha; empréstimo de imóvel para 1 filha; compra de automóvel para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Reembolso recebido:** uma parte do valor do automóvel de 1 filho).

“Eles não me ajudam com nada. Eu também não peço, também não precisa não. Aqui é só eu e a minha mulher que botamos dinheiro em casa. Não tem aquela frase que 'um pai cuida de dez filhos, mas dez filhos não cuidam de um pai'?”

(Aposentado 6, casado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 filhos por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

Por meio destas respostas dos aposentados, constata-se que o reembolso era feito de formas variadas, e que um mesmo filho podia reembolsar em uma situação e deixar de fazê-lo em outra. Somente um idoso afirmou ter sido totalmente reembolsado por todas as ajudas prestadas a todos os filhos. Segue um trecho da entrevista:

“Ah, ajudar eu sempre ajudo, mas não é uma ajuda mesmo. É porque eles me devolvem, sabe? Para uma [filha] comprar um carro eu peguei o dinheiro lá no Agros, o outro [filho] para comprar carro também. Eu ajudo mas eles pagam de volta, sabe como é que é? Eles devolvem o dinheiro, mas não tem esse negócio de juros, nada disso. É coisa de pai para filho. Mas eles me pagam direitinho. Eu não sei se eu ajudo ou não ajudo. Se for olhar bem, eu não ajudo porque eles me devolvem (risos)”.

(Aposentado 1, viúvo, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos. **Reembolso recebido:** todas as ajudas em dinheiro dos 3 filhos).

O aposentado 1 expressou neste relato que não considerava o fato de fazer empréstimos bancários para os filhos como uma forma de ajuda, porque estes filhos o reembolsavam. Porém, ao entrevistar a filha do aposentado 1, ela mencionou que o pai era responsável pelo deslocamento dos netos para a escola. Novamente, contatou-se que a invisibilidade da solidariedade relacionada aos netos, pois este aposentado não considerava esta atividade como uma ajuda ou, por ser um auxílio fixo não tenha se lembrado de informar.

Percebe-se por meio desses relatos que só seria considerado como ajuda o caso em que ele não necessitasse de ser reembolsado. O aposentado 33 esclareceu estas classificações: “Dependendo da situação é um empréstimo. Se eles pediram emprestado é emprestado”. Assim, para estes aposentados quando era feito o reembolso, a solidariedade era classificada como empréstimo, e quando não haviam reembolso era denominada ajuda.

Tendo em vista que o motivo mais citado pelos filhos para terem recorrido às ajudas dos pais foi por considerarem que os pais têm por obrigação amparar os filhos, e que quase metade dos filhos mostrou-se acomodado em relação às ajudas recebidas, era esperado que os reembolsos fossem escassos, mesmo considerando a grande quantidade de ajudas oferecidas aos filhos. Como um dos objetivos desta pesquisa era verificar se existia diferença em relação à oferta de reembolso para pais e mães, os aposentados foram divididos por sexo.

Apenas 14,3% (n=3) das mães foram reembolsadas, enquanto que 42,1% (n=32) dos pais receberam reembolso total ou parcial. Estes resultados corroboram os encontrados por Oliveira e Silva (2012), que indicaram que as mães obtinham menor proporção de reembolso quando comparado aos pais. Para cada reembolso recebido pelas mães, aproximadamente quinze ajudas deixaram de ser reembolsadas, e no caso

dos pais, a cada um reembolso recebido em sua totalidade ou em parte, pouco mais de oito deixaram de ser reembolsados.

Ao questionar os filhos sobre o reembolso aos pais, nota-se que o gênero do filho não influenciou no oferecimento de reembolso, pois 22,4% (n=36) das mulheres e 24,8% (n=32) dos homens não ressarciram seus pais pela ajuda recebida.

Entre os aposentados houve casos em que o mesmo filho recebeu diversas ajudas, mas reembolsou apenas algumas, da mesma maneira que outros idosos ajudaram vários filhos e não receberam o reembolso de todos. Sendo assim, relacionou-se o reembolso com as formas de solidariedade citadas pelos entrevistados. Dentre as diversas formas de ajuda 6,1% e 10,4% das ajudas oferecidas por mães e pais, respectivamente, foram reembolsadas. Entretanto, os filhos entrevistados afirmaram ter reembolsado 12,7% do total de ajudas prestadas pelas mães e 26,9% das ajudas prestadas pelos pais. Mesmo com esta maior porcentagem de devolução, as mães continuaram recebendo menos reembolso que os pais.

Analisando o reembolso e as diversas formas de solidariedade oferecidas, de acordo com os aposentados apenas 4 formas foram reembolsadas pelos filhos (Tabelas Tabela 18 e Tabela 19).

Tabela 18 – Frequência de ajudas oferecidas pelas mães e respectivos reembolsos. Viçosa-MG, 2012.

Formas de solidariedade oferecidas pelas mães	Frequência da ajuda		Frequência do reembolso	
	N	%	N	%
Em dinheiro	25	25,6	04	16,0
Saúde	12	12,2	01	8,3
Sustento	09	9,2	00	0,0
Transporte	06	6,1	01	16,7
Despesas domésticas	09	9,2	00	0,0
Habitação	08	8,2	00	0,0
Educação	07	7,1	00	0,0
Cuidados com os netos	07	7,1	00	0,0
Oferecimento de refeições diárias	05	5,1	00	0,0
Festividades	04	4,1	00	0,0
Lavagem de roupas	02	2,0	00	0,0
Outras	04	4,1	00	0,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de ajudas oferecidas pelas mães e o número de ajudas que foram reembolsadas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 19 – Frequências de ajudas oferecidas pelos pais e respectivos reembolsos. Viçosa-MG, 2012.

Formas de solidariedade oferecidas pelos pais	Frequência da ajuda		Frequência do reembolso	
	N	%	N	%
Em dinheiro	73	17,6	33	45,2
Saúde	96	23,1	10	10,4
Sustento	84	20,2	07	8,3
Transporte	29	7,0	05	17,2
Despesas domésticas	15	3,6	00	0,0
Habitação	41	9,9	00	0,0
Educação	18	4,3	00	0,0
Cuidados com os netos	16	3,9	00	0,0
Oferecimento de refeições diárias	07	1,7	00	0,0
Festividades	26	6,3	00	0,0
Lavagem de roupas	00	0,0	00	0,0
Outras	10	2,4	00	0,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de ajudas oferecidas pelos pais e o número de ajudas que foram reembolsadas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Estes resultados favorecem a compreensão da realidade vivida pelos aposentados e seus filhos. Poucas formas de solidariedade foram reembolsadas pelos filhos, e em todas elas o retorno foi maior quando a ajuda foi fornecida pelo pai. Pais e mães receberam reembolsos relacionados às ajudas em dinheiro, à saúde e ao transporte, mas somente os pais foram reembolsados com relação ao sustento. Segundo os filhos, os reembolsos realizados por eles também foram referentes apenas a estas 4 formas de ajuda, porém eles relataram que as mães foram reembolsadas somente pelas ajudas em dinheiro e às relacionadas a saúde.

A "ajuda em dinheiro" foi a forma de solidariedade mais oferecida pelas mães, contudo, segundo elas o reembolso ocorreu em apenas 16,0% (n=4) das vezes, enquanto que para os pais o retorno ocorreu para 45,2% (n=33) das vezes. Desta forma, as mulheres contribuíram mais com ajuda em dinheiro, muitas vezes recorrendo a empréstimos bancários, e mesmo assim tiveram um baixo número de reembolso. Para cada reembolso recebido, as mulheres ficavam sem receber pouco mais de cinco. Já no caso os homens, para cada vez que os filhos os reembolsavam, apenas pouco mais de um reembolso não foi efetuado.

As fontes de recursos utilizadas para prestar ajuda em dinheiro foram: empréstimos bancários, poupança, benefício da aposentadoria e um misto deste e renda extra. Os reembolsos realizados foram feitos de diversas formas: em parcela única,

parcelado mensalmente ou esporadicamente. O reembolso parcelado mensalmente foi mais comum nos casos em que os aposentados fizeram empréstimos bancários para repassar para os filhos, uma vez que o pagamento destes empréstimos era cobrado mensalmente pelas instituições financeiras.

Os reembolsos relacionados às despesas com saúde relacionavam-se apenas ao pagamento mensal do plano de saúde que era descontado da aposentadoria do idoso. Despesas com consultas médicas e medicamentos não foram reembolsadas.

Com relação ao sustento, nenhuma das mães e apenas 8,3% (n=7) dos pais foram reembolsados. Estes reembolsos compreendiam ajuda no pagamento de despesas domésticas. Os relatos seguintes mostram claramente como estes reembolsos eram realizados:

“Nós dois sustentamos a casa, ele divide a despesa de supermercado comigo. Agora assim, internet, luz, condomínio, telefone, essas coisas sou eu que pago sozinho. Ele não paga nada. Ele só divide o supermercado. Antes eu pagava tudo sozinho. E quando ele veio morar aqui eu pensei que ele ia ajudar em todas as contas, conta de luz, água, essas coisas, mas está me ajudando só na despesa do mercado. Mas já está bom, entendeu? A gente não pode esquentar muito a cabeça não. Porque o dinheirinho que eu ganho dá para eu viver tranquilo”.

(Aposentado 64, viúvo, pai de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para 1 filha; sustento de 1 filha por meio de coabitação. **Reembolso recebido:** todas as ajudas em dinheiro; contribuição em parte das despesas do lar).

“Assim, como ela tem bolsa [de pós-doutorado] ela ajuda em casa. Ela paga internet, luz e telefone, isso tudo ela que paga. O resto da casa é por minha conta”.

(Aposentado 24, casado, pai de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 filhas por meio de coabitação. **Reembolso recebido:** contribuição em todas as despesas do lar de 1 filha).

Conforme os resultados apresentados anteriormente, os filhos que moravam com os pais eram: solteiros, sem filhos, com idade entre 22 e 37 anos e possuidores de renda mensal, seja por meio de emprego formal, informal ou bolsa de estudos. Além disso, estes filhos moravam com ambos os pais em imóveis próprios, possuíam ensino superior incompleto ou completo, a renda mensal individual era entre 1 e 5 salários mínimos destinada a suprir as próprias necessidades, não tinham conhecimento sobre a renda dos pais e esta renda era destinada ao sustento de 3 a 4 pessoas.

Os reembolsos das ajudas vinculadas ao transporte apresentaram a menor variação entre pais e mães, respectivamente, 17,2% (n=5) e 16,7% (n=1). Quanto à

habitação, os aposentados que emprestaram imóveis para os filhos não recebiam pagamento referente ao aluguel destes imóveis. Da mesma forma, os gastos com a construção de imóveis, doações de imóveis e terrenos não foram reembolsados. Sobre as ajudas ligadas à habitação, os aposentados afirmaram que não haveria necessidade de reembolso e que alguns filhos não teriam condições de reembolsá-los, como se observa nos relatos a seguir:

“Eu construí as casas para eles porque eles precisavam de alguma coisa para começar a vida. Eles não têm condições de pagar aluguel, a família é grande, tem filho e eles ganham pouco. Eu faço o que eu posso”.
(Aposentado 45, casado, pai de 4 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** construção de casa própria para os 4 filhos; pagamento de festa de formatura dos 4 filhos; pagamento de plano de saúde para 2 filhas; sustento de 1 filha por meio de coabitação; auxílio financeiro para 1 filha começar um negócio próprio. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não. Ah, dificilmente ela vai pagar. Já que eu fiz um prédio com três apartamentos que seria um para cada filho, né? Então o que eu vendi para passar R\$60.000,00 para ela era o dela mesmo. Então eu vendi aqui e ela comprou outro apartamento lá. Então na verdade eu vou ter que fazer uma compensação para ela. Porque na verdade, assim, o valor que eu vendi foi R\$120.000,00 e agora eu que estou devendo ela. Porque o apartamento que eu construí eu dei para ela, era dela. Agora falta eu passar a outra metade. Ainda não passei porque estou apertado, mas se Deus quiser eu vou pagar ela. Não gosto de ficar devendo”.
(Aposentado 50, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** compra de imóvel para 1 filha; pagamento de reparos de veículo de 1 filho; sustento de 2 filhos por meio de coabitação; construção de imóvel para 2 filhos. **Nenhum reembolso recebido**).

O primeiro relato deixa claro que a construção de um imóvel para os filhos foi com o objetivo de que eles não precisassem pagar aluguel, tivessem maior conforto, reduzindo assim os gastos da família. Já no segundo relato observa-se que é o próprio pai que se sente na obrigação de reembolsar a filha, por um imóvel que ele mesmo construiu.

As despesas com pagamento de festas de casamentos e formaturas também não foram reembolsadas pelos filhos, pois estes tipos de gastos foram considerados como obrigação dos pais, logo não era necessário ocorrer o reembolso. Isso pode ser evidenciado nos relatos:

“A festa de casamento quem paga é o pai mesmo. Ela não tem que me pagar nada não. Não é uma coisa que ela esteja me devendo”.

(Aposentado 97, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 filhos por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 1 filho; em dinheiro para 1 filho; pagamento de festa de casamento para 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“A formatura das duas foi um orgulho para mim. Me senti uma heroína! (risos) Porque, assim, eu criei elas sozinha, sabe? E conseguir estudar as duas na UFV é uma felicidade que não tem como eu te contar. E é claro que eu fiz questão de pagar a formatura. Não quero nada delas, só que elas sejam felizes”.

(Aposentada 78, divorciada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** sustento das 2 filhas por meio de coabitação; pagamento de festa de formatura para as 2 filhas; empréstimo de automóvel para as 2 filhas. **Nenhum reembolso recebido**).

Os investimentos em educação dos filhos e netos também ficaram sem reembolso, uma vez que foram considerados "obrigação dos pais e avós", como pode ser evidenciado na fala a seguir:

“Isso aí era o que eu estava oferecendo a ele. Agora ele que tem que defender a vida dele. Então, assim, isso não foi um empréstimo, era uma ajuda mesmo, para a formação dele. E faz parte da educação você também deixar a pessoa com uma profissão. Isso os pais têm que fazer para os filhos”.

(Aposentada 66, solteira, mãe de 1 filho. **Ajuda oferecida:** pagamento de faculdade particular. **Nenhum reembolso recebido**).

Despesas domésticas como compra de móveis e eletrodomésticos, gastos com manutenção de veículos, quitação de contas domésticas (aluguel, IPTU, água, luz, telefone e despesas com supermercado), não foram reembolsadas e muitas vezes os aposentados não conferiram importância para tais ajudas, qualificando-as como “ajudas pequenas e sem valor”, conforme é visto a seguir:

“Como eu não passo em dinheiro, isso não tem que ter reembolso não! (risos). Na verdade, eu tento ser o mais discreta possível. Eu percebo a necessidade e tento ajudá-los. Eles não me pedem também não, nunca pediram. Sou eu mesma que percebo a situação e tento ajudá-los. Assim, às vezes eu vejo que está faltando alguma coisa de supermercado ou um calçado para os meninos [netos], aí eu vou e compro, e tento levar para eles tentando ser o mais discreta possível”.

(Aposentada 10, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos; mesada para 1 filha; despesas com enxoval para 2 netos; aquisição de móveis e eletrodomésticos para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 neto; compra de automóvel para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu pago o IPTU de todos eles é para ajudar mesmo. E é pouca coisa, não me aperta. Se fosse para cobrar de volta não faria sentido, não seria ajuda”.

(Aposentado 7, casado, pai de 7 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 filhas por meio de coabitação; empréstimo de imóvel para 2 filhos; pagamento de IPTU para 5 filhos; fornecimento de refeições diárias para 1 filho e 1 nora; em dinheiro para 2 filhos. **Reembolso recebido:** uma parte da ajuda em dinheiro de 2 filhos).

Despesas com viagens e mesadas oferecidas pelos pais foram classificadas como presentes e os aposentados não foram reembolsados, como mostra os relatos a seguir:

“Esse dinheiro que eu mando para eles, é para eles pagarem a passagem para vir me ver. Se eu não mandar o dinheiro eles não têm como vir. É muito longe e fica caro. Então, pensa comigo, como que eles vão me pagar? Isso não é para pagar, é uma satisfação para mim. É um presente para mim (risos)”.

(Aposentada 18, viúva, mãe de 7 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos; empréstimo de imóvel para 4 filhos; fornecimento de refeições diárias para 2 filho e 1 neto e 1 nora; pagamento de viagens para 2 filhos. **Reembolso recebido:** total da ajuda em dinheiro de 1 filho).

“Eu dou uma mesada para ela. Para complementar o salário dela. Porque o emprego dela é ruim, ela ganha pouco (risos). Mas eu não quero receber nada disso! Deus me livre! Eu quero ver eles bem e felizes! Eu estou é ajudando e não dando um empréstimo”.

(Aposentada 10, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos; mesada para 1 filha; despesas com enxoval para 2 netos; aquisição de móveis e eletrodomésticos para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 neto; compra de automóvel para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

As solidariedades funcional-afetivas (indiretamente material-financeiras) citadas pelos aposentados foram marcadas por uma identidade feminina, já que as mulheres estavam mais engajadas que os homens nestas formas de ajudas. Elas ajudaram mais no cuidado com os netos e no oferecimento diário de refeições aos filhos. Outro fato importante é que apenas as mães contribuíram na lavagem de roupa dos filhos e apenas uma mulher era detentora da guarda dos netos.

Como mostrado anteriormente, os aposentados conferiam pouca ou nenhuma importância às ajudas funcional-afetivas, haja vista que estas ajudas eram oferecidas por obrigação ou por prazer. Assim, com essa invisibilidade da solidariedade, os pais não atribuíam valor financeiro a estas ajudas, logo não era realizado qualquer tipo de reembolso.

Neste ponto é necessário levar em consideração a questão do afeto que está inserido nas solidariedades, principalmente na funcional-afetiva. Segundo Barbosa (2011), o afeto está inserido nas tarefas domésticas, realizadas principalmente pelas mulheres, por se tratarem de atividades realizadas para as pessoas que estas mulheres mais amam, ou seja, seus filhos e filhas, companheiro e outros familiares. Dessa forma, afeto reforça a gratuidade não sendo necessário exigir nada em troca. Nesta pesquisa, o afeto também ficou claro nas falas de vários homens e nas diversas formas de solidariedade oferecidas por eles.

Após analisar as formas de auxílio que foram reembolsadas, julgou-se pertinente relacionar as fontes de recursos ao reembolso, buscando perceber outras relações (Tabela 20 e Tabela 21).

Tabela 20 – Frequência do reembolso e as fontes de recursos utilizadas pelas mães para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.

Fonte de recursos utilizada pelas mães	Frequência da ajuda		Frequência do reembolso	
	N	%	N	%
Aposentadoria	39	60,0	01	2,6
Poupança	04	6,2	00	0,0
Empréstimo bancário	11	16,9	04	36,4
Aposentadoria + aluguel de imóveis e pensão	04	6,2	01	25,0
Aposentadoria + salário (trabalho)	00	0,0	00	0,0
Imóvel (empréstimo)	07	10,8	00	0,0
Venda de imóvel	00	0,0	00	0,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de vezes que cada mãe recorreu a cada uma das fontes de recursos e o número de reembolsos realizados pelos filhos as mães.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 21 – Frequência do reembolso e as fontes de recursos utilizadas pelos pais para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.

Fonte de recursos utilizada pelos pais	Frequência da ajuda		Frequência do reembolso	
	N	%	N	%
Aposentadoria	146	56,8	25	17,0
Poupança	43	16,8	11	25,6
Empréstimo bancário	24	9,3	16	66,7
Aposentadoria + aluguel de imóveis e pensão	00	0,0	00	0,0
Aposentadoria + salário (trabalho)	26	10,1	03	11,5
Imóvel (empréstimo)	17	6,6	00	0,0
Venda de imóvel	01	0,4	00	0,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de vezes que cada pai recorreu a cada uma das fontes de recursos e o número de reembolsos (parciais e totais) realizados pelos filhos aos pais.

Fonte: Dados da pesquisa.

As ajudas oferecidas por mães e pais que tiveram maior número de reembolso foram provenientes de empréstimos bancários, seguido de ajudas utilizando reservas pessoais no caso dos pais e aposentadoria mais pensão no caso das mães. Quanto às ajudas com recursos provenientes de empréstimos bancários, o relato a seguir exemplifica como o reembolso era realizado:

“Olha, eu fiz um empréstimo. Fiz no Agros para minha filha comprar um carro e ela que paga esse empréstimo que foi em meu nome. Foram R\$12.000,00. Eu fiz em meu nome porque os juros eram mais baratos para mim do que para ela. Na verdade ela me pediu que eu fizesse o empréstimo por causa disso, dessa comodidade de juros e conforto de pagamento, mas nunca deixou de pagar. Ela sabia que ela que ia pagar porque isso era um empréstimo! (risos)”.

(Aposentado 83, viúvo, pai de 3 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para as 3 filhas; em dinheiro para 2 filhas; compra de automóvel para 1 filha; sustento de 1 filha por meio de coabitação. **Reembolso recebido:** total das ajudas em dinheiro; total do valor do automóvel).

Somente as mães receberam reembolso referente às ajudas prestadas com recursos provenientes de pensão e aluguel de imóveis e apenas os pais receberam reembolso dos recursos oriundos da poupança e de salários.

As ajudas derivadas das aposentadorias dos entrevistados foram as menos reembolsadas. Já os recursos de empréstimos bancários foram os que tiveram maior percentual entre pais e mães, sendo que as mães foram reembolsadas duas vezes menos que os pais.

O reembolso, como já era esperado, foi influenciado pelo gênero do idoso que ofereceu a ajuda. Mas, além disso, o reembolso também foi influenciado pela forma de ajuda oferecida e pela fonte de recurso utilizada pelos aposentados para contribuir com os filhos. De maneira geral, a forma mais reembolsada tanto para as mães quanto para os pais foi a ajuda em dinheiro proveniente de empréstimos bancários.

Além do reembolso financeiro que é tratado nesta pesquisa, 7,2% (n=7) dos aposentados, entre eles três mulheres e quatro homens, afirmaram ter recebido retorno de outras formas, ou seja, na forma de carinho, amor e atenção, como ilustram os relatos a seguir:

“Eles pagam em carinho. Eles são ótimos (risos). Então, eu quando ajudo, eu não espero retorno. Retorno assim, financeiro, não. Eles são extremamente carinhosos, extremamente companheiros. Isso para mim é mais do que suficiente”.

(Aposentada 10, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos; mesada para 1 filha; despesas com enxoval para 2 netos; aquisição de móveis e eletrodomésticos para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 neto; compra de automóvel para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eles me pagam pela amizade de filho para pai. Pelo amor que nós temos um com o outro, tanto faz com ela ou com ele”.

(Aposentado 29, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** auxílio financeiro para 1 filho começar um negócio próprio; sustento de 1 filho por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para os 2 filhos. **Reembolso recebido:** uma parte da ajuda em dinheiro para abrir um negócio próprio).

Por meio das falas dos aposentados observa-se que, embora a falta de reembolso financeiro tenha um impacto negativo na renda, estes se sentiam felizes. Este retorno subjetivo também foi citado nas pesquisas de Leal et al. (2007), embora em um número mais expressivo do que o encontrado no presente trabalho. Na pesquisa destas autoras, 43,5% dos entrevistados relataram que recebiam reembolso das ajudas na forma de carinho, boa convivência, respeito e amor. Apenas duas filhas relataram que além de reembolsarem os pais financeiramente, retribuía a ajuda na forma de carinho, atenção e amor.

Posteriormente, procurou-se entender como foi decidido se haveria ou não o reembolso da ajuda financeira. Para isso, perguntou-se aos aposentados: “O(A) senhor(a) já cobrou algum reembolso dessa ajuda?” Dentre esses entrevistados, 95,2%

(n=20) das mães e 94,3% (n=72) dos pais não cobraram algum tipo de reembolso dos filhos e 4,8% (n=1) das mães e 5,7% (n=4) dos pais cobraram seus filhos. Dos entrevistados que cobraram reembolso, um homem havia ajudado e cobrado reembolso de dois filhos, o restante apenas de um filho. A seguir, apresentam-se as falas de alguns destes aposentados:

“Ah, claro ué, tem que cobrar, porque às vezes eles se esquecem de pagar a mensalidade, aí eu insisto. Esqueceram ‘daquele jeito’, né? Como eu cobro (risos), de vez em quando dá uma briguinha, mas eles acabam pondo lá. Esse negócio de pai ficar dando tudo para filho não dá certo. Eles têm que trabalhar também (risos). Se fosse por eles, eles querem é ficar de graça (risos)”.

(Aposentado 21, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para os 3 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 2 filhos. **Reembolso recebido:** total das ajudas em dinheiro de 2 filhos).

“Não importo de estar pagando, não me aperta. Mas filho tem que aprender. Eu cobro para ver se ela [filha] cria juízo. Ela é profissional liberal, então ela ganha o suficiente, né? Só que no meu modo de entender, as atitudes que ela toma financeiramente são totalmente erradas, né? Ela deve ganhar bem mais do que eu. E agora está com um carro zero para que, né? Um de 2010, 2009 resolveria o problema, né? E eu acho que ela paga 400 ou 600 reais para a menina (*neto*) no colégio. Por mim estaria na pública e depositava esse dinheiro na conta dela para o futuro”.

(Aposentado 62, casado, pai de 3 filhos, ajudava os 3 filhos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 neto; pagamento de escola particular para 1 neto; sustento de 1 filho por meio de coabitação; empréstimo de automóvel para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“O meu caçula, talvez, por ser o caçula, a gente tenha estragado ele. Eu cobro ele para ele ter responsabilidade, não pelo dinheiro. Porque eu não me importo de pagar as coisas para ele, dar carro, trocar carro. Ele não se esforça muito para ter as coisas, ele quer tudo de ‘mão beijada’, não aceita muitos ‘nãos’. E a vida nos impõe muitos ‘nãos’. Enquanto a gente está em casa esses ‘nãos’ são dos pais, mas na vida fora é complicado. Ele tem que aprender”.

(Aposentado 36, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** aquisição de móveis e eletrodomésticos para 1 filha; pagamento de pós-graduação para 1 filha; compra de automóvel para 1 filho; sustento por meio de transferências financeiras mensais para 1 filho que residia em outra cidade; pagamento de faculdade particular para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Ninguém nunca me deu nada. Por isso eu cobro dele e ele precisar de mim me preocupa. Eu cobro todo dia (risos). Ele diz que vai juntar e me pagar o carro tudo de uma vez (risos)”.

(Aposentada 79, casada, mãe de 1 filho. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde; compra de automóvel; compra de móveis e eletrodomésticos; pagamento de faculdade e pós-graduação particular. **Nenhum reembolso recebido**).

No relato do aposentado 21 é possível perceber que ele cobrou reembolso apenas da ajuda em dinheiro que foi proveniente de empréstimos bancários. Já as ajudas com o pagamento do plano de saúde e o sustento por meio da coabitação não foram cobrados. Situação semelhante aconteceu com a aposentada 79, que se limitou a cobrar apenas o valor gasto por ela na compra de um automóvel para o filho. As despesas com plano de saúde, compra de móveis e eletrodomésticos e pagamento de faculdade particular e curso de pós-graduação não foram lembradas por ela. Desta forma, percebe-se que os aposentados que cobraram reembolso, somente o fizeram para as ajudas que percebiam como responsabilidade dos filhos. Como era esperado, as solidariedades consideradas pelos pais como obrigações, não foram cobradas.

Com relação aos dois últimos relatos (aposentado 62 e 36), a cobrança pelo reembolso foi educativa, ou seja, eles não tinham interesse financeiro. Na verdade eles almejavam que os filhos aprendessem a encarar como compromissos as dívidas contraídas e que aprendessem a ter responsabilidade ao usar seus recursos financeiros.

No último relato (aposentada 79) nota-se que, apesar de a aposentada cobrar algum retorno do filho, não obteve êxito. Logo, exigir reembolso não era uma garantia de que os filhos realmente fossem reembolsá-los. Isso pode ser comprovado por meio das entrevistas com os filhos, pois eles afirmaram que 88,6% das ajudas foram reembolsadas por iniciativa própria e 11,4% os reembolsos foram realizados devido à cobrança realizada pelos pais. A seguir são apresentados alguns relatos dos filhos sobre a decisão de reembolsar os pais:

“Não, ele não cobra. Mas eu também nunca ofereci (risos).”

(Filho 77, solteiro, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 50:** sustento por meio da coabitação. **Nenhum reembolso realizado**).

“Eu paguei todas as vezes que eu peguei e quando é empréstimo eu não pago para ele, eu vou diretamente ao banco e deposito na conta dele o dinheiro que foi descontado. Mas eu que falei que ia pagar. Jamais ele cobraria. Nem quando a gente vai pagar para ele, ele gosta de receber. Ele acha que a gente vai ficar apertado pagando ele”.

(Filho 82, casado, pai de 3 filhos, renda de 7 a 9 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 61:** em dinheiro. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

“Ele não cobra, por isso eu acho injusto. Eu pago ele direitinho, meus irmãos não”.

(Filho 89, casado, pai de 2 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 61:** em dinheiro. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

“Eu sempre dou uma quantia para ele por mês de R\$250,00. E é todo mês para ajudar nas despesas da casa e para abater o meu plano de saúde. Mas isso foi ideia minha, ela nunca cobrou nada”.

(Filha 90, solteira, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 68:** sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde; em dinheiro. **Reembolso realizado:** contribuição em todas as despesas do lar; valor total do plano de saúde).

“Ela me lembra do jeitinho dela (risos). Não é uma coisa rígida não. Às vezes ela fala assim: ‘esse dinheiro eu vou precisar, aquele outro lá não tanto, agora esse aqui que eu estou te emprestando agora eu vou precisar. Depende do valor ela cobra (risos). Porque às vezes ela já está pagando um empréstimo que ela fez para ela e não vai conseguir pagar o meu, então ela já fala para eu pagar, e quando ela cobra eu pago. Porque vai que da próxima vez ela não me empresta mais (risos)”.

(Filho 116, casado, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** em dinheiro. **Reembolso realizado:** uma parte da ajuda em dinheiro).

Em alguns relatos é possível perceber que, apesar de os pais cobrarem o reembolso dos filhos, estes não pagaram, reforçando a afirmativa de que cobrar os filhos não é uma garantia de que o reembolso seria realizado. Este fato é exemplificado pelo relato seguinte:

“Ele me cobra, mas eu não ajudo. Ele joga na cara da gente ‘você não ajuda nada em casa’, ‘você é homem tem que ajudar’, ‘não deixa a televisão ligada porque você não paga a conta de luz’, entendeu?”

(Filho 36, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 25:** sustento por meio de coabitação. **Nenhum reembolso realizado).**

Assim, o reembolso das ajudas ocorria conforme a vontade dos filhos, se estes não tivessem interesse em reembolsar, não o faziam. Por meio da fala do filho 116 ficou claro que em alguns casos os filhos ofereciam reembolso com o objetivo de serem

ajudados novamente no futuro e não com o intuito de quitar uma dívida com os pais. A seguir, outros relatos ilustram esta situação:

“Assim, eu paguei só o dinheiro do empréstimo, o resto não. Mas foi tão pouquinho que ele gastou comigo. Mas eu paguei porque aí quando eu pedir de novo ele me dá (risos). Fiquei com medo de não pagar e depois ele não fazer outro empréstimo para mim (risos)”.

(Filho 139, casado, pai de 3 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 92:** em dinheiro; pagamento de festa de casamento. **Reembolso realizado:** uma parte da ajuda em dinheiro).

“Às vezes eu pago. Aí eu passo para mãe o dinheiro. Mas não é sempre. É no dia que eu lembro (risos). Eu gosto de pagar porque quando eu for pedir de novo ela me dá (risos)”.

(Filha 13, divorciada, mãe de 3 filhos, renda de 1 salário mínimo. **Ajuda recebida do aposentado 7:** em dinheiro; pagamento de contas domésticas (água, luz, telefone); empréstimo de imóvel. **Reembolso realizado:** uma parte da ajuda em dinheiro).

Nenhum dos entrevistados citou o reembolso das ajudas funcional-afetivas. Pelos relatos percebe-se que os aposentados lembravam-se das ajudas em dinheiro provenientes de empréstimos, poupança ou da própria aposentadoria. Ajudas relacionadas ao cuidado com os netos, lavagem de roupas, habitação, viagens, educação e outras não foram lembradas.

A seguir, apresentam-se as falas de alguns aposentados que não cobraram reembolso dos filhos ajudados:

“O que a gente dá, a gente não cobra, né? E eu não vou cobrar dinheiro. Eu cobro que ele cresça, que seja independente, que junte dinheiro para ter a casa dele e o carro dele. Se depois disso tudo ele quiser pagar aí eu aceitaria”.

(Aposentada 89, casada, mãe de 2 filhos, ajudava apenas 1. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde; compra de motocicleta; pagamento de faculdade particular; sustento por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

“Isso foi dado para eles e não quero nada em troca não. Dei para eles começarem a vida deles, né?”

(Aposentado 53, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** compra de imóvel para os 3 filhos; em dinheiro para todos os filhos; pagamento de plano de saúde para 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“E eu não peço para pagar não. Eu acho assim, deu está dado, não pode tomar, sabe como que é? Isso foi uma ajuda não foi uma venda ou um negócio, sabe como que é? Então, eu quando ajudo, eu não espero retorno, retorno assim, financeiro não. Eles são extremamente carinhosos, extremamente companheiros. Isso para mim é mais do que suficiente”.

(Aposentada 10, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos; mesada para 1 filha; despesas com enxoval para 2 netos; aquisição de móveis e eletrodomésticos para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 neto; compra de automóvel para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não cobro porque não é nada feito para cobrar ué! Não é por aí!”

(Aposentado 55, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 2 filhos e 1 neto; em dinheiro para todos os 2 filhos; fornecimento de refeições diárias para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Nem nunca! De jeito nenhum! Eu jamais cobraria (risos). Uai, a gente não cobra ajuda não! Nem se eles oferecessem eu aceitaria”.

(Aposentada 63, casada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 3 filhos; em dinheiro para 1 filha; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não é para cobrar não! É para ajudar mesmo”.

(Aposentado 67, casado, pai de 2 filhos, ajudava apenas 1. **Ajuda oferecida:** pagamento de escola particular de 1 neto; em dinheiro. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu não dou emprestado. Eu dou dado mesmo. Não faço conta disso, não espero receber e nem quero receber”.

(Aposentado 87, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para 1 filho; cuidados diários com 1 neto para filho trabalhar; sustento de 1 filha por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

Estes idosos percebiam as ajudas como algo que não devia ser cobrado e isso foi evidenciado em todas as falas, e principalmente naquelas do aposentado 87 e da aposentada 10. Ambos afirmaram veemente que se eram ajudas, não deveriam ser cobradas, pois não se tratavam de transações comerciais. Outros se declararam constrangidos nesta situação de cobrança, por isso preferiram não se manifestar, como é demonstrado nas seguintes falas:

“Não. Porque é chato fazer isso com um filho, né?”

(Aposentado 40, casado, pai de 5 filhos, ajudava apenas 4. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para 2 filhos; pagamento de festa de casamento de 2 filhos; sustento de 2 filhos por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não, eu não teria coragem de cobrar do meu filho, né?”

(Aposentado 54, divorciado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** empréstimo de imóvel para 1 filho morar; pagamento de plano de saúde para os 2 filhos; sustento por meio de transferências financeiras mensais para 1 filha que residia em outra cidade. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu não cobro, se eu cobrar até que ele paga (risos). Mas eu não cobro não porque acho muito ruim cobrar filho”.

(Aposentado 35, casado, pai de 4 filhos, ajudava apenas 2. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para os 2 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação; compra de automóvel para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eles não me pagaram não, ué! (risos). Não vou cobrar também não. Porque é ‘sem jeito’. É ‘sem jeito’ a gente cobrar filho. Aí eu pensei assim ‘ah, está bom, está em casa mesmo, deixa para lá’. Eu não toco nesse assunto, eu não gosto. Quer pagar paga. Se não quiser não paga. Eu não vou cobrar”.

(Aposentado 85, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para 1 filha; sustento de 1 filha por meio de coabitação; empréstimo de imóvel para 1 filho; cuidados diários com 1 neto para filho trabalhar. **Nenhum reembolso recebido**).

Houve, ainda, casos em que os aposentados consideravam as ajudas como presentes e, sendo assim, não cobravam reembolso dos filhos, como pode ser evidenciado nos relatos a seguir:

“Eles não me pagaram porque eu dei de presente. E eu não cogitei isso. É como presente mesmo”.

(Aposentado 82, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** compra de automóvel para os 2 filhos; pagamento de seguro de automóvel para os 2 filhos. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eles nunca me pagaram porque não precisa. É como se fosse presente. E eu estou te falando que a minha contribuição é pequena”.

(Aposentado 84, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 3 filhos e 2 netos; pagamento de festa de casamento de 2 filhas; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

Ao serem questionados sobre a cobrança, os aposentados, tanto nas situações em que cobraram reembolso quanto nas situações em que não cobraram, justificaram estes

comportamentos sem mencionar as ajudas funcional-afetivas. Os aposentados que ajudaram por obrigação ou altruísmo, logicamente não criavam expectativas de serem reembolsados, pois não ajudavam os filhos esperando receber pagamento financeiro.

Apesar de o seguro-velhice não ter sido citado como um motivo para o oferecimento de ajuda, como ocorreu na pesquisa de Encarnação (2011), no momento em que respondiam a pergunta sobre a realização de cobrança, 21,6% (n=21) dos aposentados justificaram que não cobravam reembolso dos filhos pautados no seguro-velhice, esperando assim uma compensação futura, conforme os conceitos da teoria das trocas sociais, em que a reciprocidade pode não acontecer imediatamente à prestação inicial, podendo ser como um ganho de crédito a ser utilizado posteriormente. Os relatos a seguir ilustram este fato:

“A vida é uma bola que gira. Hoje eu estou podendo pagar para eles e pago com prazer enquanto eu estiver podendo pagar, mas eu tenho certeza que a hora que chegar a vez de eles pagarem para mim, eles vão ter que ‘chegar junto’ e vão ‘chegar junto’. Não vai precisar de pedir, porque a gente tem essa harmonia”.

(Aposentado 45, casado, pai de 4 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** construção de casa própria para os 4 filhos; pagamento de festa de formatura dos 4 filhos; pagamento de plano de saúde para 2 filhas; sustento de 1 filha por meio de coabitação; auxílio financeiro para 1 filha começar um negócio próprio. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não cobro porque não é meu interesse agora. No dia em que eu precisar, aí tudo bem. Eu estou ficando velha, então vai chegar o dia que talvez eu possa até precisar”.

(Aposentada 46, solteira, mãe de uma filha. **Ajuda oferecida:** pagamento de faculdade particular. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu não preciso de nada agora não. Mas quando eu precisar eu tenho certeza que ele vai me ajudar”.

(Aposentado 29, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** auxílio financeiro para 1 filho começar um negócio próprio; sustento de 1 filho por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para os 2 filhos. **Reembolso recebido:** uma parte da ajuda em dinheiro para abrir um negócio próprio).

“Xiiiiii, imagina de jeito nenhum! Não precisa graças a Deus, ainda não”.

(Aposentada 52, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** lavagem de roupa para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação; cuidados diários com 1 neto para filha e genro trabalharem. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não cobro porque não estou precisando do dinheiro agora, né? Então não tem por que. Caso eu precisasse, eu acho que ele mesmo tomaria iniciativa (risos). Ele teria condições financeiras de me pagar porque o salário que ele ganha é maior que o meu (risos)”.

(Aposentado 54, divorciado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** empréstimo de imóvel para 1 filho morar; pagamento de plano de saúde para os 2 filhos; sustento por meio de transferências financeiras mensais para 1 filha que residia em outra cidade. **Nenhum reembolso recebido**).

“Por enquanto não teve retorno nenhum ainda não. Não houve necessidade de cobrar ainda não. (...) Mas eu creio que se houver necessidade elas estarão disponíveis a me ajudar”.

(Aposentado 57, casado, pai de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** aquisição de móveis e eletrodomésticos para 1 filha; pagamento de festa de formatura para as 2 filhas; pagamento de festa de casamento para 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“Agora eu não preciso que me pague, mas no futuro eu acho que antes de eu precisar eles já estarão me oferecendo (risos)”.

(Aposentada 74, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 2 filhos; em dinheiro para 1 filha; pagamento de faculdade particular para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

“Assim, eles não ajudam em casa porque, na verdade, eu nunca precisei. Se caso algum dia eu precisar de algum dinheiro eu tenho certeza que eles vão me ajudar”.

(Aposentado 97, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 filhos por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 1 filho; em dinheiro para 1 filho; pagamento de festa de casamento para 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

Com estes relatos percebe-se que estes aposentados possuíam a expectativa de ser amparados pelos filhos no futuro e é possível que outros também pensassem da mesma forma, mas não se expressaram no decorrer da entrevista. Assim, com essa expectativa de amparo no futuro, os idosos investiram nos filhos por meio de transferências funcional-afetivas e material-financeiras sem cobrarem reembolso.

É interessante ressaltar que mesmo criando expectativas de que serão amparados no futuro, estes aposentados não conversavam com os filhos sobre as ajudas prestadas, a falta de reembolso e esta expectativa de ajuda futura. Estas informações podem ser ilustradas nos seguintes relatos:

“Não existe o porquê de fazer isso, cobrar ela. Eu quero que ela invista na carreira dela. Quanto mais ela fizer por ela melhor para ela. Não é uma conversa que seja necessária, porque é uma coisa natural”.

(Aposentada 38, solteira, mãe de 1 filha. **Ajuda oferecida:** sustento por meio de transferências financeiras mensais para a filha que residia em

outra cidade; pagamento de plano de saúde. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eles não me pagaram nada não. Eu não cobre e eles também não ofereceram. Vou te falar que na verdade a gente nunca falou disso. Eles me pediram eu dei. A minha obrigação é ajudar porque eu sou pai deles, eu os coloquei no mundo e não posso deixar eles ‘passar falta’”.

(Aposentado 95, casado, pai de 4 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de parte da construção da casa própria de 3 filhos; pagamento de festa de casamento dos 4 filhos. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu não cobro. Bom, se tiver condições de pagar a gente recebe. Agora se não tiver a gente deixa. Vai da consciência deles, da vontade deles”.

(Aposentado 43, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** empréstimo de imóvel para 1 filho; em dinheiro para 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 2 filhos; fornecimento de refeições diárias para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Reembolso recebido:** uma parte da ajuda em dinheiro de 1 filho).

“Não tem problema. Não preocupo não porque não adianta ficar preocupado com as coisas e com esses problemas. Então, eu deixo na consciência deles”.

(Aposentado 44, divorciado, pai de 3 filhos, ajudava apenas 2. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para os 2 filhos; pagamento de plano de saúde para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

Como os aposentados não conversavam com seus filhos sobre esta situação, eles não tinham conhecimento sobre as reais intenções destes, ficando, portanto, em uma situação de incerteza com relação ao futuro.

Uma vez que muitos aposentados não cobravam reembolso dos filhos com base no seguro-velhice, fez-se necessário questionar aos filhos sobre a intenção de amparar os pais no futuro e de que forma isso seria feito. As respostas mostraram uma situação diferente das expectativas dos idosos, como é mostrado na Tabela 22.

Tabela 22 – Intenção dos filhos de ajudar os pais no futuro. Viçosa-MG, 2012.

Ajudas Futuras	Frequência	
	N	%
Da forma como os pais precisarem	58	41,1
Não será necessário	46	32,6
Em dinheiro, se tiver condições	28	19,9
Somente ajudas funcional-afetivas	07	5,0
Não pretende ajudar	02	1,4
TOTAL	141	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os filhos entrevistados, 32,6% (n= 46) acreditavam que os pais não precisariam de ajuda no futuro, pois consideravam a condição financeira dos pais confortável. Estes filhos mostraram-se seguros e acreditavam que os rendimentos dos pais eram suficientes para que eles pudessem se sustentar sem o auxílio dos filhos. Os relatos a seguir exemplificam esta situação:

“Eu acho que ela nunca vai precisar. Ela tem uma renda muito boa que é só para ela e meu pai”.

(Filha 125, casada, mãe de 1 filho, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** pagamento de plano de saúde da filha e do neto; pagamento de festa de casamento. **Reembolso realizado:** valor do próprio plano de saúde).

“Eu acho que eles não vão precisar porque o que ele ganha é suficiente e ele e a minha mãe são muito organizados”.

(Filha 135, casada, mãe de 1 filho, renda de 7 a 9 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 95:** pagamento de plano de saúde do neto. **Reembolso realizado:** valor do plano de saúde do neto).

“Acho que ele não vai precisar porque veja bem eu que preciso dele agora e olha que eu já tenho os meus filhos grandes. Mas eu ainda preciso dele. Acho que o contrário é muito difícil de acontecer porque a aposentadoria dele é ótima”.

(Filho 138, casado, pai de 2 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 95:** em dinheiro; pagamento do plano de saúde dos 2 netos. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro; valor do plano de saúde dos 2 netos).

Estes filhos afirmaram que os rendimentos recebidos pelos pais eram suficientes para mantê-los. Porém, no início da entrevista com os filhos quando foi perguntado sobre a renda da família, apenas uma filha que coabitava com o pai sabia informar o valor da renda familiar e conseqüentemente, o valor dos rendimentos do pai. Então, este julgamento dos filhos de que a renda do pai é suficiente, não está coerente, visto que eles não tinham conhecimento sobre os rendimentos dos pais. Os filhos que não coabitavam com os pais sabiam o valor da renda total de suas famílias, porém este conhecimento era restrito apenas os rendimentos de seus respectivos cônjuges e filhos.

Neste ponto nota-se uma contradição entre o relato do aposentado 95 e de seus filhos, pois o aposentado não informou que pagava o plano de saúde para os netos. Isso pode ter sido influenciado pela percepção de que quando o reembolso era realizado a solidariedade não era considerada como ajuda.

Apenas 1,4% (n=2) dos filhos afirmaram que não pretendiam ajudar os pais no futuro. Esta situação pode ser consequência da relação conturbada entre estes filhos e seus respectivos pais. O relato a seguir ilustra estes resultados:

“Não penso em ajudar não. Porque futuramente eu vou sair daqui, eu não sei quando, mas... Não penso em ajudar, sinceramente porque ele é aposentado e assim que eu sair daqui é menos um gasto, né?”
(Filho 36, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 25:** sustento por meio de coabitação. **Nenhum reembolso realizado**).

Em se tratando dos filhos que pretendiam ajudar os pais no futuro, 19,9% (n=28) afirmaram que ajudariam se tivessem condições financeiras e 5,0% (n=7) não ajudariam em dinheiro por falta de recursos e prestariam solidariedades funcional-afetivas. Estas afirmativas podem ser exemplificadas por meio dos relatos seguintes:

“Se eu tiver condições financeiras. Mas tem que ver porque eu ganho pouco, né?”
(Filho 132, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** em dinheiro; pagamento de plano de saúde do neto; empréstimo de imóvel. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

“Quando eu puder e se eu tiver condições eu quero retribuir tudo o que eles fizeram por mim”.
(Filho 2, solteiro, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. Ajuda recebida do aposentado 5: sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde. **Nenhum reembolso realizado**).

“Depende, talvez eu não sei. Depende do valor, depende do quanto eu vou estar ganhando. Talvez eu ajude”.
(Filho 103, divorciado, pai de 1 filho, renda de 5 a 7 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 73:** em dinheiro; pagamento de escola particular para o neto; empréstimo de imóvel. **Nenhum reembolso realizado**).

“Eu penso em ajudar não com dinheiro, mas com outras coisas, ajudar a fazer as coisas em casa. Porque com dinheiro eu não tenho condições”.
(Filho 133, solteiro, sem filhos, renda de 1 salário mínimo. **Ajuda recebida do aposentado 91:** sustento por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde. **Nenhum reembolso realizado**).

Neste momento, os filhos mostraram um comportamento que poderá comprometer os aposentados no futuro. Como visto anteriormente, uma parcela dos pais não cobrava reembolso financeiro das ajudas prestadas esperando que os filhos os ajudassem futuramente. Porém, estes filhos afirmaram que as ajudas seriam fornecidas

aos pais mediante as suas próprias condições. Uma vez que os filhos apresentaram dificuldades de se manterem com os próprios rendimentos, necessitando de auxílio frequente dos pais, este oferecimento de ajuda aos pais futuramente pode estar comprometido.

O restante dos entrevistados, 41,1% (n=58) dos filhos, pretendia ajudar os pais da forma como eles precisassem. Estes filhos mostraram-se muito prestativos e preocupados com os pais:

“Eu vou ajudar com tudo. Eu brinco com a minha irmã, que também é concursada, que ela vai dividir comigo (risos). Porque os meus irmãos ganham pouco e não têm condições de pagar remédio caro ou algum exame”.

(Filha 130, casada, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 90:** empréstimo de imóvel; pagamento de festa de casamento. **Nenhum reembolso realizado**).

“Eu penso em fazer o que ele precisar, tipo saúde, comprar remédios, levar no médico, né? Ele ainda não precisa, mas quando ele precisar, eu vou ajudar”.

(Filha 136, casada, mãe de 2 filhos, renda de 1 salário mínimo. **Ajuda recebida do aposentado 93:** pagamento de faculdade particular; cuidados diários com os netos para filha trabalhar. **Nenhum reembolso realizado**).

“Sempre que ele adoecer, eu penso nisso. Eu penso na saúde porque eles estão velhos. Mas ele nunca vai precisar de mim porque ele ganha mais do que eu (risos). Mas se ele precisar de alguma coisa assim, ficar doente eu estou à disposição”.

(Filho 139, casado, pai de 3 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 92:** em dinheiro; pagamento de festa de casamento. **Reembolso realizado:** uma parte da ajuda em dinheiro).

Entre estes filhos que pretendiam ajudar os pais, uma característica em comum entre todos eles foi observada: ao falar sobre a intenção de ajudar, estes filhos focavam-se nas ajudas relacionadas à saúde. Sendo assim, eles se mostraram prestativos na área da saúde e não mencionaram outras formas de ajudas, como em dinheiro, lazer ou aquisição de algum bem. Esta prestação de auxílio restrita a saúde produz um contraste interessante ao observar as formas e os motivos pelos quais estes filhos solicitavam ajudas aos pais. As ajudas recebidas foram variadas desde recursos para comprar um automóvel e adquirir um imóvel próprio até pagamento de viagens e aquisição de vestuário.

4.8.1. Percepção dos pais aposentados e dos filhos sobre a falta de reembolso

Devido ao elevado número de aposentados que não cobraram reembolso dos filhos, nota-se que quando este era realizado, na maioria das vezes, era por iniciativa dos filhos. Este fato ocorreu em 100,0% (n=6) dos reembolsos realizados às mães e em 94,5% (n=52) dos reembolsos realizados aos pais. Estes resultados demonstram que os pais que cobraram os filhos obtiveram reembolso e a única mãe que cobrou reembolso não foi reembolsada, pois todos os reembolsos realizados às mães foram por iniciativa dos filhos.

Para os aposentados que não receberam reembolso foi perguntado se tinham conhecimento sobre os motivos de não receberem essa compensação. Os resultados são apresentados na Tabela 23.

Tabela 23 – Motivos pelos quais não ocorreu reembolso das ajudas na opinião dos aposentados. Viçosa-MG, 2012.

Motivos do não reembolso	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Falta de condições financeiras do filho	23	51,1	79	43,9
Reembolso desnecessário	10	22,2	38	21,1
Recusa do aposentado em aceitar	05	11,1	11	6,1
Acomodação do filho	04	8,9	11	6,1
Filho não tinha renda	03	6,7	19	10,6
Falta de cobrança pelos pais	00	0,0	20	11,1
Não sabia	00	0,0	02	1,1

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de vezes que os aposentados citaram cada motivo. O número de motivos é menor que as formas de ajudas oferecidas, pois um mesmo motivo serviu de justificativa para a falta de reembolso de diversas ajudas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Aos filhos que não reembolsaram as ajudas recebidas, foi perguntado qual o motivo para não terem ressarcido os pais. Os resultados encontram-se na Tabela 24.

Tabela 24 – Motivos pelos quais os filhos não realizaram o reembolso aos pais. Viçosa-MG, 2012.

Motivos	Frequência	
	N	%
Falta de cobrança pelos pais	54	38,3
Reembolso desnecessário	46	32,6
Não tinha renda	23	16,3
Falta de condições financeiras do filho	22	15,6
Obrigação dos pais	20	14,2
Possível recusa dos pais em aceitar (filhos nunca ofereceram)	18	12,8
Ajuda como presente	13	9,2
Recusa dos pais em aceitar (filhos ofereceram reembolso)	12	8,5
Não percebia como d�vida (empréstimo de imóvel)	11	7,8
Não percebia que gerava gastos (funcional-afetiva)	03	2,1

Observa o: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número total de vezes que os filhos citaram cada motivo.

Fonte: Dados da pesquisa.

O motivo mais citado pelos filhos para não reembolsar os pais foi a falta de cobrança dos pais. Entretanto, contrapondo este resultado com os motivos citados pelos pais, a falta de condi es financeiras foi o principal motivo pelo qual os filhos não os reembolsaram. No entanto esta foi a razão menos citada pelos filhos (15,6% - n=22).

Vale ressaltar que, neste contexto, a falta de condi es financeiras   diferente de não ter renda. Quando foi dito que os filhos não tinham renda, significava que eles não tinham rendimentos próprios para reembolsar os pais. Já quando a justificativa era a falta de condi es financeiras, isto queria dizer que os filhos possuíam rendimentos mensais, mas não tinham condi es de desembolsar uma parte destes para pagar os pais. Na realidade a falta de condi es financeiras   subjetiva, pois depende das necessidades, desejos e prioridades dos indivíduos. Pelo relato do filho 116   possível perceber esta situa o:

“Assim, se eu fosse para pagar ao p  da letra, eu acho que eu conseguiria sim.  s vezes evitaria de ter umas coisas, uns luxos, deixaria de comprar certas coisas para poder arcar com o meu compromisso com ela. Mas como ela não me aperta eu pago o que d  (risos)”.

(Filho 116, casado, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** em dinheiro. **Reembolso realizado:** uma parte da ajuda em dinheiro).

Este filho alegou não ter condições financeiras para ressarcir a mãe, porém ele mesmo concluiu que teria meios para fazê-lo, mas para isso teria que se sacrificar de alguma forma. A seguir, apresentam-se os relatos de alguns filhos quando questionados sobre os motivos de não ressarcir os pais:

“Se eu oferecesse para pagar o plano eu acho que ela aceitaria, mas eu não ofereço para pagar porque eu não pedi para ela começar a pagar. Então eu deixo por conta dela mesmo. Ela não cobra também”.

(Filha 125, casada, mãe de 1 filho, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** pagamento de plano de saúde da filha e do neto; pagamento de festa de casamento. **Reembolso realizado:** valor do próprio plano de saúde).

“Eu poderia contribuir, até que eu teria como pagar as contas tipo de luz e água, mas pai não cobra. É pura acomodação minha (risos)”.

(Filho 126, solteiro, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 87:** sustento por meio de coabitação. **Nenhum reembolso realizado**).

“Porque já que ele paga para que eu vou oferecer? Não é à toa que eu moro com ele ainda (risos). Aí eu guardo o meu dinheiro, é bom que sobra mais para mim!”.

(Filho 41, solteiro, sem filhos, renda de 5 a 7 salários mínimos. **Ajuda recebida dos aposentados 29 e 52:** sustento por meio de coabitação; em dinheiro. **Reembolso realizado somente para o pai:** uma parte da ajuda em dinheiro para abrir um negócio próprio).

Novamente, nessas falas, percebe-se a acomodação vivenciada por esses filhos, pois mesmo tendo consciência de que teriam condições financeiras para pagar os pais ou contribuir para o pagamento das despesas do lar, tornando-se mais independentes, preferiam não fazê-lo.

Apenas os pais disseram que não receberam reembolso porque não cobraram os filhos. Assim, pode-se considerar que estes filhos são acomodados, pois não tiveram a iniciativa de oferecer reembolso. Nestes casos, os aposentados também deixaram claro que estes filhos tinham condições financeiras para a realização do reembolso. O relato a seguir confirma esta situação:

“Eu não cobro. Se eu cobrar até que ele paga (risos). Mas eu não cobro não porque acho muito ruim cobrar filho”.

(Aposentado 35, casado, pai de 4 filhos, ajudava apenas 2. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para os 2 filhos; sustento de 1 filho por meio de coabitação; compra de automóvel para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

Um fato que chamou a atenção foi que os próprios aposentados, 8,9% (n=4) das mulheres e 6,1% (n=11) dos homens, afirmaram que, na opinião deles, o motivo de não receberem reembolso era a acomodação dos filhos. Os relatos seguintes exemplificam esta situação:

Entrevistada: “Não. Ele nunca me pagou. Porque ele nunca teve e o que ele já ganhou ainda é insuficiente. Ou é falta de responsabilidade dele, né? Ele é muito acomodado. Eu acho que os meninos de hoje não são preparados para esse tipo de coisa não. Ou melhor, eu não preparei, sabe?”.

Pesquisadora: “Não são preparados para o que?”

Entrevistada: “Para mexer com dinheiro, para guardar o que ganha e não gastar tudo. Eu me lembro que a última coisa que o meu pai me deu foi um vestido aos 13 anos. Depois disso eu tive que comprar com o meu dinheiro, que eu já trabalhava (risos)”.

(Aposentada 79, casada, mãe de 1 filho. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde; compra de automóvel; compra de móveis e eletrodomésticos; pagamento de faculdade e pós-graduação particular. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu acho assim, como ele é médico, ele ganha bem, você entendeu? Ele ganha mais do que eu! (risos). Mas ele gosta de ser dependente, e o dinheiro dele é só para ele andar, passear. É lógico que é mais cômodo para ele. Ele é terrível, ele é impossível! (risos)”.

(Aposentada 56, casada, mãe de 3 filhos, ajudava apenas 1. **Ajuda oferecida:** em dinheiro. **Nenhum reembolso recebido**).

“Aqui é o seguinte, aqui se a gente falar isso aí vai começar a ferver a briga porque a ignorância é demais. Eu nunca falei não. O menino principalmente se falar com ele, ele já joga em cima de mim direto: ‘as meninas também não ajudam, como é que vai ficar isso aí? Só eu que vou ajudar?’ É complicado, menina. Porque ele como homem tinha que ajudar em casa. Isso é coisa de homem. Ele quer que eu cobre as meninas, mas as meninas eu não vou cobrar. Ele que é homem com barba na cara, né? Mas, não eles querem viver às minhas custas o resto da vida. Eles gostam de ficar aqui porque aqui eles não têm gasto, sabe como é que é?”

(Aposentado 25, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** sustento dos 3 filhos por meio de coabitação; empréstimo de automóvel para os 3 filhos. **Nenhum reembolso recebido**).

O último relato mostrou a diferença de expectativas em relação à responsabilidade dos filhos, considerando o gênero. Pai de um homem e duas mulheres, este aposentado sentia-se incomodado apenas com a ausência de reembolso pelo filho, pois, na opinião expressada por ele, são os homens que devem arcar com as despesas e prover o sustento da família.

O segundo motivo mais citado para a não realização do reembolso, tanto na opinião dos aposentados quanto dos filhos, foi a falta de necessidade. Os aposentados relataram que não era necessário que os filhos os reembolsassem: 11,1% (n=5) das mães e 6,1% (n=11) dos pais mencionaram que os filhos ofereceram reembolso, porém estes não aceitaram. O relato a seguir ilustra este resultado:

“Olha, a parte médica, o plano de saúde, eles já me ofereceram muitas vezes para querer pagar. Mas eu acho que é mínimo que a gente pode fazer, sabe? Pelo menos isso. Porque não está me atrapalhando em nada. Porque se eu não pudesse, eu até aceitaria”.

(Aposentado 84, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 3 filhos e 2 netos; pagamento de festa de casamento de 2 filhas; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

A consideração de que o reembolso era desnecessário foi mais expressiva entre os filhos, como pode ser exemplificado nos seguintes relatos:

“Eu não ajudo porque não tem porque ajudar. Meu pai é aposentado e minha mãe faz uns ‘bicos’. Não há necessidade, não tem porque ajudar, eles não passam necessidade. O dinheiro dele, graças a Deus, dá para pagar e ele ainda junta um pouquinho para ele”.

(Filho 36, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 25:** sustento por meio de coabitação. **Nenhum reembolso realizado**).

Entrevistado: “Não precisa. Eu já cheguei a ajudar, mas parei. Comprava um gás, pagava açougue, uma conta de luz. Mas parei”.

Pesquisadora: “Mas porque você parou?”

Entrevistado: “Parei do nada, *uai!* (risos). Tinha que parar mesmo. O dinheiro do meu pai é suficiente, vou ficar gastando o meu para que? Fico fazendo papel de bobo”.

(Filho 100, solteiro, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 77:** sustento por meio de coabitação. **Nenhum reembolso realizado**).

Estes filhos demonstraram tranquilidade com relação à falta de reembolso, pois estavam certos de que não fazia falta para os pais. A questão da ajuda como obrigação dos pais também foi citada para justificar a falta de reembolso:

“Não, reembolsei não (risos). Ah, eu acho que eu sou filha dele, a gente tem essa cultura e desde pequena ele pagou tudo para gente, então, ele paga isso como se fosse uma obrigação com os próprios filhos. Sei lá, pai e mãe é uma coisa para vida inteira, né?”

(Filha 114, casada, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 84:** pagamento de plano de saúde; pagamento

de festa de casamento; fornecimento de refeições diárias. **Nenhum reembolso realizado**).

“Eu acho que a festa de casamento tem aquele negócio de que o pai da noiva que paga a festa. Tem um pouco desse negócio de cultura”.

(Filha 115, casada, mãe de 2 filhos, renda de 7 a 9 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 84:** pagamento de plano de saúde da filha e dos 2 netos, pagamento da festa de casamento. **Nenhum reembolso realizado**).

Quanto à recusa por parte dos pais em receber o reembolso, os filhos apresentaram duas situações diferentes: 12,8% (n=18) dos filhos imaginavam que os pais não aceitariam o ressarcimento e por isso não o ofereciam e 8,5% (n=12) destes alegaram ter oferecido reembolso aos pais, todavia estes não aceitaram. Os relatos a seguir exemplificam estas afirmações:

Entrevistado: “Não sobra nada no fim do mês para eu oferecer para ele, né? (risos) Acho também que ele não pegaria”.

Pesquisadora: “Mas você já ofereceu e ele não aceitou?”

Entrevistado: “Não, eu só imagino que ele não vai aceitar (risos)”.

(Filho 99, casado, sem filhos, sem renda. **Ajuda recebida do aposentado 62:** empréstimo de imóvel. **Nenhum reembolso realizado**).

“Eu não sei bem os valores do plano de saúde. Eu já perguntei e ele não fala porque ele não quer falar para eu não querer pagar (risos). Eu já ofereci diversas vezes para pagar o plano de saúde, mas ele não quis receber (risos)”.

(Filha 115, casada, mãe de 2 filhos, renda de 7 a 9 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 84:** pagamento de plano de saúde da filha e dos 2 netos, pagamento da festa de casamento. **Nenhum reembolso realizado**).

Algumas ajudas, por terem sido consideradas como presentes, não despertaram em 9,2% (n=13) dos filhos necessidade de ressarcir os pais. É importante observar uma característica que estava implícita em quase todos os motivos citados: se o filho não percebia a solidariedade como uma dívida, ele não se dispunha a reembolsar. Esta situação foi observada nos relatos dos filhos 68 e 41:

“Não. Nunca porque é isso que eu te falei, ele faz para agradar, ele dá como presente. Acho que seria ridículo (risos) eu tentar pagar ele por alguma coisa. Você sabe quanto o meu pai ganha por mês? (risos) Ele não te falou, aposto! Não que eu não ganhe bem, eu poderia pagar, mas não é o caso”.

(Filha 68, casada, mãe de 1 filho, renda de 9 a 11 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 55:** compra de automóvel; pagamento de viagens. **Nenhum reembolso realizado**).

“Eu acerto as minhas contas direitinho com ele, o que eu devo eu pago. O dinheiro para a compra da farmácia eu estou pagando direitinho. (...) Mas das despesas da casa eu acho assim, eu moro lá, e ele não me cobra, ele nunca me cobrou, ele nunca falou nada sobre isso comigo. Eu também não ofereci”.

(Filho 41, solteiro, sem filhos, renda de 5 a 7 salários mínimos. **Ajuda recebida dos aposentados 29 e 52:** sustento por meio de coabitação; em dinheiro. **Reembolso realizado somente para o pai:** uma parte da ajuda em dinheiro para abrir um negócio próprio).

O filho 41 demonstrou uma sensação de dívida com relação à ajuda em dinheiro prestada pelo pai para a abertura de negócio próprio, sendo assim ele deixou claro que estava reembolsando. Porém, em relação ao sustento por meio de coabitação, a percepção desse filho é modificada, ficando a ajuda considerada uma obrigação, que não se qualificava como dívida, logo o isentava de reembolso.

Por isso, foi identificado um elevado número de reembolso quando se tratava de ajuda em dinheiro proveniente de empréstimos bancários. Estas situações atribuíam mais claramente o caráter de dívida à ajuda, pois o idoso tinha que fazer pagamentos mensais à instituição bancária. A falta de reembolso, principalmente dos recursos oriundos de empréstimos bancários, pode levar a um comprometimento significativo da renda do idoso, diminuindo sua qualidade de vida e aumentando o processo de endividamento dos mesmos.

Os empréstimos de imóveis não foram considerados pelos filhos como uma dívida ou algo pelo qual necessitassem reembolsar os pais. Da mesma forma, não percebiam que as ajudas funcional-afetivas, como cuidados diários com os netos e responsabilidade com as despesas de deslocamento para escola geravam gastos para quem oferecia.

Percebeu-se no decorrer das entrevistas uma grande segurança por parte dos filhos de que os pais sempre poderiam ajudá-los no que fosse preciso e da forma como fosse necessário. Assim, para os filhos criou-se uma ilusão de que o dinheiro dos pais estava “sobrando” como relatou o filho 116:

“O dinheiro da minha mãe sobra, ela tem uma aposentadoria ela tem pouco gasto. Às vezes ela inventa coisa para poder gastar o dinheiro. E já que está sobrando eu pego com ela”.

(Filho 116, casado, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** em dinheiro. **Reembolso realizado:** uma parte da ajuda em dinheiro).

Entretanto, momentos depois o próprio filho contou que a mãe também fazia empréstimos bancários:

“Porque às vezes ela já está pagando um empréstimo que ela fez para ela e não vai conseguir pagar o meu, então ela já fala para eu pagar, e quando ela cobra eu pago. Porque vai que da próxima vez ela não me empresta mais (risos)”.

(Filho 116, casado, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** em dinheiro. **Reembolso realizado:** uma parte da ajuda em dinheiro).

Esta segurança financeira passada dos pais para os filhos fazia com que estes filhos não percebessem a realidade na qual os pais e mães estavam inseridos. Neste ponto, também é necessário recordar a postura adotada pela aposentada 19, que omitia para os filhos que fazia empréstimos bancários, deixando-os acreditar que as ajudas eram provenientes de reservas pessoais. Assim, os filhos não a reembolsavam, pois ficavam seguros de que aquele dinheiro não faria falta à mãe:

“Eles não sabem que eu peguei o empréstimo no banco. Por favor, quando você for entrevistar eles não é para contar. Eu estou te falando para que você saiba para sua pesquisa, para que você saiba que eu não tinha esse dinheiro. Eu vi que eles precisavam e fui pegar sem que eles soubessem que eu estava pegando. Peguei R\$10.000,00 uma vez e R\$5.000,00 em uma outra. Eles acham que esse dinheiro era de uma poupança minha. Por isso eles não se preocupam em me pagar, eles acham que era um dinheiro que estava parado”.

(Aposentada 19, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de despesas alimentícias (supermercado) para os 3 filhos; pagamento de plano de saúde para 3 netos; fornecimento de refeições diárias para 1 filha; cuidados diários com 3 netos para 2 filhos e os respectivos cônjuges trabalharem; pagamento de parte da construção da casa própria de 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Ela tem umas economias guardadas, daí quando a gente precisa ela ajuda. (...) Me sinto tranquila sabendo que posso contar com ela. (...) Não devolvo nada não, mesmo porque era um dinheiro que estava parado lá mesmo, para alguma necessidade. Ela também não cobra nada”.

(Filha 20, casada, mãe de 1 filho, renda de menos de 1 salário mínimo. **Ajuda recebida da aposentada 19:** em dinheiro, pagamento de despesas com medicamentos. **Nenhum reembolso realizado**).

Outra situação percebida era a segurança de que os pais estariam disponíveis para ajudar os filhos eternamente, desconsiderando o fato de que eram idosos com idade igual ou superior a 60 anos. Este fato pode ser evidenciado no relato da filha 114:

“Não, reembolsei não (risos). Ah, eu acho que eu sou filha dele, a gente tem essa cultura e desde pequena ele pagou tudo para gente, então, ele paga isso como se fosse uma obrigação com os próprios filhos. Sei lá, **pai e mãe é uma coisa para vida inteira, né?**”

(Filha 114, casada, sem filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 84:** pagamento de plano de saúde; pagamento de festa de casamento; fornecimento de refeições diárias. **Nenhum reembolso realizado**).

De acordo com a ideia do seguro-velhice (LILLARD; WILLIS apud SAAD, 2004) os filhos representariam a possibilidade de segurança dos pais ao ficarem mais velhos, assim os aposentados entrevistados se mostraram esperançosos com relação às ajudas futuras oferecidas pelos filhos. No entanto, os filhos acreditavam que mesmo no futuro ainda continuariam sendo ajudados pelos pais. Essa crença de que poderão continuar sendo ajudados no futuro também pode estar sendo influenciada por acreditarem que os pais possuíam uma condição financeira estável e que os rendimentos eram suficientes para que eles mantivessem o próprio sustento e ainda fornecessem ajuda financeira aos filhos.

Ainda procurando identificar como eram tomadas as decisões acerca do reembolso, buscou-se verificar se o gênero do idoso influenciava nessa decisão por parte dos filhos. Para isso, os filhos ajudados pelo pai foram questionados se a decisão sobre o reembolso seria a mesma, caso esta ajuda tivesse sido ofertada pela mãe. Dentre os 110 filhos que receberam ajuda dos pais, 93,6% (n=103) afirmaram que se fosse a mãe teriam o mesmo comportamento com relação a reembolsar ou não. Porém, 6,4% (n=7) afirmaram que se fosse a mãe que tivesse oferecido a ajuda, eles não teriam realizado reembolsos. Os relatos a seguir exemplificam esta situação:

“Olha, eu acho que a minha mãe, por ser mãe, deixaria *para lá* (risos). Com mãe é diferente, mãe é mãe, né? Então, eu acho que com ela eu não ia precisar pagar não. Ela é mais tranquila com isso, mãe é mais carinho, não fica pensando em pagamento da gente. Por isso eu não pagaria. Pai é mais chato com essas coisas (risos)”.

(Filho 71, casado, sem filhos, renda de 5 a 7 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 21:** em dinheiro; pagamento de plano de saúde; pagamento de festa de casamento. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

Aos filhos ajudados pelas mães foi questionado se agiriam da mesma forma caso a ajuda tivesse sido oferecida pelo pai. Dentre os 31 filhos que receberam ajuda das mães, 45,2% (n=14) responderam que não, afirmando que se a ajuda fosse oferecida pelo pai eles reembolsariam. Esta afirmação pode ser ilustrada pelas falas a seguir:

“Se fosse com meu pai eu acho que eu ia ter que pagar mais severamente (risos). Porque meu pai é um pouco mais sério com as coisas. Ele me apertaria mais (risos). Por isso eu pego com a minha mãe, se der para pagar está bom e se não der ela não reclama muito”.
(Filho 116, casado, sem filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88**: em dinheiro. **Reembolso realizado**: uma parte da ajuda em dinheiro).

Essas falas revelam que os filhos que reembolsaram os pais não reembolsariam a mãe. Já os filhos que não ofereceram reembolso para as mães, se tivessem sido ajudados pelos pais teriam que reembolsá-los. Percebe-se que o gênero do aposentado influenciou na decisão do filho sobre o reembolso, o qual reforça as conclusões de Oliveira e Silva (2012) quanto à percepção dos filhos em relação à dívida assumida junto a seus pais e mães.

Observou-se, no decorrer das entrevistas, a significativa frequência dos fatores culturais influenciando as transferências entre pais e filhos, particularmente quando estes não consideravam a existência das ajudas, pois as classificavam como obrigações inerentes ao papel de pai e mãe, ou quando expressavam sentimentos de acomodação e despreocupação com a busca pela independência financeira. Destacaram-se também as situações em que os filhos solicitavam a ajuda financeira às mães, mesmo quando estas não possuíam rendimentos.

Considerando estes aspectos, era esperado que os fatores culturais influenciassem também os reembolsos, pois os homens e mulheres entrevistados nesta pesquisa eram maiores de 60 anos, cresceram em meados do século passado e foram educados de formas diferentes de acordo com o gênero. De acordo com esta educação diferenciada, cuidar e amparar incondicionalmente os filhos eram tarefas de responsabilidade das mulheres e aos pais era delegado o suprimento material-financeiro do lar (PASSOS, 1999). Além de cuidar e amparar os filhos, as aposentadas desta pesquisa, por meio de seus rendimentos mensais, também supriam as necessidades material-financeiras dos filhos. Assim, de acordo com as afirmações de Motta (2007) e Souto (1999) as mulheres idosas por meio de grandes esforços estão assumindo novos

papéis na família, encarregando-se dos provimentos de seus próprios lares, filhos e netos.

Os aspectos culturais presentes das falas dos filhos também sobressaíram, pois estes filhos consideravam que as mães contribuía mais facilmente e não cobravam reembolso. Esta afirmação pode ser exemplificada pelo relato a seguir:

“Mãe é que dá mais dinheiro, é mais fácil com ela (risos). Com ela é na hora, não agarra não. Eu peço, ela me arruma (risos)”.
(Filho 132, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos. **Ajuda recebida da aposentada 88:** em dinheiro; pagamento de plano de saúde do neto; empréstimo de imóvel. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

Segundo Oliveira e Silva (2011), as solidariedades familiares podem trazer impactos econômicos negativos para os idosos. Esta situação se agrava ao considerar o número elevado de filhos que mesmo possuindo rendimentos mensais não reembolsaram os pais.

Na presente pesquisa, 57,1% (n=12) das mulheres e 34,7% (n=26) dos homens, afirmaram ter deixado de fazer alguma coisa para ajudar os filhos. O fato de os custos de oportunidade terem sido apontados com maior frequência pelas mães já era esperado, visto que elas, comparadas aos homens, possuíam menores rendimentos e ofereceram mais ajudas em dinheiro proveniente de empréstimos bancários.

Porém, ao ajudar os filhos por meio de solidariedades material-financeiras, até os pais que disseram não ter tido nenhum custo de oportunidade podem ter deixado de fazer alguma coisa ou comprar algum bem para uso próprio. Este fato pode ser evidenciado no relato a seguir:

“Eu nunca fiz empréstimos para ajudar eles não. Para eles eu ajudo com meu dinheiro mesmo. Eu fiz empréstimo para me ajudar (risos). Vários empréstimos (risos)”.
(Aposentado 84, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 3 filhos e 2 netos; pagamento de festa de casamento de 2 filhas; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido).**

Pode-se inferir que o aposentado, ao prestar ajuda aos filhos, poderia ficar sem recursos para suprir suas próprias necessidades, tendo que recorrer a empréstimos bancários. Os aposentados relataram as mudanças que fizeram em suas vidas para ajudar os filhos e estes resultados são apresentados na Tabela 25.

Tabela 25 – Mudanças de planos realizadas pelos pais aposentados para ajudar os filhos. Viçosa-MG, 2012.

Os aposentados deixaram de:	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Viajar	04	17,4	10	26,3
Adquirir móveis e eletrodomésticos	04	17,4	10	26,3
Reformar o próprio imóvel	03	13,1	07	18,5
Adquirir automóvel	01	4,3	04	10,6
Adquirir itens de vestuário	03	13,1	01	2,6
Realizar compras à vista	02	8,7	01	2,6
Fazer tratamento odontológico	01	4,3	01	2,6
Ter conforto	01	4,3	00	0,0
Ter reservas pessoais (poupança)	01	4,3	00	0,0
Adquirir imóvel próprio	00	0,0	02	5,3
Usufruir de atividades de lazer em geral	00	0,0	01	2,6
Trocar de automóvel	02	8,7	01	2,6
Fazer tratamento estético	01	4,3	00	0,0
TOTAL	23	100,0	38	100,0

Observação: Dentre os entrevistados, duas mulheres e um homem revelaram ter deixado de fazer até 4 itens desta lista, por isso o número de custos de oportunidade é maior do que o número de entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Tabela 25 nota-se que 26,3% (n=10) dos homens e 17,4% (n=4) das mulheres que não receberam reembolso deixaram de viajar. O mesmo percentual deixou de adquirir móveis e eletrodomésticos novos, como por exemplo, televisão e geladeira. Deixar de fazer uma reforma da casa própria também foi bastante citado. A seguir apresentam-se algumas falas que revelam os custos de oportunidade dos pais:

“Eu deixei sim. Deixei de fazer muita coisa (risos). Comprar roupa, fazer umas reformas aqui em casa. Mas não deu pra fazer. Mas então é assim, os pais dão prioridade aos filhos, com certeza! (risos)”.

(Aposentada 39, casada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 netos que moravam com ela (detentora da guarda); pagamento de festa de casamento e formatura de 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“Ah sim! Tranquilamente. Já tive várias férias que eu deixei de viajar. Você está vendo aí, a minha televisãozinha pequenininha. Eu gostaria de ter uma maior”.

(Aposentado 47, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para os 3 filhos. **Reembolso recebido:** total das ajudas em dinheiro de 2 filhos).

“Claro! Tive que deixar de comprar móveis para casa e até vestuário mesmo. Tudo isso eu deixei de lado para ajudá-lo. Mas ele não sabe disso porque eu não falo (risos)”.

(Aposentada 8, divorciada, mãe de 1 filho. **Ajuda oferecida:** em dinheiro, fornecimento de refeições diárias para o filho e a cônjuge; cuidados diários com 1 neto para filho e nora trabalharem; lavagem de roupa. **Nenhum reembolso recebido**).

“É claro! Praticamente é uma economia básica, de restaurante, uma churrasceria que não dá para ir sempre, de passeios, né? Essas coisas assim que eu tive que deixar de fazer. O lazer, né? Alguns lazeres”.

(Aposentado 57, casado, pai de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** aquisição de móveis e eletrodomésticos para 1 filha; pagamento de festa de formatura para as 2 filhas; pagamento de festa de casamento para 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“Muito, muito, muito. A vida toda. Já deixei de viajar, comprar roupas. A gente sempre deixa de fazer alguma coisa. Mas vale muito a pena”.

(Aposentada 78, divorciada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** sustento das 2 filhas por meio de coabitação; pagamento de festa de formatura para as 2 filhas; empréstimo de automóvel para as 2 filhas. **Nenhum reembolso recebido**).

“Deixei de fazer tudo, tudo que eu sonhei, principalmente viajar. Eu queria fazer um tratamento para emagrecer mas eu não posso, entendeu? Eu não posso. Comprar dessas televisões que todo mundo tem e eu não tenho, de 40 polegadas, sabe? Trocar os móveis, tudo! (risos). Para mim, primeiro é ele, depois eu”.

(Aposentada 79, casada, mãe de 1 filho. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde; compra de automóvel; compra de móveis e eletrodomésticos; pagamento de faculdade e pós-graduação particular. **Nenhum reembolso recebido**).

“Já deixei de fazer sim, mas é normal, né? (risos). Por exemplo, a geladeira. Muitas vezes eu já tive a oportunidade de comprar uma geladeira nova, mas às vezes eu precisava fazer qualquer outra coisa para eles, então não dava para comprar a geladeira. Mas eu tenho geladeira, viu? (risos). Mas só não é daquelas com água na porta igual a minha mulher queria, mas está bom (risos)”.

(Aposentado 97, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 filhos por meio de coabitação; pagamento de plano de saúde para 1 filho; em dinheiro para 1 filho; pagamento de festa de casamento para 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não deixei de comprar nada. Mas já deixei de comprar à vista, porque não tinha dinheiro, sabe? Aí, eu tinha que dividir no cartão”.

(Aposentada 2, viúva, mãe de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de despesas alimentícias para os 2 filhos. **Nenhum reembolso recebido**).

Estes relatos confirmam que os aposentados, em geral, diminuíram o próprio conforto e os momentos de lazer para proporcionar ajuda aos filhos. Além disso, três

deles relataram ter deixado de comprar à vista, pois os recursos estavam alocados nos interesses dos filhos e uma mulher confirmou que deixou de manter uma reserva pessoal para alguma emergência ou imprevisto. Os custos de oportunidade também envolveram tratamentos odontológicos e estéticos. Estes dados validam os resultados encontrados por Oliveira e Silva (2011), que indicaram que viajar e reformar a casa própria eram um dos principais custos de oportunidade das solidariedades aos filhos. Ademais, estas autoras também apontaram que 4,5% dos aposentados deixaram de fazer algum tipo de tratamento de saúde para oferecer suporte aos filhos, resultado semelhante ao encontrado na presente pesquisa.

O caso do aposentado 58 destacou-se entre os demais, pois este idoso, entre outras ajudas, realizou a compra de um automóvel para um de seus filhos, porém o próprio idoso não tinha automóvel:

Entrevistado: “Não que eu quisesse comprar, não que eu tivesse deixando de comprar por causa das dívidas deles. Mas o dinheiro que eu pago por mês para eles aqui dava para eu comprar um carro novo e muito bom (risos). Não que eu queira comprar esse carro, porque até agora eu passei sem ele”.

Pesquisadora: “O senhor não tem carro?”

Entrevistado: “Não. Não tenho não. Nunca tive. E para te falar a verdade agora eu nem ia pensar mais nisso. A gente já acostumou assim e agora que eu aposentei, está bom assim. Eu ia para o meu trabalho [na UFV] de bicicleta. Meu trabalho era de bicicleta para lá e para cá. Mas o carro faz falta sim”.

(Aposentado 58, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para 2 filhos e 1 neto; em dinheiro para 1 filha; empréstimo de imóvel para 1 filha; compra de automóvel para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Reembolso recebido:** uma parte do valor do automóvel de 1 filho).

Este relato resume a realidade vivida por estes aposentados que não receberam reembolso. Os idosos mantinham os filhos como prioridade no momento de alocação dos recursos, mesmo que para isso fosse necessário abdicar dos próprios desejos e necessidades.

É interessante promover o contraste entre os custos de oportunidade dos pais devido ao fornecimento de ajuda aos filhos e os motivos dos filhos para solicitar estas ajudas. Os pais contribuíram para os filhos adquirirem imóvel próprio, pagarem alguma dívida, fazerem tratamento de saúde, fazerem compras de vestuário, adquirirem móveis e eletrodomésticos, entre outros. Analisando os custos de oportunidade apresentados,

percebe-se que os pais proporcionavam aos filhos exatamente o que estavam deixando de fazer para si mesmos.

A estes aposentados foi questionado sobre como se sentiam não recebendo reembolso pelas ajudas oferecidas aos filhos, uma vez que a abordagem de equidade propõe que possíveis desequilíbrios na troca de recursos entre indivíduos podem apresentar consequências psicológicas. Rook apud Leal (2006) comentou que dar mais do que receber leva a sentimentos de injustiça e ressentimento. Porém, não se percebe entre os aposentados sentimentos de injustiça e ressentimento; pelo contrário, eles se mostraram prestativos com relação aos filhos, mesmo os que se declaram frustrados e insatisfeitos.

Entre os entrevistados, 85,7% (n=18) das mulheres e 93,3% dos homens afirmaram se sentir satisfeitos e felizes mesmo não tendo recebido reembolso. Estes resultados podem ser ilustrados nos seguintes relatos:

“A gente é muito honesto. A nossa vida é assim. Quem pode está sempre ajudando, está sempre em condições de fazer as coisas por outro. Nós estamos juntos. Graças a Deus!”

(Aposentada 46, solteira, mãe de uma filha. **Ajuda oferecida:** pagamento de faculdade particular. **Nenhum reembolso recebido**).

“Não tem importância. Eu me sentiria ofendida caso elas quisessem me pagar (risos)”.

(Aposentada 39, casada, mãe de 2 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 netos que moravam com ela – detentora da guarda; pagamento de festa de casamento e formatura de 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu não me importo e enquanto eu puder, eu vou continuar fazendo tudo por eles”.

(Aposentada 52, casada, mãe de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** lavagem de roupa para 1 filho; sustento de 1 filho por meio de coabitação; cuidados diários com 1 neto para filha e genro trabalharem. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu fico feliz. Se a gente pode fazer as coisas para os outros, porque não fazer?”

(Aposentado 59, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para 2 filhos e 2 netos; em dinheiro para os 3 filhos; empréstimo de imóvel para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Eu faço questão de ajudar e fico muito feliz com isso. Eu acho que esse é o mínimo que eu posso fazer a vida inteira. Meus filhos eu ajudo porque eu quero”.

(Aposentada 63, casada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 3 filhos; em dinheiro para 1 filha; sustento de 1 filho por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

“Fico satisfeito de ajudar. Se eu pudesse ajudar mais eu ajudava, mas não está tendo jeito. O que eu pude fazer para eles eu fiz”.

(Aposentado 90, casado, pai de 5 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para 1 filho; empréstimo de imóvel para 1 filho; fornecimento de refeições diárias para 1 filho e 2 netos; pagamento de festa de casamento de 1 filha; pagamento de reparos de veículo de 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 filha; sustento de 1 filha por meio de coabitação. **Nenhum reembolso recebido**).

De acordo com Chibucos et al. (2005), os indivíduos que percebem a reciprocidade em seus relacionamentos sociais mais provavelmente se sentem satisfeitos e mantêm tais relacionamentos. Neste estudo, a percepção de reciprocidade foi pequena e o número de reembolso pouco expressivo, porém, como lembrado por Woortman apud Almeida (1998), a reciprocidade não segue imediatamente à prestação inicial, seria mais como um crédito a ser utilizado, posteriormente, quando necessário.

Esta relação, denominada de sistema de crédito, está intimamente ligada ao seguro-velhice, uma vez que este consiste em uma forma implícita de os idosos investirem em seus filhos por meio de transferências funcional-afetivas e material-financeiras com a expectativa de compensações futuras. Assim, estes aposentados estavam satisfeitos por ajudar os filhos, mesmo sem receber reembolso imediato, acreditando que o reembolso seria realizado no momento em que eles precisassem.

Os idosos altruístas, como visto anteriormente, ajudavam sem esperar retorno. Apenas o fato de auxiliar os filhos já era suficiente para que estes aposentados se sentissem satisfeitos e felizes. Neste ponto deve-se relembrar o conceito de recompensas definido por Nye apud Almeida (1998), como sendo “prazeres, satisfações e gratificações de que a pessoa desfruta”. As falas dos aposentados indicam que, apesar de não serem reembolsados financeiramente pelos filhos, eles se sentiam satisfeitos em ajudar, demonstrando prazer em perceber que a situação do filho melhorou.

Outros aposentados se sentiam bem mesmo não recebendo reembolso, pois ajudando os filhos se sentiam úteis. Estes casos podem ser exemplificados pelos relatos a seguir:

“Nem penso nisso, porque é como eu te falei é quase como arrancar deles a necessidade. Porque eles não têm. Nunca passou isso na minha cabeça. Eu tento ajudá-los mesmo com o coração. Eu prefiro me sentir útil”.

(Aposentada 19, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de despesas alimentícias (supermercado) para os 3 filhos; pagamento de plano de saúde para 3 netos; fornecimento de refeições diárias para 1 filha; cuidados diários com 3 netos para 2 filhos e os respectivos cônjuges trabalharem; pagamento de parte da construção da casa própria de 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

“Quando eu ajudo, eu fico feliz e me sinto mais próximo deles. Me sinto útil para eles ainda, porque hoje eles já não dependem de mim mais”.

(Aposentado 55, casado, pai de 2 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de plano de saúde para os 2 filhos e 1 neto; em dinheiro para todos os 2 filhos; fornecimento de refeições diárias para 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

Em se tratando dos aposentados que se sentiam frustrados e insatisfeitos, 14,3% (n=3) eram mulheres e 6,7% (n=5) eram homens. Estes sentimentos eram gerados pela preocupação com a falta de responsabilidade do filho perante as finanças pessoais, como pode ser observado a seguir:

“Eu não ligo para isso, mas fico um pouco chateado. Eu gostaria, por exemplo, que ela me oferecesse um dinheiro, sabe? Não pelo dinheiro é claro! Mas para eu ficar mais tranquilo sabendo que elas são responsáveis e para eu poder ver onde elas estão colocando o dinheiro delas. Se elas me oferecessem eu saberia que elas estão controladas”.

(Aposentado 26, casado, pai de 3 filhas, ajudava todas. **Ajuda oferecida:** sustento de 2 filhas por meio de coabitação; pagamento de festa de casamento de 1 filha. **Nenhum reembolso recebido**).

“Na verdade eu não vou te falar que eu fico feliz por isso não. Porque eu queria mesmo que eles ganhassem a independência financeira também. Eu acho que eles vão se sentir muito bem. Porque eles todos, todos três, estão em busca, são trabalhadores”.

(Aposentada 19, divorciada, mãe de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** pagamento de despesas alimentícias (supermercado) para os 3 filhos; pagamento de plano de saúde para 3 netos; fornecimento de refeições diárias para 1 filha; cuidados diários com 3 netos para 2 filhos e os respectivos cônjuges trabalharem; pagamento de parte da construção da casa própria de 1 filho. **Nenhum reembolso recebido**).

Estes resultados foram semelhantes aos expressados anteriormente pelos aposentados quando foi perguntado a respeito de como se sentiam ajudando os filhos. A sua insatisfação estava relacionada ao desejo que os filhos tivessem capacidade e responsabilidade de se manterem com os próprios rendimentos.

Buscou-se saber também como os filhos se sentiam na situação de não terem realizado o reembolso das ajudas recebidas. As respostas estão dispostas na Tabela 26.

Tabela 26 – Sentimentos dos filhos com relação à falta de reembolso das ajudas recebidas. Viçosa-MG, 2012.

Sentimentos	Frequência	
	N	%
Satisfeito	30	25,4
"Normal" (acomodado)	56	47,5
Constrangido (gostaria de ser independente)	13	11,0
Agradecido	08	6,8
Constrangido (gostaria de ajudar os pais)	06	5,1
Seguro	02	1,7
Constrangido (preocupação com a situação financeira dos pais)	02	1,7
Mal (gostaria de ter imóvel próprio)	01	0,8
TOTAL	118	100,0

Observação: Para o cálculo dos percentuais foi considerado o número de filhos que não realizaram algum tipo de reembolso, ou seja, 118 filhos. Neste caso, cada filho citou apenas um sentimento.

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma geral, os sentimentos com relação ao não reembolso foram semelhantes aos sentimentos com relação ao recebimento de ajuda. A maioria dos filhos se sentia “normal” seguido dos que se sentiam satisfeitos. O único sentimento diferente expressado aqui foi o do filho que se sentia mal por não ter um imóvel próprio, morando em um imóvel emprestado pelo pai. Vale ressaltar o relato da filha 84:

“Eu me sinto bem. Eu acho que a vida é uma troca. Ele faz para mim, eu faço para o meu filho. Eu acho que é o curso natural da vida. É essa coisa de pai e filho mesmo. É bem família mesmo, é uma troca. Não é uma relação comercial, é uma coisa natural de família. Eu acho que não tem quem sai perdendo ou ganhando. Acho que não existe nenhum tipo de exploração de nenhum lado. Eu sou ajudado pelo meu pai hoje e vou ajudar os meus filhos amanhã”.

(Filha 84, casada, mãe de 1 filho, renda de 3 a 5 salários mínimos. **Ajuda recebida do aposentado 61:** em dinheiro; pagamento de contas domésticas (água, luz, telefone); pagamento de escola particular para o neto; empréstimo de imóvel. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

Essa filha coloca em discussão a percepção de reciprocidade. Segundo a teoria das trocas sociais, os indivíduos se sentem satisfeitos quando percebem níveis relativamente balanceados de reciprocidade em uma troca social (CHIBUCOS et al.,

2005). Neste caso, a filha percebe a reciprocidade entre as gerações e não exatamente entre ele e o próprio pai que lhe ofereceu a ajuda. Na opinião deste entrevistado a retribuição será feita sempre para a geração seguinte, de modo que o pai ajuda o filho que posteriormente ajudará os futuros filhos.

Por fim perguntou-se aos pais se a relação com os filhos ajudados e com o restante da família sofreu alguma mudança devido à falta de reembolso. A maioria das mães alegou manter uma relação boa e tranquila com os filhos ajudados, entretanto alguns pais revelaram ter uma relação difícil e tumultuada com os filhos justamente por causa da falta de reembolsos, conforme os relatos que seguem:

“Não é muito boa não. Inclusive com meu filho eu não falo com ele. Ele não quer saber de ajudar em casa. Quando ele começou a trabalhar, há uns 10 anos atrás eu falei para ele que ele tinha que ajudar em casa, porque é obrigação do homem, e homem em casa é só eu e ele. Mas ele não me deu confiança. E a minha menina também, fui conversar com ela um dia ela gritou mais alto que eu. Eu fiquei com muita raiva e se eu não tivesse com o pé tão doendo eu tinha dado até uns tapas aqui. É coisa feia porque ela tem 26 anos. Mas é assim, se falar alguma coisa com eles, eles viram uns marimbondos. Meus filhos a gente vai conversar com eles, eles querem gritar mais alto que a gente. É até sem jeito a família. Fica ruim e a minha mulher ainda defende eles”.

(Aposentado 25, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** sustento dos 3 filhos por meio de coabitação; empréstimo de automóvel para os 3 filhos. **Nenhum reembolso recebido**).

“Os [filhos] mais velhos brigam, menina! Porque não queriam que eu fizesse a dívida para o outro mais novo. Mas eu, como mãe, e vendo ele passando essa dificuldade, a gente fica angustiada e não sabe o que fazer. Ele teve muito prejuízo com o negócio dele. Os outros ficam bravos porque eu ajudo ele. Aí tem aquela confusão, aquele bate boca. Porque eles ficam preocupados com os empréstimos que eu estou pagando, se eu estou ‘passando falta’. Então, eu pego o dinheiro no banco para passar para ele sem deixar os outros ficarem sabendo, entendeu?”.

(Aposentada 18, viúva, mãe de 7 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** em dinheiro para todos os filhos; empréstimo de imóvel para 4 filhos; fornecimento de refeições diárias para 2 filhos e 1 neto e 1 nora; pagamento de viagens para 2 filhos. **Reembolso recebido:** total da ajuda em dinheiro de 1 filho).

“As minhas filhas não concordam comigo. Elas não concordam com as coisas. Elas acham que eu deveria cobrar mais dele, deixar ele passar uns apertos para aprender a ter responsabilidade e que ele não dá valor ao meu esforço. Mas é difícil negar as coisas para os filhos. Mas realmente ele não tem responsabilidade”.

(Aposentado 36, casado, pai de 3 filhos, ajudava todos. **Ajuda oferecida:** aquisição de móveis e eletrodomésticos para 1 filha; pagamento de pós-graduação para 1 filha; compra de automóvel para 1

filho; sustento por meio de transferências financeiras mensais para 1 filho que residia em outra cidade; pagamento de faculdade particular para 1 filho; pagamento de plano de saúde para 1 filho. **Reembolso recebido:** total da ajuda em dinheiro de 1 filho).

Nestas falas, percebe-se que a falta de reembolso provocava desentendimentos entre os familiares, mais precisamente entre os filhos e os idosos que ofereceram as ajudas. É possível perceber também a preocupação entre os irmãos com os impactos destas ajudas na vida de seus respectivos pais.

Com relação à aposentada 18, os desentendimentos eram gerados porque os filhos mais velhos preocupavam-se em realizar reembolso à mãe pelas ajudas e se sentiam incomodados pelo filho caçula não ter o mesmo comportamento. Essa aposentada, com o objetivo de não causar brigas entre os filhos, revelou que às vezes ajudava o caçula evitando que os outros filhos soubessem, numa tentativa de “protegê-lo” dos irmãos. Com essa mesma finalidade de “proteção” a idosa não forneceu os contatos como, endereço e telefone, do filho caçula, além de afirmar após a entrevista que não gostaria que ele fosse entrevistado.

Sobre os relacionamentos familiares, primeiramente questionou-se aos filhos se a relação com o pai ou a mãe que ofereceu a ajuda havia sofrido alguma mudança devido à falta de reembolso. Ao responderem a esta pergunta, 5,0% (n=7) dos filhos classificaram a relação com os pais como “ruim e/ou péssima” devido à falta de reembolso. Os outros 95,0% (n=134) consideraram “boa” a relação com os pais, mesmo nos casos em que não existia reembolso.

Posteriormente foi feita a mesma pergunta, porém focando nas relações entre os familiares, como irmãos, filhos, cunhados, sobrinhos etc. Dentre os filhos, 5,0% (n=7) julgaram a relação com os familiares como “ruim e/ou péssima”, sendo que a justificativa para esta situação era a falta de reembolso. Os demais 95,0% (n=134) afirmaram que a relação com os familiares era considerada “boa”. Os relatos a seguir exemplificam as situações em que os filhos consideraram as relações ruins e/ou péssimas:

“Péssima porque se eu for contar a minha vida você vai chorar aqui (risos). Ele [pai] não gosta porque eu não ajudo em casa, aí da briga. Sempre! Eu não ajudo mesmo. Porque ele tinha que cobrar de mim e das minhas irmãs. Não é certo ele cobrar só de mim. Nós três trabalhamos e estamos morando aqui. Tem que cobrar de nós três, né?”
(Filho 36, solteiro, pai de 1 filho, renda de 1 a 3 salários mínimos.
Ajuda recebida do aposentado 25: sustento por meio de coabitação.
Nenhum reembolso oferecido).

“Eu acabo interferindo, até por ser o mais velho, para que ele [pai] segure esse dinheiro porque ele pode precisar no futuro para interesse dele e da minha mãe. E às vezes ele quer ajudar, mas meus irmãos não pagam e eu acho que não é por aí. Aí dá umas brigas comigo e os meus irmãos. Porque meu pai não tem renda para ficar dando assim não. Depois eles não pagam”.
(Filho 89, casado, pai de 2 filhos, renda de 3 a 5 salários mínimos.
Ajuda recebida do aposentado 61: em dinheiro. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

“Olha você está fazendo está entrevista com pessoa errada! (risos). Eu não preciso da ajuda da minha mãe. Com ela eu pego é empréstimo. Você tem que ir atrás é dos meus irmãos, principalmente do caçula que fica fazendo ela pegar empréstimo e não paga a coitada. Aí todo mês eu tenho que dá um dinheiro para ela ou pagar uma conta porque ela fica sem dinheiro de tanto abatimento na conta dela por causa desses empréstimos dele. Eu não converso com ele, a gente não se fala. Eu não aceito o que ele faz com a minha mãe e de certa forma é o meu dinheiro que ele está pegando também, já que eu tenho que ficar inteirando o dinheiro da minha mãe todo mês, você entendeu?”
(Filho 14, casado, pai de 2 filhos, renda de 1 a 3 salários mínimos.
Ajuda recebida da aposentada 18: em dinheiro. **Reembolso realizado:** total das ajudas em dinheiro).

Os conflitos existentes entre pais e filhos foram gerados pela falta de reembolso. Já os desentendimentos entre os filhos ajudados e os familiares, em todos os casos, estavam relacionados ao fato de alguns irmãos não aceitarem que outros deixassem de reembolsar o aposentado.

5. CONCLUSÕES

O envelhecimento está se tornando foco de pesquisas e os idosos, antes um número pouco expressivo da população total, está se destacando não somente pelo aumento quantitativo, mas pelas consequências de uma população envelhecida. As consequências econômicas e sociais podem estar relacionadas à sobrecarga do sistema previdenciário e à criação de alegres grupos da “terceira idade”. Porém, as implicações do envelhecimento devem ser vistas primeiramente junto aos próprios indivíduos, pois trata-se de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, que já não são apenas os senhores que se sentam em praças para conversar ou senhoras que fazem bolos e tricô. O perfil dos idosos aposentados está apresentando mudanças e, juntamente com ele, as famílias exibem novas configurações, em que os idosos estão deixando de ser os recebedores de auxílios e passando a ser suporte econômico familiar.

Nesta pesquisa, percebe-se que mesmo em se tratando de um grupo de idosos aposentados bastante heterogêneo em aspectos como renda e escolaridade, existem várias semelhanças e diferenças entre os entrevistados, algumas destas mais visíveis, outras mais sutis. Os pais possuíam rendimentos mensais mais elevados que as mães, mesmo tendo níveis mais baixos de escolaridade que elas.

O perfil dos filhos ajudados se dividiu basicamente em dois grupos: os filhos beneficiados pela coabitação, em sua maioria solteiros e sem filhos, e os filhos que residiam em domicílios separados dos pais, sendo grande parte destes casada e com filhos. Embora a maioria dos filhos dos dois grupos possuíssem rendimentos mensais, a necessidade de amparo dos pais era frequente.

De maneira geral, percebe-se que para os idosos e seus filhos as solidariedades eram classificadas dependendo das características de cada uma. O sustento por meio da coabitação, os gastos com educação e festas de casamento foram definidos como obrigações dos pais, não sendo consideradas como ajudas funcional-afetivas ou material-financeiras. Já quando se tratava do reembolso, os aposentados definiram que as solidariedades classificadas como ajudas eram as que ocorriam sem expectativa de retorno ou cobrança. Assim, as “ajudas” foram consideradas sinônimo de doações. Quando a solidariedade envolvia algum tipo de expectativa, cobrança ou necessidade de reembolso, os aposentados classificavam estas solidariedades como empréstimos. Assim, conclui-se que ajudas são o oposto de empréstimos, e obrigações são as ajudas que os pais não podem ou não deveriam deixar de fornecer aos filhos, pois fazem parte do papel de pais e mães.

Os auxílios prestados pelos aposentados aos filhos foram bastante diversificados quanto à forma, frequência e valor, sendo estabelecidos de acordo com as necessidades dos filhos, enquanto as condições financeiras dos pais não eram levadas em consideração. Nos casos em que os rendimentos provenientes da aposentadoria não eram suficientes para prestar a ajuda, os aposentados recorriam a diversas fontes como empréstimo bancários, venda de imóvel e até retorno ao mercado de trabalho para complementação da renda.

A questão do gênero dos aposentados se compatibilizou com os papéis desempenhados tradicionalmente por homens e mulheres, sendo assim, as solidariedades funcional-afetivas, em sua maioria, foram oferecidas pelas mães.

Quanto à permanência ou retorno ao mercado de trabalho após a aposentadoria, alguns aposentados justificaram esta ação pela necessidade de ajudar os filhos financeiramente. Porém, para o fato de não retornarem às atividades remuneradas as justificativas também foram pautadas nas solidariedades, pois desta forma poderiam dispor de tempo livre para as ajudas funcional-afetivas, principalmente, as relacionadas aos cuidados com os netos.

Apesar das tentativas de quantificação, o vasto número e as diversas variações de ajudas somadas aos aspectos subjetivos e sentimentos arraigados nestas relações dificultaram a atribuição de valor financeiro às solidariedades oferecidas pelos aposentados aos seus filhos. Pais e filhos recordaram com maior precisão os valores de ajudas em dinheiro consideradas como empréstimo. Já as ajudas com frequência fixa se

tornavam invisíveis para os idosos e seus filhos. Assim, a invisibilidade das solidariedades não estava relacionada à forma – funcional-afetiva ou material-financeira – e sim, na frequência com que eram oferecidas.

Os fatores que motivaram as ajudas também foram diversificados, variando de acordo com as solidariedades. No entanto, o fator mais citado por pais e filhos como motivador para dar e solicitar ajuda foi a convicção de que os pais tinham obrigação de ajudar. Porém, ao tratar sobre os sentimentos com relação às ajudas, os pais se mostraram satisfeitos por ajudarem os filhos e estes, em sua maioria, se mostraram acomodados com as ajudas recebidas, não demonstrando pretensão de deixar de serem ajudados no futuro. Em alguns casos, com o objetivo de se mostrarem importantes e capazes e se fazerem presentes na vida dos filhos, os idosos os ajudaram financeiramente, sendo que alguns filhos relataram não precisar de ajuda.

Em se tratando do reembolso, como era esperado, este foi escasso. As formas de solidariedade e as fontes de recursos influenciaram no reembolso, pois ao receberem ajuda em dinheiro proveniente de empréstimos bancários os reembolsos foram mais frequentes. Já as ajudas classificadas diárias ou fixas provenientes das aposentadorias dos pais tiveram pouco ou nenhum reembolso.

O reembolso também foi influenciado pelo gênero do idoso, sendo que os pais receberam mais reembolso do que as mães. Além disso, quase metade dos filhos que receberam ajuda das respectivas mães e não as reembolsaram, afirmaram que se a ajuda tivesse sido prestada pelo pai, tomariam a iniciativa de ressarcir-lo.

Sobre os motivos de não terem recebido reembolso, os pais acreditavam ter sido por falta de condições financeiras. Porém, significativa parcela dos filhos revelou que não reembolsou os pais por não terem sido cobrados e outro grupo afirmou que os pais não precisavam de devolução, pois tinham uma boa condição econômica.

Percebe-se que pais e filhos não conversavam sobre as ajudas, e que a decisão de reembolsar ficava a critério dos filhos.

Além disso, a formação, a educação dos filhos e a responsabilidade perante uma dívida influenciou na tomada de decisão sobre o reembolso. Logo, indiretamente a responsabilidade quanto ao reembolso é dos pais, pois estes são os responsáveis pela educação dos filhos. O conforto e a segurança passada dos pais para os filhos faziam com que estes não buscassem meios de se tornarem independentes economicamente, acomodando-se à situação e acreditando que poderiam contar com os pais sempre que

fosse necessário. Diante disso, surgem dois fatos preocupantes. Primeiramente, existiam filhos que já eram pais, então como estes indivíduos que se mostraram tão dependentes dos pais aposentados conseguirão educar crianças e adolescentes para se tornarem adultos independentes e responsáveis com relação às finanças pessoais? Em segundo lugar, ao esperar que terão a ajuda dos pais futuramente, estes filhos não consideraram a idade dos pais e a expectativa de vida dos idosos brasileiros. Ou seja, depois que os pais morrerem como ficarão estes filhos?

A dependência com relação aos pais aposentados foi observada até mesmo nos casos em que os filhos realizaram reembolso, pois recorrendo ao pai os filhos tinham segurança de que se não fosse possível continuar pagando, por exemplo, o dinheiro de um empréstimo bancário, o valor seria abatido da aposentadoria dos pais. Se este empréstimo fosse feito pelo próprio filho, o pagamento teria que ser contínuo e a falta deste lhe traria consequências.

Desta forma, ao tentar suprir as necessidades dos filhos, os aposentados reduziam o próprio conforto em prol dos benefícios dos filhos e chegavam a fazer dívidas ou esgotar reservas pessoais, embora em muitos casos os filhos não valorizassem tais sacrifícios, afirmando que a ajuda era obrigação dos pais. De forma geral, os aposentados mostraram-se bastante solidários aos filhos, deixando os interesses próprios em segundo plano para que pudessem atender os filhos que precisassem de ajuda. Porém, os filhos mostraram-se pouco empenhados em proporcionar reembolso das ajudas recebidas. O comportamento sobre o reembolso reflete a pouca preocupação destes filhos com a situação econômica de seus pais.

Os aposentados ajudavam os filhos sem cobrar reembolso pautando-se no fator seguro-velhice, acreditando que o retorno da ajuda seria oferecido futuramente quando eles precisassem, ou seja, em situações de doença ou ajuda nas atividades do cotidiano quando ficassem mais velhos. Mas ao consultar os filhos sobre a intenção de ajudar os pais ficou claro que estes não estão dispostos a fazê-lo como os aposentados imaginavam.

O fato dos idosos estarem vivendo mais e, no caso do grupo entrevistado, vivendo um envelhecimento ativo, não significa que estejam tendo qualidade de vida, pois eles deixam de atender seus próprios anseios e necessidades para suprir as necessidades e desejos dos filhos. Observa-se que embora o impacto econômico seja

muitas vezes negativo, o impacto social é positivo, pois os idosos se sentem importantes e ativos ao ajudar os filhos.

Ser pai e mãe para estes aposentados significava estar pronto para ajudar quando o filho precisasse, abrindo mão do próprio conforto, do lazer e de suas necessidades pessoais. Significava ajudar mesmo quando não tinham vontade de fazê-lo, pois julgavam que o filho precisaria passar por certas dificuldades para aprender a administrar os próprios rendimentos mensais. Ser pai e mãe era ajudar mesmo quando não fosse necessário, apenas para se fazer presente na vida dos filhos que estavam distantes, devido à condição geográfica ou às rotinas sobrecarregadas. Enfim, ser pai e mãe era se doar.

Uma circunstância relevante é que, para poderem continuar amparando os filhos com ajudas funcional-afetivas e material-financeiras, os idosos precisam ter saúde física, mental e emocional. Por isso, a posição dos idosos dentro das famílias, na sociedade e no mercado de trabalho deve ser repensada pelo Estado, pela sociedade, pelas famílias e pelas pessoas individualmente. Além disso, deve-se refletir sobre a situação de dependência destes filhos adultos em relação aos pais.

Este estudo não teve a pretensão de ser conclusivo, mas acredita-se que os resultados obtidos podem contribuir para os avanços das pesquisas sobre envelhecimento, além de enriquecer as discussões sobre o papel dos idosos nas famílias e sobre a necessidade de educação financeira para as crianças e os jovens.

6. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

Como limitação desta pesquisa, é importante destacar as dificuldades encontradas com relação à coleta de dados. Como o primeiro contato foi feito por telefone, com o intuito de agendar a entrevista, muitos aposentados se mostraram desconfiados e acabavam não aceitando participar da pesquisa.

A falta de informação a respeito da idade dos aposentados também constituiu um obstáculo. Para participar da pesquisa o aposentado deveria ter idade igual ou superior a 60 anos, mas esta informação tinha que ser fornecida pelo próprio entrevistado, e não era possível confirmá-la por telefone, visto que seria mais um motivo para despertar a desconfiança e um possível desconforto por parte dos aposentados.

No que se referem aos filhos, os esforços para entrevistá-los foram maiores, visto que uma parte deles não residia em Viçosa-MG. Na tentativa de entrevistar o maior número possível de filhos, foi necessário esperar pela ocasião em que estes viessem a Viçosa e, em alguns casos, deslocar para outros municípios para a realização da entrevista.

Outro fator limitante foi a desconfiança e a insegurança, principalmente dos aposentados, em falar sobre questões referentes à renda, prejudicando as análises estatísticas do perfil socioeconômico.

Destaca-se a reduzida literatura sobre as transferências entre gerações e a inexistência de dados a respeito dos filhos adultos ajudados financeiramente pelos pais idosos e à ausência do reembolso ou retorno econômico das solidariedades familiares. Sendo assim, faz-se necessária a realização de outras pesquisas, a fim de enriquecer o conhecimento sobre tais temáticas.

Sugere-se que outros estudos sejam realizados em outras regiões do Brasil, entre aposentados de diferentes instituições ou mesmo entre idosos que ainda não se aposentaram, a fim de conhecer a realidade de outras famílias. Além disso, seria interessante a realização de pesquisas sobre a situação dos filhos adultos após o falecimento dos pais, dos quais eram dependentes economicamente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Bert. Structural Factors Affecting Parental Aid to Married Children. **Journal of Marriage and the Family**, v.26, p. 327-331, 1964.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 35-60, 1990.

AGRA, Flávia Maria Mafía Rigueira. **Aposentados no mercado de trabalho**: uma realidade dinâmica na cidade de Viçosa – Minas Gerais. 2002. 130f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2002.

ALBIN, Ricardo Cravo. **Dicionário Houaiss ilustrado**: música popular brasileira. Rio de Janeiro: Paracatu, 2006.

ALMEIDA, Alessandra Abelha. **Desemprego e transferências familiares**. 1998. 48f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 1998.

ALMEIDA, Alessandra Abelha; SILVA, Neuza Maria; LORETO, Maria das Dores Saraiva; THIÈBAUT, José Tarcisio Lima. Desemprego e transferências familiares. **Oikos**, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 55-74, 2001.

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho; AREOSA, Antônio Luis. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 138-150. jan./jun. 2008.

ARRIAGADA, Irma. **Familia y políticas públicas em América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL, División de Desarrollo Social, 2007.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. **Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, État**. Paris: Nathan, 1995.

_____. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). **Família e Envelhecimento**. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 85-105.

AUGUSTO, Hélder dos Anjos. **Aposentadorias rurais e desenvolvimento municipal: o caso de Medina, nordeste mineiro**. 2003. 175f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2003.

BARBOSA, Luciana Cândido. Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa-PB, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BLAU, Peter M. **Exchange and Power in social life**. New York: John Willey, 1964.

BRASIL. **Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:
<http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/Lei_10741_de_01_10_2003.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em:

<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/11/2002/10406.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Vértice, 1990.

CALDAS, Célia Pereira. Contribuindo para a construção da rede de cuidados: trabalhando com a família do idoso de síndrome demencial. **Textos sobre Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. **Como vai o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, 1999b.

_____. **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999a.

_____. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia; EL GHAOURI, Solange Kanso. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BRITO, Mozar José; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; VASCONCELOS, Kamila Anderson. A produção científica sobre gênero na administração: uma meta-análise. **Revista Eletrônica de Administração**, Rio Grande do Sul, v. 13, n.3, set./out. 2007.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v.15, n.4, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CÁSSIA, Rosana. **Crédito consignado do INSS cresce 88,9% em fevereiro.** Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/credito-consignado-inss-cresce-88-9-fevereiro-973780.shtml>>. Acesso em: 02 jul. 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. **Pensamento econômico, saber ecológico tradicional e regimes de troca fundados no altruísmo:** nova perspectiva disciplinar para entender a sustentabilidade. 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Clovis%20Cavalcanti.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

CELICH, Kátia Lilian Sedrez; BALDISSERA, Micheli. Trabalho após a aposentadoria: influência na qualidade de vida do idoso. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 21, n. 49, nov. 2010.

CHEAL, David. Intergeneration family transfers. **Journal of Marriage and the Family**, v. 45, p. 805-813, 1983.

CHIBUCOS, Thomas R.; LEITE, Randall W.; WEIS, David L. **Readings in family theory.** London: Sage Publications, 2005, p. 237-239.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p. 367-390, maio/ago. 2006.

CRIMMINS, Eileen M.; INGEGNERI, Dominique G. Interaction and living arrangements of older parents and their children: past trends, present determinants, future implications. **Research on Aging**, Califórnia, v. 12, n. 1, p. 3-35, mar. 1990.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: MORAES, Myriam; BARROS, Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?:** estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 49-67.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO Jr, José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil:** a experiência recente de universalização. Brasília: IPEA, 1999.

DIAS, Ingrid Gomes. **A institucionalização asilar na percepção do idoso e de sua família:** o estudo do “lar dos velhinhos” – Viçosa/MG. 2007. 95f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

EGGEBEEN, David J.; HOGAN, Dennis P. Giving between generations in American families. **Human Nature**, v. 1, n. 3, p. 211-232, 1990.

ENCARNAÇÃO, Vinícius. **Transferências familiares:** um estudo de caso sobre famílias carentes em Bambuí-MG. 2011. 76f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2011.

FARIAS, Rosimeri Geremias; SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos. Influência dos determinantes do envelhecimento ativo entre idosos mais idosos. **Texto e contexto – enferm.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000100019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2012.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes. Educação feminina no século XIX: a formação de mães e esposas no Padre Carapuceiro (1832-1842). In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS Eunice Ferreira (Org.). **Olhares e diversidades:** os estudos sobre gênero no norte e nordeste. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999, p. 235-249.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUEDES, Gilvan Ramalho; QUEIROZ, Bernardo Lanza; VANWEY, Leah Karin. Transferências intergeracionais privadas na Amazônia rural brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.19, n. 2, set. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2012.

HOFFERTH, Sandra L. Kin networks, race, and family structure. **Journal of Marriage and the Family**, v.46, p. 791-805, 1984.

HOYERT, Donna L. Financial and household exchanges between generations. **Research on Aging**, Califórnia, v. 13, n. 2, p. 205-225, 1991.

INGOLDSBY, Bron B.; SMITH, Suzanne R.; MILLER, J. Elizabeth. **Exploring family theories**. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 2004, p. 81-101.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. Empréstimos, prudência e caldo de galinha. **Revista do IDEC**, São Paulo, n.88, p.15-18, maio de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso em: 12 fev. 2012.

KELLEY, Harold H.; THIBAUT, John W. **Interpersonal relations: a theory of interdependence**. New York: Wiley, 1978.

LEAL, Sônia Maria Rigueira Andrade. **Importância das transferências e trocas com idosos no contexto familiar social – Teixeiras-MG**. 2006. 88f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2006.

LEAL, Sônia Maria Rigueira Andrade; SILVA, Neuza Maria; LORETO, Maria das Dores Saraiva; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. A importância das transferências e

trocas com idosos no contexto familiar social – Teixeira-MG. **Oikos**, Viçosa, v.18, n.1, p. 156-177, 2007.

LIN, Ge; ROGERSON, Peter A. Elderly parents and the geografic availability of their adult children. **Research on Aging**, Califórnia, v. 17, n. 3, p. 303-331, 1995.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. v. 2. São Paulo: Edusp, 1974.

MOREIRA, Carlos Diogo. **Planejamento e estratégias da investigação social**. Lisboa, ISCSP, 1994.

MOTTA, Alda Britto da. Família e gerações: atuação dos idosos hoje. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 111-134.

_____. Mulheres de mais idade. In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS Eunice Ferreira (Org.). **Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no norte e nordeste**. Belém: GEPEM/CFCH/UFGA; REDOR – N/NE, 1999, p. 167-178.

MOTTA, Roberto; SCOTT, Parry. **Sobrevivência e fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife**. Recife: Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

NERI, Anita Liberalesso. **Velhice e sociedade**. São Paulo: Papyrus, 1999.

NERI, Anita Liberalesso; PINTO, Meyre Eiras de Barros. **Cuidar de idosos no contexto da família: questões psicológicas e sociais**. Campinas: Editora Alínea, 2002.

OLIVEIRA, Márcia Botelho de; SILVA, Neuza Maria da. As repercussões das transferências familiares sobre as circunstâncias econômicas do doador: um estudo de caso. In: XIX Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Ouro Preto, 2011, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto-MG, UFOP, 2011.

_____. Empréstimos pessoais como meio de transferir recursos entre gerações: um estudo de caso. In: Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Viçosa, 2007, Viçosa. **Anais...** Viçosa-MG, UFV, 2007.

_____. Participação de aposentados nas transferências de recursos nas famílias. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v.12, n.1, jan./jul. 2012.

OLSON, Pamela N.; SMITH, Mary M. Economic Impact of Interfamily Grants. **Journal of Home Economics**, v. 72, p. 18-20, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. 2002. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4.ed. Campinas: Pontes: 2004.

PASSOS, Elizete. Gênero e identidade. In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS Eunice Ferreira (Org.). **Olhares e diversidades**: os estudos sobre gênero no norte e nordeste. Belém: GEPEN/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999, p. 19-32.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, p.61-105.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (Org.). **Família e envelhecimento**. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 57-84.

_____. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, Clara; SCALON Maria Celi (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 225-240.

PEREIRA, Josianne Katherine. **As representações sociais de velhice e terceira idade:** um estudo de caso sobre um “grupo de terceira idade” de Caratinga/MG. 2006. 135f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga, Caratinga-MG, 2006.

PÊSSOA, Elisângela Maia. **Políticas sociais alternativas à institucionalização de idosos em municípios da região das Missões no Rio Grande do Sul.** 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2007.

PINTOS, Claudio C. Garcia. **A família e a terceira idade:** orientações psicogerontológicas. São Paulo: Paulinas, 1997.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.21, n.3, jun. de 1987.

ROCHA, Ana Ferreira. **Gênero, reciprocidade e reprodução social:** o circuito da dádiva na prática da “freguesia” entre mulheres de São Gabriel-BA. 2008. 109f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2008.

ROSSI, Alice S. Gender, Personal Traits, and the Exchange of Help between Parents and Adult Children. In: 81º Annual Meeting of the American Sociological Association, 1986, New York. **Anais...** New York-EUA, 1986.

ROSSI, Alice S.; ROSSI, Peter H. **Of human bonding:** parent-child relations across the life course. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

SAAD, Paulo Murad. Transferências de apoio entre gerações no Brasil: um estudo para São Paulo e Fortaleza. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60:** os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

_____. Transferências de apoio entre o idoso e a família no Nordeste e no Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 14, n. 1, 1997.

_____. Transferências de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 169-209.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher Idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Silvia Maria Azevedo. **Idosos, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador**. Campinas: Editora Alínea, 2003.

SANTOS, Juliana Siqueira; BARROS, Maria Dilma de Alencar. Idosos do Município do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil: uma análise da morbimortalidade hospitalar. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v.17, n.3, set. 2008. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742008000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2013.

SHI, Leiyu. Family financial and household support exchange between generations: a survey of Chinese rural elderly. **The Gerontologist**, v. 33, n. 4, p. 468-480, 1993.

SILVA, João Luis Almeida. **O idoso do município de Arambaré-RS: um contexto rural de envelhecimento**. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2005.

SILVA, Neuza Maria da. **A cross-sectional study of inter-household transfers of income and time**. 1994. 124f. Tese (Doutorado em Economia da Família e do Consumidor) – Purdue University, 1994.

_____. **Educação do consumidor**. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

SOUTO, Enedina Maria. Neve na Serra: Os Grupos de convivência de idosos como espaço alternativo de sociabilidade feminina. In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS Eunice Ferreira (Org.). **Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no norte e nordeste**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999, p. 179-192.

SPEARE, Alden JR.; AVERY, Roger; LAWTON, Leora. Disability, residential mobility, and changes in living arrangements. **Journal of Gerontology: social sciences**, p. 133-142, 1991.

SPRECHER, Susan. Equity and social exchange in dating couples: associations with satisfaction, commitment, and stability. In: CHIBUCOS, Thomas R.; LEITE, Randall W.; WEIS, David L. **Readings in family theory**. London: Sage Publications, 2005, p.165-182.

TAVARES, Vívian Oliveira. **A aposentadoria do idoso do meio rural: implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida**. 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2011a.

TAVARES, Vívian Oliveira; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; WAJNMAN, Simone; LORETO, Maria das Dores Saraiva. Interface entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 94-108, jan./jul. 2011b.

THIBAUT, John W.; KELLEY, Harold H. **The social psychology of groups**. New York: Wiley, 1959.

VITALE, Maria Amália Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005, p. 93-105.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C.; OLIVEIRA, Elzira Lúcia. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

WHITE, James M.; KLEIN, David M. **Family theories**. 3.ed. London: Sage Publications, 2008, p. 87-118.

WOROBAY, Jacqueline Lowe; ANGEL, Ronald J. Funcional capacity and living arrangements of unmarried elderly persons. **Journal of Gerontology: social sciences**, p. 95-101, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS APOSENTADOS

Perfil Socioeconômico:

Endereço:

Sexo:

- feminino
- masculino

Qual a idade do(a) senhor(a):

- de 60 até 64 anos
- acima de 64 até 69 anos
- acima de 69 até 74 anos
- acima de 74 até 79 anos
- acima de 79 até 84 anos
- acima de 84 até 89 anos
- acima de 89 até 90 anos
- acima de 90 anos

Há quanto tempo está aposentado(a)?

- menos de 1 ano
- acima de 1 até 2 anos
- acima de 2 até 3 anos
- acima de 3 até 4 anos
- acima de 4 até 5 anos
- acima de 5 anos

Qual seu estado civil?

- solteiro

- casado/união estável
- viúvo
- separado

Com quem o(a) senhor(a) mora atualmente?

A moradia do(a) senhor(a) é:

- própria
- alugada
- emprestada

Qual o nível de escolaridade do(a) senhor(a)?

- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo

Qual o valor da aposentadoria do(a) senhor(a)?

- 1 salário mínimo
- acima de 1 até 3 salários mínimos
- acima de 3 até 5 salários mínimos
- acima de 5 até 7 salários mínimos
- acima de 7 até 9 salários mínimos
- acima de 9 até 11 salários mínimos
- acima de 11 até 13 salários mínimos
- acima de 13 até 15 salários mínimos
- acima de 15 salários mínimos

O(a) senhor(a) tem outra(s) fonte(s) de renda?

- sim
- não

Se sim, qual(is)?

Quanto o(a) senhor(a) recebe por mês dessa(s) outra(s) fonte(s)?

O que motivou o(a) senhor(a) a permanecer ou retornar ao mercado de trabalho?

O que motivou o(a) senhor(a) a não voltar a trabalhar após se aposentar?

Sobre os filhos que receberam ajudas financeiras:

O(a) senhor(a) ajuda ou já ajudou financeiramente algum filho depois de se aposentar?

sim não

Quantos filhos o(a) senhor(a) ajudou financeiramente depois de se aposentar?

Qual o sexo do(s) filho(s) ajudado(s)?

feminino

masculino

Na época da ajuda, qual a idade do(s) filho(s) ajudado(s)?

Na época da ajuda, o(a) senhor(a) e o(s) filho(s) que recebeu a ajuda financeira moravam na mesma residência?

sim não

Na época da ajuda, qual o estado civil do(s) filho(s) ajudado(s)?

solteiro

casado/união estável

viúvo

separado

Na época da ajuda, o(s) filho(s) ajudado pelo(a) senhor(a) possuía filho(s)?

sim não

Se sim, quantos filhos? E qual a idade deles?

Sobre as ajudas financeiras:

Qual(is) o(s) tipo(s) de ajuda oferecida?

Quantas vezes o(a) senhor(a) ajudou financeiramente esse(s) filho(s) desde que se aposentou?

Qual a frequência dessa(s) ajuda(s)?

- esporádica
- semanal
- mensal
- bimestral
- trimestral
- semestral
- anual

Qual é o valor aproximado da ajuda financeira fornecida depois que o(a) senhor(a) se aposentou?

Qual a fonte de recursos que o(a) senhor(a) usou para ajudar financeiramente o(s) filho(s)?

- aposentadoria
- pensão
- trabalho formal
- trabalho informal
- empréstimos em instituições financeiras
- Outra(s). Qual(is)?

Por qual(is) motivo(s) o(a) senhor(a) ajudou financeiramente um filho?

Como o(a) senhor(a) se sente ajudando um filho financeiramente?

Sobre o reembolso da ajuda financeira:

O(s) filho(s) realizou algum tipo de reembolso (pagamento) pela ajuda financeira?

() sim () não

Se sim, de que forma esse reembolso foi feito?

Como foi decidido se haveria (ou não haveria) o reembolso? O(a) senhor(a) cobrou reembolso? Seu filho ofereceu reembolso?

No caso de não existir o reembolso:

O(a) senhor(a) tem conhecimento do(s) motivo(s) de não ter sido reembolsado?

O(a) senhor(a) teve que mudar alguma coisa nos seus planos ou teve que deixar de fazer alguma coisa para ajudar financeiramente o(s) filho(s)?

A relação do(a) senhor(a) com o filho ajudado sofreu alguma mudança devido à falta de reembolso? E com o restante da família?

Como o(a) senhor(a) se sente por não ser reembolsado?

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS FILHOS

Perfil Socioeconômico:

Sexo:

- feminino
- masculino

Qual a idade do(a) senhor(a):

- de 18 até 22 anos
- acima de 22 até 27 anos
- acima de 27 até 32 anos
- acima de 32 até 37 anos
- acima de 37 até 42 anos
- acima de 42 até 47 anos
- acima de 47 até 52 anos
- acima de 52 até 57 anos
- acima de 57 anos

Qual seu estado civil?

- solteiro
- casado/união estável
- viúvo
- separado

O(a) senhor(a) tem filhos?

- sim
- não

Se sim, quantos filhos? Qual a idade dos filhos?

Com quem o(a) senhor(a) mora atualmente?

A moradia do(a) senhor(a) é:

- própria
- alugada
- emprestada

Qual o nível de escolaridade do(a) senhor(a)?

- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo

Qual a situação profissional do(a) senhor(a)?

- empregado formal (com carteira assinada)
- trabalho informal
- autônomo
- desempregado
- outra. Qual?

Qual(is) a(s) fonte(s) de renda do(a) senhor(a)?

Quanto o(a) senhor(a) recebe dessas fontes?

- não tem renda
- menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- acima de 1 até 3 salários mínimos
- acima de 3 até 5 salários mínimos
- acima de 5 até 7 salários mínimos
- acima de 7 até 9 salários mínimos
- acima de 9 até 11 salários mínimos
- acima de 11 até 13 salários mínimos

- acima de 13 até 15 salários mínimos
- acima de 15 salários mínimos

Qual o valor total da renda mensal da sua família? Quantas pessoas vivem com essa renda?__

- não sabe
- menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- acima de 1 até 3 salários mínimos
- acima de 3 até 5 salários mínimos
- acima de 5 até 7 salários mínimos
- acima de 7 até 9 salários mínimos
- acima de 9 até 11 salários mínimos
- acima de 11 até 13 salários mínimos
- acima de 13 até 15 salários mínimos
- acima de 15 salários mínimos

Sobre as ajudas financeiras:

O(a) senhor(a) precisa ou já precisou de ajuda financeira de seu pai/mãe depois que este se aposentou?

- sim
- não

Se sim, o(a) senhor(a) solicitou essa ajuda de quem?

- pai
- mãe

Qual(is) critério(s) o(a) senhor(a) usou para decidir a quem solicitar essa ajuda?

Qual(is) o(s) tipo(s) de ajuda recebida?

Quantas vezes o(a) senhor(a) foi ajudado financeiramente por seu pai/mãe desde que este se aposentou?

Qual a frequência dessa(s) ajuda(s)?

- esporádica
- semanal
- mensal
- bimestral
- trimestral
- semestral
- anual

Qual é o valor aproximado da ajuda financeira recebida?

Qual a fonte de recursos que seu pai/mãe usou para ajudar financeiramente o(a) senhor(a)?

- aposentadoria
- pensão
- trabalho formal
- trabalho informal
- empréstimos em instituições financeiras
- não sei
- Outra(s). Qual(is)?

Por qual(is) motivo(s) o(a) senhor(a) solicitou ajuda financeira ao seu pai/mãe?

Como o(a) senhor(a) se sente sendo ajudado financeiramente pelo seu pai/mãe?

Sobre o reembolso da ajuda financeira:

O(a) senhor(a) realizou algum tipo de reembolso (pagamento) pela ajuda financeira recebida?

- sim
- não

Se sim, de que forma esse reembolso foi feito?

Como foi decidido se haveria (ou não haveria) o reembolso? O(a) senhor(a) ofereceu esse reembolso ou houve algum tipo de cobrança por parte do seu pai/mãe?

A decisão de reembolsar ou não foi influenciada pelo fato de ter sido seu pai ou sua mãe que lhe ofereceu a ajuda financeira?

() sim () não

No caso de ter sido o PAI: se a ajuda tivesse vindo de sua mãe o(a) senhor(a) teria reembolsado ou não reembolsado também?

No caso de ter sido a MÃE: se a ajuda tivesse vindo de seu pai o(a) senhor(a) teria reembolsado ou não reembolsado também?

No caso de não existir o reembolso:

Qual(is) o(s) motivo(s) do(a) senhor(a) não ter reembolsado?

A relação do(a) senhor(a) com o seu pai/mãe sofreu alguma mudança devido à falta de reembolso? E o restante da família?

Como o(a) senhor(a) se sente por não ter feito esse reembolso?

O(A) senhor(a) tem intenção de ajudar seu pai/mãe futuramente?

Se sim, como seriam estas ajudas?

*O aprendizado gerado por esta pesquisa vai muito além do que as
palavras conseguem traduzir...*